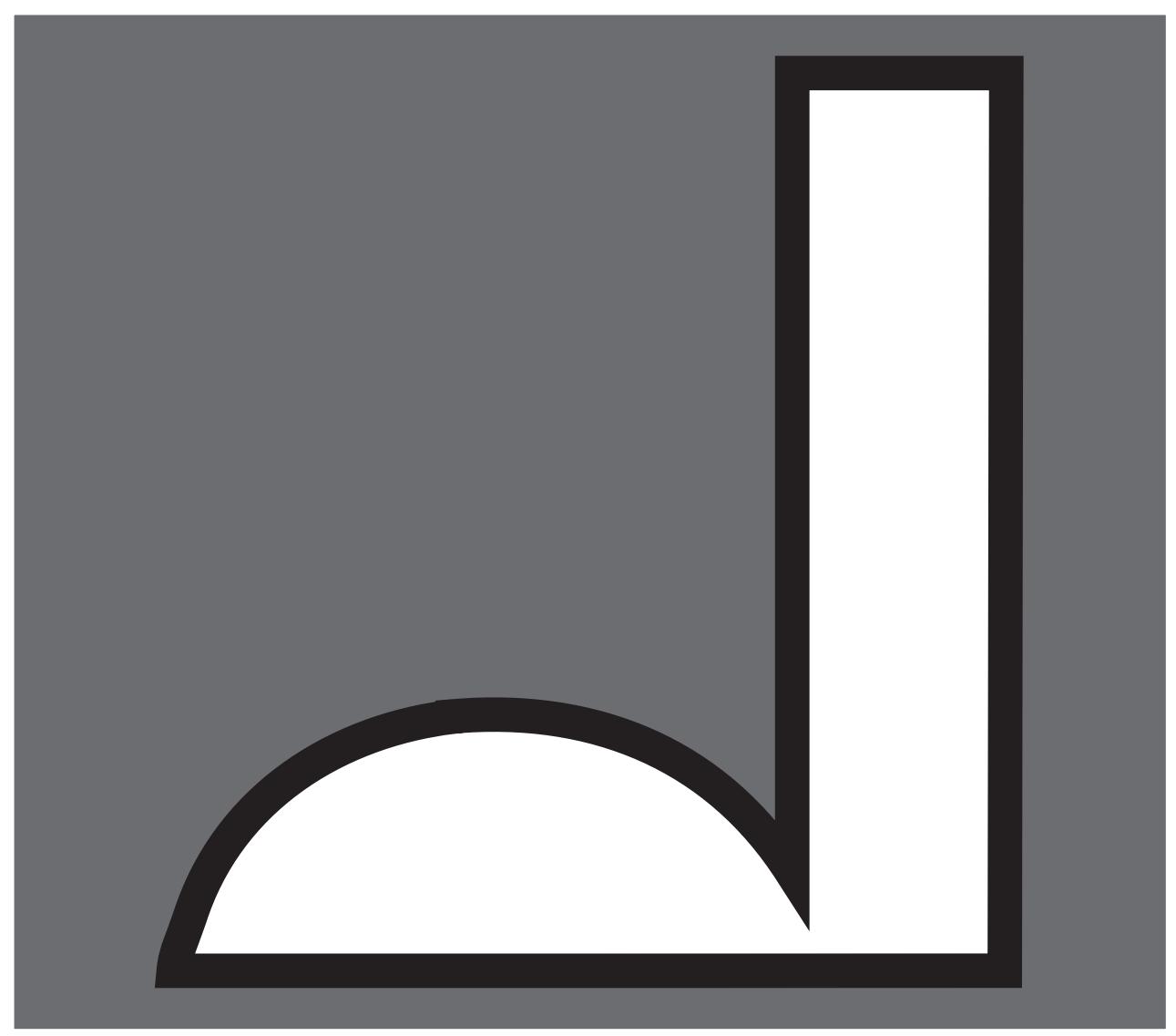




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LX - N° 157 - SEXTA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB – AL <b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT – AC <b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB – MT <b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL – PB <b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB – MA	<b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL – DF <b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO <b>Suplentes de Secretário</b> 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
<b>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</b>  <b>LÍDER</b> Ney Suassuna  <b>Vice-Líderes</b> Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes  <b>LÍDER DO PMDB – 23</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 <b>LÍDER DO PTB – 3</b> Mozarildo Cavalcanti  <b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias  <b>VICE-LÍDERES DO PDT</b> (vago) <b>LÍDER DO PP – 1</b> Valmir Amaral  <b>LÍDER DO PL – 3</b> Marcelo Crivella  <b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas  <b>LÍDER DO PSB – 3</b> João Capiberibe  <b>VICE-LÍDER DO PSB</b> (Vago)  <b>LÍDER DO P-SOL</b> Heloisa Helena  <b>VICE-LÍDER DO P-SOL</b> Geraldo Mesquita Júnior  <b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT	 <b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido  <b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</b>  <b>LÍDER</b> José Jorge – PFL  <b>VICE-LÍDERES</b> Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL  <b>LÍDER DO PFL – 15</b> José Agripino  <b>VICE- LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro  <b>LÍDER DO PSDB – 12</b> Arthur Virgílio  <b>VICE- LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
<b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	 <b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATA DA 169ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2005

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1. – Ofícios

Nº 612/2005, de 28 do corrente, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu desligamento do Partido Liberal – PL, formalizado no dia 27 do corrente mês.....

33453

Nº 371/2005, de 28 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação do Senador Wellington Salgado como Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.....

33453

##### 1.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado

Nºs 7 e 98/2005, de 20 e 19 do corrente, respectivamente, do Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 402, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....

33453

Nº 21/2005, de 20 do corrente, do Secretário de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 701, de 2005, do Senador José Jorge.....

33453

Nº 96/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 397, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....

33453

Nº 99/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 404, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....

33453

Nº 100/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 693, de 2005, do Senador José Jorge.....

33453

Nº 807/2005, de 20 do corrente, do Ministro da Ciência e Tecnologia, encaminhando informações

em resposta ao Requerimento nº 411, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....

33453

Nº 808/2005, de 20 do corrente, do Ministro da Ciência e Tecnologia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 683, de 2005, do Senador José Jorge.....

33453

Nº 23.967/2005, de 12 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparência, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.511, de 2004, do Senador Heráclito Fortes.....

33453

##### 1.2.3 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 60/2005, de 21 do corrente, do Ministro do Turismo, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 408, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....

33453

Nº 169/2005, de 22 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 412, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....

33453

Nº 218/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 785, de 2005, do Senador José Jorge.....

33453

Nº 221/2005, de 19 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 595, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior.....

33453

Nº 367/2005, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 713, de 2005, do Senador Tasso Jereissati.....

33454

Nº 558/2005, de 8 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparência, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 400, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....

33454

Nº 981/2005, de 19 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 606, de 2005, do Senador Alvaro Dias.....

33454

##### 1.2.4 – Ofício do Advogado-Geral da União

Nº 269/2005, de 8 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 401, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....

33454

### 1.2.5 – Avisos do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 69/2005, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.407, de 2004, do Senador César Borges.....

33454

Nº 71/2005, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 657, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....

33454

Nº 73/2005, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 159, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....

33454

### 1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.....

33454

Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.....

33455

Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera o art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.....

33456

Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que acrescenta o art. 207-A ao Código Penal, com vistas a criminalizar a contratação de menores de dezoito anos para trabalho perigoso ou insalubre.....

33458

### 1.2.7 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2004, de autoria do Senador José Sarney, que institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá.....

33459

### 1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 1.076, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Adamor Guedes, Presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Transgêneros, assassinado no dia 28 de setembro de 2005.....

33459

### 1.2.9 – Parecer

Nº 1.774, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2004 (nº 3.070/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais..

33460

### 1.2.10 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto

Legislativo nº 505, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário, tendo em vista o Ofício nº 138, de 2005, da Comissão de Educação.....

33463

Deferimento do Requerimento nº 1.075, de 2005, de autoria do Senador Mão Santa, lido na sessão de ontem.....

33463

### 1.2.11 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 51, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que convoca Assembléia Nacional Constituinte.....

33463

### 1.2.12 – Discursos do Expediente

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Considerações sobre as reivindicações dos prefeitos de todo o País, que vieram a Brasília nos últimos dias.....

33466

SENADOR RAMEZ TEBET – Comentários sobre proposta de emenda constitucional de sua autoria e outros Senadores, que propõe a redução do recesso parlamentar.....

33467

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – A falência dos municípios, em razão de leis inaceitáveis.....

33469

SENADOR GILBERTO GOELLNER – A falta de acatamento, pelos Estados Unidos, de determinação imposta pela Organização Mundial do Comércio (OMC), com relação à retirada de subsídios a seus produtores de algodão.....

33470

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos ao Senador Rodolpho Tourinho relator do projeto sobre o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado, hoje, na Comissão de Assuntos Sociais. Realização de audiência pública em Camaquã/RS sobre a Convenção – Quadro de Controle do Uso do Tabaco. ....

33471

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Registro da aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, do Estatuto da Igualdade Racial, projeto de autoria do Senador Paulo Paim, do qual foi o relator.....

33475

SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Registro da filiação de cinco novos integrantes ao P-SOL. Considerações a respeito das relações do governo federal com o Congresso Nacional.....

33477

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Reflexões sobre as eleições para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados e a repercussão na mídia.....

33479

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pedido de publicação oficial de expediente do TCU, dirigido ao Presidente do Senado, acerca de irregularidades em 84 obras públicas. Reflexões sobre as eleições para a presidência da Câmara dos Deputados.....

33480

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Considerações sobre a repercussão na imprensa do ocorrido durante as eleições para a presidência da Câmara.....

33482

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Denúncias de violência na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em razão da demarcação. ....	33483	a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação –REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Comentários sobre o depoimento do Sr. Maurício Marinho a CPMI dos Correios, e sobre a eleição para o cargo de presidente da Câmara dos Deputados. ....	33488	<b>Apreciação sobrestada</b> por não haver acordo das Lideranças. ....
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Notícias divulgadas pela imprensa questionando a atuação de S. Exª e do Senador Mão Santa no Senado Federal.....	33489	33529
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro da criação de dois cursos de Mestrado na Universidade Federal de Roraima. Comentários sobre a relação de obras irregulares enviada pelo TCU ao Congresso Nacional. Homenagem pelo Dia do Idoso. ....	33492	Item 2 (Proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Saudação aos cinco parlamentares que se filiaram ao P-SOL. Considerações acerca do projeto sobre gestão de florestas públicas. ....	33492	Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
SENADOR JOSÉ AGRIPIINO – Protesto pela exclusão do artigo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, intitulado <i>Raça segundo São João</i> , que seria publicado na <b>Mídia Impressa</b> de hoje...	33497	<b>Apreciação sobrestada</b> .....
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro de participação na reunião-almoço patrocinada pela Federação das Indústrias de Goiás, destinada à apresentação do anteprojeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, elaborado pelo Sebrae. ..	33500	Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)
<b>1.2.13 – Leitura de requerimento</b>		Medida Provisória nº 254, de 2005, que revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
Nº 1.077, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa. <b>Aprovado</b> . ....	33502	<b>Apreciação sobrestada</b> .....
<b>1.2.14 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União</b>		Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para
Nº 35/2005, de 21 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC nº 009.891/2005-0, examinado pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 21-9-2005, bem como dos Anexos de I a V do referido processo, do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação. <b>(Os Anexos serão publicados em Suplemento A a E à presente edição)</b> .....	33504	33529
<b>1.2.15 – Ofício</b>		Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
Nº 181, de 2005, de 28 do corrente, da Senadora Patrícia Saboya Gomes, comunicando que a partir desta data passa a integrar o Partido Socialista Brasileiro – PSB.....	33529	Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do
<b>1.3 – ORDEM DO DIA</b>		
<b>Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)</b>		
Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para		

Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

**Apreciação sobrestada.** ..... 33530

**Item 5 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)**

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais. **Apreciação sobrestada.** .....

**Item 6**

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Apreciação sobrestada.** .....

**Item 7**

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada.** .....

**Item 8**

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.** .....

**Item 9**

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. **Apreciação sobrestada.** .....

**Item 10**

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004 – Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. **Apreciação sobrestada.** .....

**Item 11**

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que

altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência. **Apreciação sobrestada.** .....

33531

**Item 12**

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra. **Apreciação sobrestada.** .....

33531

**Item 13**

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (incluir novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). **Apreciação sobrestada.** ....

33531

**Item 14**

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí. **Apreciação sobrestada.** .....

33531

**Item 15**

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará. **Apreciação sobrestada.** .....

33531

**Item 16**

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. **Apreciação sobrestada.** .....

33531

**Item 17**

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e a Biopirataria. **Apreciação sobrestada.** .....

33532

**Item 18**

Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação. **Apreciação sobrestada.** .....

33532

**Item 19**

Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição,

seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. <b>Apreciação sobrestada</b> .....	33532	publicado no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> de 28 de setembro do corrente.....	33547
<b>1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia</b>		SENADOR <i>REGINALDO DUARTE</i> – Comentários ao artigo intitulado <i>Desculpas não bastam</i> , publicado no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , de 27 de setembro do corrente.....	33548
SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Manifestação sobre a necessidade da aprovação do projeto sobre a reforma eleitoral.....	33532	<b>1.4 – ENCERRAMENTO</b>	
SENADOR <i>GARIBALDI ALVES FILHO</i> – Manifestação de apoio ao pronunciamento do Senador Pedro Simon sobre a necessidade de uma reforma eleitoral.....	33538	<b>2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSAO ANTERIOR</b>	
<b>1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação</b>		Do Senador Alvaro Dias, proferido no dia 28 de setembro de 2005.....	33549
SENADOR <i>VALMIR AMARAL</i> – O aprimoramento dos serviços de prevenção de incêndios e de combate ao fogo como prioridade efetiva e inadiável dos dirigentes.....	33538	<b>3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 29-9-2005</b>	
SENADOR <i>TEOTONIO VILELA FILHO</i> – Comentários ao artigo intitulado <i>A China e a diplomacia brasileira</i> , de autoria do Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , do dia 21 de setembro do corrente...	33540	<b>SENADO FEDERAL</b>	
SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Comentários ao artigo publicado no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , de 26 de setembro, intitulado <i>O PT e a imprensa</i> , de autoria do professor Carlos Alberto di Franco..	33542	<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>	
SENADORA <i>LÚCIA VÂNIA</i> – Comentário à decisão do presidente Lula de vetar diversos dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006.....	33543	<b>– 52ª LEGISLATURA</b>	
SENADOR <i>JOÃO BATISTA MOTTA</i> – Registro da matéria intitulada <i>Mensalão é comparado a Watergate</i> , publicada no jornal <b>Valor Econômico</b> de 28 de setembro do corrente.....	33545	<b>5 – SECRETARIA DE COMISSÕES</b>	
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> — Registro da matéria intitulada <i>PT terá nova debandada antes mesmo do 2º turno</i> , publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , em sua edição de 26 de setembro do corrente. ....	33546	<b>6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>	
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Comentários ao artigo intitulado <i>Precisa-se de gerentes</i> ,		<b>7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
		<b>8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
		<b>9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>	
		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
		<b>14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)</b>	
		<b>15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	
		<b>16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO</b>	

# Ata da 169ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 29 de setembro de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros, da Sra. Ana Júlia Carepa, e dos Srs. Ramez Tebet, Teotônio Vilela Filho, Rodolpho Tourinho, Ribamar Fiquene, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho e Pedro Simon*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

Período : 29/9/2005 07:25:17 até 29/9/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres Voto	Partido	UF	Nome	Pres Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	PFL	PE	MARCO MACIEL	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	PMDB	MA	MAURO FECURY	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	PMDB	MA	IBAMAR FIQUENE	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAIS	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	P?P	DF	VALMIR AMARAL	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X				

*Compareceram: 51 Senadores*

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler neste momento.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 612/2005-GSMC

Brasília, 28 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar V. Exa., comunico o meu desligamento do Partido Liberal, formalizado no dia 27 do corrente mês perante o Diretório Nacional, solicitando que seja determinada a adoção das providências de estilo, colhendo do ensejo para reiterar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**.

OF. GLPMDB Nº 371/2005

Brasília, 28 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Wellington Salgado, como Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Cordialmente, – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 7 e 98/2005, de 20 e 19 do corrente, respectivamente, do Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 402, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;

– Nº 21/2005, de 20 do corrente, do Secretário de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 701, de 2005, do Senador José Jorge;

- Nº 96/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 397, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 99/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 404, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 100/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 693, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 807/2005, de 20 do corrente, do Ministro da Ciência e Tecnologia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 411, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 808/2005, de 20 do corrente, do Ministro da Ciência e Tecnologia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 683, de 2005, do Senador José Jorge; e
- Nº 23.967/2005, de 12 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparência, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.511, de 2004, do Senador Heráclito Fortes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – As informações e as comunicações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 60/2005, de 21 do corrente, do Ministro do Turismo, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 408, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 169/2005, de 22 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 412, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 218/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 785, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 221/2005, de 19 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 595, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior;

- Nº 367/2005, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 713, de 2005, do Senador Tasso Jereissati;
- Nº 558/2005, de 8 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparéncia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 400, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 981/2005, de 19 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 606, de 2005, do Senador Álvaro Dias.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – As informações e as comunicações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

As informações referentes ao Requerimento nº 785, de 2005, encontram-se à disposição do Requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### OFÍCIO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

- Nº 269/2005, de 8 do corrente, do Advogado-Geral da União, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 401, de 2005, do Senador Artur Virgílio.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### AVISOS DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

- Nº 69/2005, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.407, de 2004, do Senador César Borges;
- Nº 71/2005, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 657, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 73/2005, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 159, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2005

**Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48. ....  
.....  
VII – o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas. (NR)”  
“Art. 103. ....  
.....  
IV – promover a substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.  
..... (NR)”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

O Brasil assinou, em 16 de junho de 2003, a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, discutida e aprovada pela 56ª Assembléia Mundial de Saúde, que tem por objetivo a proteção das presentes e futuras gerações contra o consumo do tabaco e a exposição à fumaça gerada pelo tabaco.

Para ser ratificada, a Convenção precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional. Em virtude disso, tramita no Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco.

A matéria deverá ser apreciada pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Assuntos Sociais (CAS) e de Relações Exteriores (CRE), antes de ser submetida ao plenário. Já foram realizadas 5 (cinco) audiências públicas no sentido de instruir a matéria desde o início de sua tramitação no Senado Federal. Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária foi designado Relator o Senador Heráclito Fortes (PFL – BA).

A Convenção apresenta medidas que devem ser adotadas pelos países signatários relativas à proteção da saúde e do meio ambiente, aos mecanismos institucionais e financeiros de controle do

tabagismo, à redução da demanda e da oferta de tabaco. Como medida de controle da oferta de tabaco, o artigo 17 da Convenção determina o apoio a atividades alternativas economicamente viáveis, nos seguintes termos:

Artigo 17. As partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, promoverão, conforme proceda a alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente os varejistas de pequeno porte.

Como forma de dar opção aos produtores rurais que desejarem substituir a cultura do fumo por atividades alternativas é que propomos, no presente projeto de lei, a alteração da Lei Agrícola brasileira (Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991), prevendo a possibilidade de concessão de incentivos especiais, bem como destacando o estímulo a essa substituição entre os objetivos do crédito rural. Esta é a proposta para a qual, por justa e meritória, solicitamos o apoio dos demais parlamentares no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2005.  
– Senador **Sérgio Zambiasi**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

##### **LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991**

###### **Dispõe sobre a política agrícola.**

Art. 48. O crédito rural, instrumento de financiamento da atividade rural, será suprido por todos os agentes financeiros sem discriminação entre eles, mediante aplicação compulsória, recursos próprios livres, dotações das operações oficiais de crédito, fundos e quaisquer outros recursos, com os seguintes objetivos:

I – estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e instalação de agroindústria, sendo esta quando realizada por produtor rural ou suas formas associativas;

II – favorecer o custeio oportuno e adequado da produção, do extrativismo não predatório e da comercialização de produtos agropecuários;

III – incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada conservação do solo e preservação do meio ambiente;

IV – (VETADO)

V – propiciar, por meio de modalidade de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos

pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;

VI – desenvolver atividades florestais e pesqueiras.

.....

Art. 103. O Poder Público, por meio dos órgãos competentes, concederá incentivos especiais ao proprietário rural que:

I – preservar e conservar a cobertura florestal nativa existente na propriedade;

II – recuperar com espécies nativas ou ecologicamente adaptadas as áreas já devastadas de sua propriedade;

III – sofrer limitação ou restrição no uso de recursos naturais existentes na sua propriedade, para fins de proteção dos ecossistemas, mediante ato do órgão competente, federal ou estadual.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, consideram-se incentivos:

.....

I – a prioridade na obtenção de apoio financeiro oficial, por meio da concessão de crédito rural e outros tipos de financiamentos, bem como a cobertura do seguro agrícola concedidos pelo Poder Público.

II – a prioridade na concessão de benefícios associados a programas de infra-estrutura rural, notadamente de energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação;

III – a preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento, por meio dos órgãos competentes;

IV – o fornecimento de mudas de espécies nativas e/ou ecologicamente adaptadas produzidas com a finalidade de recompor a cobertura florestal; e

V – o apoio técnico-educativo no desenvolvimento de projetos de preservação, conservação e recuperação ambiental.

.....

*(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – decisão terminativa).*

##### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2005**

###### **Institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E instituído o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, que será celebrado no dia 7 de fevereiro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A história do movimento indígena data de tempos remotos, inicialmente com simplicidade e menos ousadia, não obstante a isto, na atualidade tomou-se luta universal quando órgãos como a ONU abraça a causa dado o quanto excluído é esta parcela de seres humanos que povoam o nosso planeta terra.

Apoiadas por ampla divulgação veiculada nos meios de comunicação, as pessoas deste segmento, antes tidas como “silvícolas” ou “selvagens”, começam a ser tratadas sob uma nova ótica, a da cidadania.

Em nosso projeto, buscamos o dia 7 de fevereiro em face da extrema importância para a história do Brasil, para as comunidades indígenas e, por certo, para as entidades da sociedade civil que lutam em prol do reconhecimento dos direitos do índio.

Cabe informar que para o ano de 2006, exatamente no dia 7 de fevereiro, no Brasil, propriamente na cidade gaúcha de São Gabriel, haverá um conjunto de atividades em prol do resgate da memória da luta indígena.

Esta memória a resgatar reporta-se aos fatos narrados na década de 1930 pelo general Ptolomeu de Assis Brasil na obra “Batalha de Caibaté”, baseada no diário do general português Gomes Freire de Andrade, onde cerca de 1.500 índios guaranis foram dizimados pelos exércitos português e espanhol.

Neste fato histórico, narra-se que em 7 de fevereiro de 1756 foi morto o líder da resistência, Sepé Tiarajú, às margens da Sanga da Bica, atual Município de São Gabriel (RS). Três dias depois, em torno de 1.500 índios são aniquilados pelo exército binacional, culminando com o fim da Guerra Guaranítica e o cumprimento do Tratado de Madri assinado, em 1750, pelos reis de Espanha e Portugal.

Tais fatos voltarão à tona em 7 de fevereiro de 2006 quando das celebrações da morte do índio Sepé Tiarajú, símbolo da resistência Guarani.

Agora, 250 anos depois da morte, num resgate histórico, pretendemos dar ao índio brasileiro uma data da qual possa se orgulhar por sua bravura e resistência.

Mais do que uma disputa por terras estava em jogo, nessa guerra, a hegemonia portuguesa sobre um modo de vida que se baseava num sistema igualitário e justo. O pensador francês Voltaire declara que “as Missões Jesuíticas na América do Sul representam um triunfo para a humanidade” e nisso nós concordamos.

Portanto, é com vistas ao reconhecimento pleno da cidadania deste seguimento da nossa sociedade e da valorização de quem primeiro chegou ao nosso País

que proponho o presente projeto, encarecendo os bons préstimos dos meus pares no sentido de aprová-lo.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2005.  
– Senador **Paulo Paim**.

*(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)*

### PROJETO DE LEI DO SENADO N° 343, 2005

#### Altera o art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 434, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 434. Os infratores das disposições deste capítulo ficam sujeitos à multa de trezentos reais, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei.

§ 1º Em caso de reincidência o valor discriminado no **caput** será elevado ao dobro.

§ 2º A utilização de mão-de-obra de menores de dezesseis anos, ressalvada a contratação, na condição de aprendiz, de menores a partir de quatorze anos, implicará, para os empregadores, em multa de três mil reais, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados.

§ 3º Os valores arrecadados com aplicação das multas previstas neste artigo serão destinados para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – FNCA, instituído pela Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Infelizmente, não é novidade para a nossa sociedade o drama do trabalho infantil. O Brasil, em 1980, contava com cerca de 6,9 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 5 a 17 anos, trabalhando. Esse contingente chegou a alcançar 9,6 milhões em 1992, decrescendo para 9,5 milhões em 1995, mas, somente em 1998 houve uma redução significativa nesse número, o qual diminuiu para 7,7 milhões.

Segundo o IBGE, em 2003, a PNAD detectou 5,1 milhões de crianças e adolescentes com 5 a 17 anos de idade ocupadas no Brasil. Destes, 209 mil tinham de 5 a 9 anos e 1,7 milhão tinham de 10 a 14 anos, en-

quanto 3,2 milhões tinha de 15 a 17 anos. A atividade agrícola concentrava a maior parte desse contingente: 74,6% das crianças com idade entre 5 e 9 anos, 58,0% das com entre 10 e 14 anos e 33,4% dos adolescentes com entre 15 e 17 anos. Esse último percentual foi superior ao dos ocupados com 18 ou mais anos de idade (19,3%) na mesma atividade.

Em 2002, os percentuais de ocupados nesses dois grupos etários eram 1,7%, 11,3% e 31,8%, respectivamente, e caíram para 1,3%, 10,4% e 30,3% em 2003. Manteve-se a tendência de queda detectada de 93, quando aqueles percentuais eram 3,2%, 19,6% e 46,0%, respectivamente. O nível de ocupação das crianças e adolescentes é maior nas regiões onde a atividade agrícola se destaca.

O trabalho infantil ocorre na agricultura em geral, no trabalho doméstico, no comércio em feiras e ambulantes e nos lixões. A zona rural e o setor agrícola agregam mais trabalhadores com idade entre 5 e 15 anos, enquanto que a maioria dos trabalhadores com idade entre 16 e 17 anos estão na zona urbana.

Salientamos ainda que quase a metade dos trabalhadores infantis não percebe qualquer remuneração pelo trabalho que realizam. Além disso, as crianças e adolescentes que trabalham registram níveis de escolarização mais baixos e idade mais avançada para a série cursada em comparação com aqueles que não trabalham.

Este é um quadro aterrador, contra o qual não só os governos, mas também a sociedade civil organizada vem lutando aguerridamente. Isso porque o trabalho infantil perpetua a exclusão que ocorre no âmbito das populações em situação de precariedade econômica e social. Ele mantém e perpetua o círculo de vulnerabilidade e degradação no qual crianças pobres não freqüentam a escola porque são pobres e têm de trabalhar, tornando-se adultos sem qualificação profissional, permanecendo pobres e gerando filhos que, estando na mesma condição, também deixarão de ir à escola para trabalhar.

A erradicação do trabalho infantil tem que enfrentar o desafio da inclusão social não só das crianças, mas também de suas famílias, compreendendo a cidadania como pleno exercício dos direitos sociais, civis e políticos.

Sob esse enfoque estamos propondo a alteração do art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para atualizar o valor das multas aplicáveis em razão do descumprimento das normas protetivas do trabalho do menor, nas hipóteses em que ele é admitido pela nossa legislação: a partir de 16 anos; ou 14, para o contrato de aprendizagem.

Mais do que isto, estamos estabelecendo uma nova multa, diferenciada e mais pesada, aplicável aos que se utilizarem da mão-de-obra infantil (menores de dezenas de anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos).

Trata-se de mais um instrumento de luta contra o trabalho infantil. A presente multa é sanção que guarda correspondência com a gravidade da conduta, em razão do seu valor considerável e, também por isso, tem potencial disciplinar e preventivo.

Aliada a essas medidas, o montante arrecadado com a aplicação das multas referenciadas neste artigo é direcionado para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), que aplica seus recursos em:

- ações da Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente;
- apoio a programas e projetos de pesquisas, estudos e capacitação de recursos humanos necessários à execução das ações de promoção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente;
- apoio aos programas e projetos de comunicação e divulgação das ações de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- apoio ao desenvolvimento e à implementação de sistemas de controle e avaliação de políticas públicas, programas governamentais e não-governamentais de caráter nacional, voltados para a criança e o adolescente;
- promoção do intercâmbio de informações tecnológicas e experiências entre o CONANDA e os Conselhos Estaduais e Municipais.

Dado o enorme alcance social da medida que propomos, esperamos contar com o apoio dos nossos pares, por serem justos os desígnios que norteiam o presente projeto.

Sala das Sessões 29 de setembro de 2005. – Senadora **Lúcia Vânia**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

#### Aprova a Constituição das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

.....  
Art. 434. Os infratores das disposições deste Capítulo ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um)

salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo, salvo no caso de reincidência que esse total poderá ser elevado ao dobro.

---

LEI Nº 8.242, DE 12 DE OUTUBRO DE 1991

**Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

---

Art. 6º Fica instituído o Fundo Nacional para a criança e o adolescente.

Parágrafo único. O fundo de que trata este artigo tem como receita:

- a) contribuições ao Fundo Nacional referidas no art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
  - b) recursos destinados ao Fundo Nacional, consignados no orçamento da União;
  - c) contribuições do governo e organismos estrangeiros e internacionais;
  - d) o resultado de aplicações do governo e organismos estrangeiros e internacionais;
  - e) o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;
  - f) outros recursos que lhe forem destinados.
- 

*(A Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2005**

**Acrescenta o art. 207-A ao Código Penal, com vistas a criminalizar contratação de menores de dezoito anos para trabalho perigoso ou insalubre.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido seguinte art. 207-A: Contratação de menor para trabalho perigoso ou insalubre

Art. 207-A. Contratar, ainda que eventualmente, menor de dezoito anos para trabalho perigoso ou insalubre, conforme legislação trabalhista:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Justificação**

A Constituição Federal (CF) proíbe terminantemente o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos (art. 7º, XXXIII). Pretende-se assegurar, pois, a plena integridade da infância e da adolescência, que são as etapas mais fundamentais da formação do ser humano.

No Brasil, os números do trabalho infantil são ainda assustadores, mesmo considerando a queda decorrente da implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em 1996. Tomando por base o período de 1995 a 2003, a Pesquisa de Amostra por Domicílios (PNAD) pôde observar um decréscimo de 47,5% no número de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em atividade laboral. Estima-se que, o trabalho infantil nessa faixa etária tenha diminuído de 5,1 milhões; em 2003, para 2,7 milhões.

Ainda assim, não podemos nos contentar com o absurdo de que mais de dois milhões de crianças brasileiras estejam submetidas a regimes de trabalho, muitas vezes em condições aviltantes.

No plano internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgou a Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação (Convenção nº 182). Referido instrumento foi definitivamente incorporado ao direito pátrio por meio do Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000.

De acordo com o texto, entre as piores formas de trabalho infantil está “o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças”. Por sua vez, a Recomendação nº 190, da OIT rechaça o trabalho infantil de natureza perigosa, trazendo elementos mais precisos para a sua definição.

A presente proposição pretende oferecer maior concretude aos referidos documentos internacionais. Do ponto de vista da legislação penal brasileira, observamos uma lacuna quanto à punição daquele que contrata menores de dezoito anos para trabalho perigoso ou insalubre.

A rigor, o crime de “redução à condição análoga à de escravo” não alcança a hipótese aqui aventada. Evidentemente, se o trabalho perigoso/insalubre se transformar em trabalho degradante e desumano, teríamos, por força do princípio da subsidiariedade, a

aplicação do tipo penal mais grave, isto é, aquele previsto no art. 149 do Código Penal.

Vale lembrar que o trabalho perigoso, como também o trabalho insalubre, não são irregulares *per se*.

Tanto é que as leis trabalhistas definem tais modalidades para efeito de remuneração diferenciada (arts. 189 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho).

Mas a execução de semelhantes tarefas por menores de dezoito anos desafia qualquer noção de razoabilidade, já que compromete seriamente as possibilidades de saudável desenvolvimento do menor.

A caracterização da nova infração penal como crime contra a organização do trabalho suscitará, ademais, a competência da Justiça Federal, o que nos parece mais adequado em face das ações fiscalizadoras do Ministério do Trabalho.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2005.

– Senadora **Lúcia Vânia**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

#### **Código Penal.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

#### **TÍTULO IV**

#### **Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho**

Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional

Art. 207. Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena – detenção de um a três anos, e multa.

§ 1º In corre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2004**, de autoria do Senador José Sarney, que *institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.076, DE 2005**

**Requer voto de pesar pelo falecimento de Adamor Guedes, Presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Transgêneros, assinado no dia 28 de setembro de 2005.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Adamor Guedes. Presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Transgêneros, assassinado no dia 28 de setembro de 2005.

Requeiro também que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Adamor e dele cientificado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas.

#### **Justificação**

Adamor Guedes era um cidadão brasileiro que, ao longo de sua vida, dedicou-se à defesa dos direitos homossexuais, criando, em 1992 o Grupo Gay do Amazonas. Em 2002 concorreu a uma vaga de Vereador em Manaus e sua intenção era a de concorrer, no próximo ano, a Deputado Estadual no Amazonas. Ontem, sua vida foi ceifada brutalmente, com uma facada no pescoço. Com ela, seus sonhos de se tornar político. O voto de pesar que ora requeiro justifica-se e, mais do que isso, serve como um alerta às autoridades. Sua morte, pelo testemunho de Léo Mendes, Presidente da Associação Goiana de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, nada teve de passional. Ele, pelo mesmo depoimento aqui mencionado, recebia ameaças de

morte pela sua luta em favor dos direitos humanos no Amazonas. Por isso, o voto de pesar sugere que o brutal assassinato seja apurado à exaustão. Não é possível que, na democracia brasileira, possam perdurar excessos desse tipo.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 1.774, DE 2005**

**Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2004 (nº 3.070/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.**

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

Relator **ad hoc**: Senador Wellington Salgado.

#### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 505, de 2004 (nº 3.070, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

#### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 505, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não confraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

#### **III – Voto**

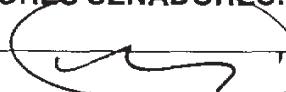
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 505, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de setembro de 2005.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS N° 505/2005 NA REUNIÃO DE 20/09/05  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	RELATOR: 8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-(VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDEI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIA	8- JOÃO RIBEIRO
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÉNCIO DA FONSECA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 505/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				VACÔ				
JORGE BORNHAUSEN	X				GILBERTO GOELLNER				
JOSE JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSE AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
IRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUAPP					VACÔ				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL	X				MÁO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VACÔ				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM Buarque	X				ALOIZIO MERCADANTE	X			
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DEL CIDIO AMARAL				
IDELE SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOYARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIAISI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVENTÍCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: QJ

SALA DAS REUNIÕES, EM 20 / 09 / 2005

  
SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II  
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V  
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 138, de 2005**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo do **Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2004**, cujo parecer foi lido anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o

prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº CE/138/2005

Brasília, 20 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, o Projeto de Decreto Legislativo de nº 505 de 2004.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o **Requerimento nº 1.075, de 2005**, de autoria do Senador Mão Santa, lido na sessão de ontem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição, que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº  
51, DE 2005**

**Convoca Assembléia Nacional Constituinte.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º Os membros da Câmara dos Deputados eleitos em 2006, e do Senado Federal da Legislatura 2007 a 2011, se reunirão em Assembléia Nacional Constituinte, na sede do Congresso Nacional, no dia 10 de fevereiro de 2007.

Art. 2º O Presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu Presidente.

Art. 3º A Constituição será promulgada depois da aprovação do seu texto pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, em dois turnos de discussão e votação.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A Constituição da República Federativa do Brasil tem sido objeto, desde sua promulgação, em 1988, de

vários movimentos de reforma. O primeiro deles, previsto no art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias, se realizou em 1993 e resultou em seis emendas, que trataram da criação do Fundo Social de Emergência, de caráter provisório, de questões de nacionalidade e de novas regras políticas e eleitorais. As reformas mais profundas foram feitas pelo procedimento previsto no art. 60 da Constituição resultaram na aprovação, até o momento (setembro de 2005), de 48 Emendas Constitucionais sobre os mais variados assuntos, como novas regras para aposentadoria de servidores públicos, fixação de limites para a remuneração de vereadores, quebra de monopólios, reeleição, medidas provisórias, reforma do judiciário, alterações no sistema tributário, inclusão do direito à moradia como direito social, o fim do conceito de empresa nacional, entre outras. As editoras, inclusive a do Senado Federal, não consegue imprimir os exemplares atualizados da Carta Magna, pois a velocidade das sofisticadas máquinas é menor que a vontade de se aperfeiçoar a atrasada Constituição.

Essa necessidade de reforma da Constituição, evidenciada também pelo grande número de propostas em tramitação no Congresso Nacional, é fruto de características que fazem da nossa Carta Magna um documento abrangente e analítico. O constituinte queria preservar a Constituição de golpes, inscrever nela o maior volume de direitos possível e resguardar as conquistas democráticas nela inscritas. Do ponto de vista histórico, a Constituição foi um avanço, pois tomou essas precauções com a boa-fé característica de quem rejeita recaídas a regimes de exceção, mas privilegiou-se um defeito que só se agiganta, pois tudo é constitucional. Essa falha abarrotava os tribunais, notadamente a Corte Máxima, o Supremo Tribunal Fede-

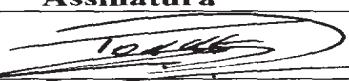
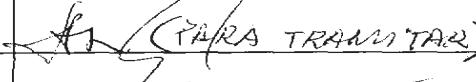
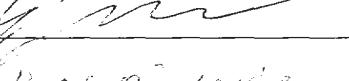
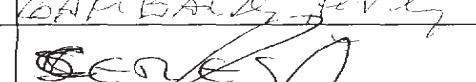
ral, que estatisticamente tem cem vezes mais trabalho que seus similares dos demais países civilizados. Daí a má-fama de que o Judiciário é lento, o Executivo legisla e o Legislativo produz leis inúteis ou que "não pegam". O resultado é uma Constituição rígida, datada, em alguns casos específica para o período em que foi formulada, contendo matérias que poderiam ser objeto de legislação ordinária e que, para acompanhar a dinâmica da sociedade e as mudanças velozes que vêm ocorrendo no mundo globalizado de hoje, necessita de permanentes alterações.

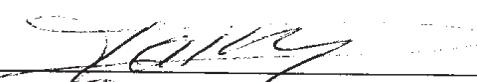
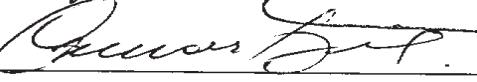
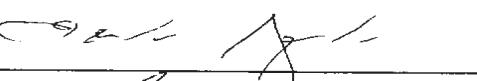
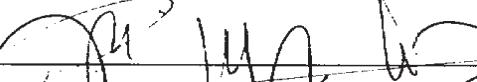
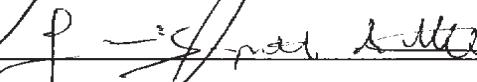
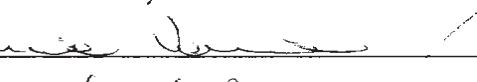
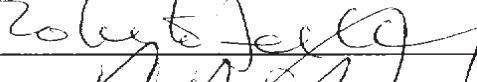
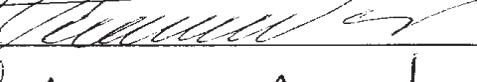
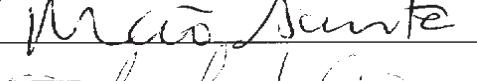
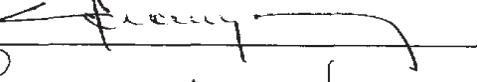
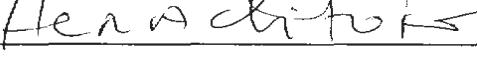
O aperfeiçoamento é natural e necessário, mas não se pode manter uma Constituição que necessita ser aperfeiçoada a cada mudança de Governo, ou diante de cada necessidade de implantação de medidas governamentais

relacionadas com impostos, com o monopólio de setores da economia, com a concessão de serviços públicos, com regras eleitorais. Em certa medida, como tudo está na Constituição, desde os princípios norteadores da sociedade brasileira até a manutenção de privilégios corporativos, todas as mudanças desembocam na necessidade de reforma da Constituição.

Uma nova Assembléa Nacional Constituinte, passados vinte anos da primeira, poderia provocar, de início, a discussão de uma nova ordem política para o País, fundada mais em princípios gerais e não em regras específicas para cada situação da vida dos cidadãos, a começar pela revisão de padrões éticos e culturais, pela discussão do sistema político num grande fórum nacional que retomaria as questões fundamentais para a construção e consolidação das instituições democráticas em nosso País.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2005.

	Senador	Assinatura
01	Demostenes Torres	
02	Roberto Magalhães	
03	General Meirelles	
04	José Venceslau da Fonseca	
05	Edenilson	
06	Senador Alvaro Dias	
07	Paulo Paim	
08	Senador Ivo	

09		Paulo Paim
10		ESMAR DRÁUS
11		EDMUNDO ARAÚJO
12		CÉSAR BORGES
13		Jefferson Peres
14		JOSÉ GOMES
15		JOSÉ DONIZETE
16		Romário
17		AGRIPINO
18		JOSÉ B. RIBEIRO
19		A.C. VIANA
20		LUÍZ VIANA
21		R. SATURNINO
22		ANA SÔNIA GARCIA
23		FLÁVIO RIBEIRO
24		AELTER FURTADO
25		MAIA SANTE
26		IDELEI SALVATTI
27		GRACIELA
28		LEIR DE PAIVA
29		HENRIQUE FROTA

**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****Da Emenda à Constituição**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

**TÍTULO X****Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

Art. 3º A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Há oradores inscritos, mas, antes, pela ordem, primeiramente, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Para uma comunicação inadiável no momento em que V. Ex.<sup>a</sup> entender adequado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Em segundo lugar, de ofício, sou eu mesma também.

Senador Ramez Tebet?

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS. Pela ordem.)

– Pois não, era neste caminho.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Na prorrogação do horário do Expediente ficam inscritos o Senador Paulo Paim, a Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Ramez Tebet. Nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno, os inscritos usarão da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável.

Dando continuidade, eu gostaria de chamar o Senador Teotonio Vilela Filho. S. Ex.<sup>a</sup> terá dez minutos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Enquanto o Senador Teotonio Vilela Filho se encaminha para a tribuna, eu gostaria de dar uma informação importante. Enviei hoje ao Tribunal de Contas da União um ofício diferente do que foi encaminhado pelo Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, no qual S. Ex.<sup>a</sup> solicita que seja suspensa qualquer tratativa entre os Fundos de Pensão, Funcionários, Previ, Petros, Citigroup em relação a Brasil Telecom.

Mandei um outro ofício, pois sou membro titular da Comissão, no sentido contrário a este encaminhado e a outros, solicitando ao TCU que deixasse correr o curso natural, porque não foi uma decisão da Comissão, que não deliberou e nem discutiu esse assunto.

Esse esclarecimento é importante.

Também encaminhei ao Presidente do Tribunal de Contas da União outro ofício solicitando que permitisse que os fatos acontecessem sem interferência desta Casa ou de qualquer pessoa no curso natural desse processo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Teotonio Vilela Filho, V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** (PSDB – AL Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, prefeitos de todo o Brasil se encontraram esta semana em Brasília para reivindicar o que há de mais elementar: a sobrevivência financeira das prefeituras que administraram e que foram surpreendidas com quedas sucessivas nas quotas do Fundo de Participação dos Municípios. Houve prefeituras que receberam menos de 20% dos repasses normais.

Sr<sup>a</sup> Presidente, os prefeitos pedem a limitação dos gastos com precatórios, que hoje inviabilizam inúmeras gestões municipais Brasil afora, e a regulamentação do ITR, mas a principal reivindicação dos prefeitos é que a Câmara dos Deputados vote o que o Senado já aprovou: a elevação em um ponto percentual, de 22,5% para 23,5%, dos repasses do FPM. Esse aumento representará um aporte suplementar de R\$1,5 bilhão para mais de cinco mil Municípios. Será muito para mais de cinco mil Municípios? Que nada! Esse volume de recursos, cuja reivindicação trouxe a Brasília mais de mil prefeitos, equivale a apenas dois dias úteis de juros da dívida pública. Menos de dois dias úteis seriam suficientes para essa reivindicação penosa que os prefeitos há meses reclamam, Sr. Presidente.

O Brasil está parando suas prefeituras por apenas dois dias de juros.

Vendo Prefeitos do Brasil inteiro, lembro outra cena dessa mesma peça encenada nos Estados Unidos, onde o Presidente do Banco Central está recebendo o título de banqueiro do ano e o nosso Ministro da Fazenda recebe elogios públicos do governo americano pelo superávit primário que conseguiu acumular nos primeiros oito meses do ano: 6,22% do PIB, praticamente o dobro do que pedira o FMI no último acordo assinado com o Brasil.

Poderíamos acrescentar a essa ópera duvidosa dois outros atos. Primeiro, o perdão de dívidas concedido pelo Governo brasileiro a países da África e da própria América Latina. Segundo, os altos investimentos do BNDES em países latino americanos.

Não faltará governista para explicar que, no último trimestre, aumentam os gastos públicos, mas o percentual do superávit de dezembro não será esse. Registre-se a resposta que o superávit dos últimos doze meses é de 5,1% do PIB, índice que nem o FMI ousou pedir e esperar.

Sr. Presidente, tal superávit foi montado em cima da penúria de Estados e Municípios brasileiros que praticamente não recebem mais qualquer transferência voluntária da União. A rigor, a União já não faz convênios, até porque sequer executa o orçamento geral. Há itens de execução muito próxima de zero, já transcorridos dois terços do exercício fiscal. O superávit foi montado, mais ainda, em cima da voracidade fiscal da União, que de 1988 para cá concentra a política tributária em cima de contribuições que não são compartilhadas com Estados e Municípios: a União arrecada cada vez mais, enquanto para Estados e Municípios sobra cada vez menos, sobretudo porque a União transferiu e descentralizou responsabilidades, mas concentrou recursos.

O superávit que o Ministro da Fazenda foi exibir aos banqueiros americanos é a expressão da absoluta insensibilidade do Governo Federal para Estados e Municípios. A União não admite sequer ouvir a palavra renegociação de dívidas quando se trata de Estados ou Municípios. Mas o mesmo governo que se recusa a repactuar condições impagáveis de dívidas decenárias anistia débitos de outros países. A diplomacia do lero-lero e da enrolação que há três anos orienta este País provoca absurdos que só a lógica petista consegue absorver.

No Brasil inteiro, sobretudo no Nordeste, as prefeituras se mobilizam numa espécie de greve branca. Em algumas, os prefeitos vieram aqui para Brasília esta semana. Noutras, se estuda a suspensão do expediente em alguns dias da semana. Noutras, até se pensa em fechar temporariamente portas e serviços das Prefeituras. Em todas, a mesma conclusão da ab-

soluta impossibilidade de sobreviver com menos de um quinto dos repasses normais.

Lamentavelmente, como brasileiros não merecemos um décimo da atenção que este governo dispensa a países estrangeiros. Não se estranhou, Sr. Presidente, que o Presidente da República não tivesse dado a menor bola para o encontro dos prefeitos esta semana aqui, em Brasília. Ele caba de chegar de uma viagem internacional, já se prepara para outra. Dos 31 dias de outubro, o Presidente ficará fora do Brasil durante 14 dias – a metade do mês. Sua Excelência descobriu outra definição para governar. Para ele, governar é viajar ou se omitir diante das crises. Aos prefeitos e aos governadores endividados sobrarão apenas a constatação do registro da imprensa: os americanos escolheram nosso Presidente do Banco Central como banqueiro do ano. E nosso Ministro da Fazenda foi lá fora oferecer o superávit de 6,22% do PIB, construído com o sofrimento e a penúria do povo, dos Municípios e dos Estados brasileiros. Nem o FMI jamais ousou pedir tanto, Sr. Presidente. Não era preciso pedir. O PT deu de mão beijada.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Teotonio Vilela Filho, a Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.*

*O Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Teotonio Vilela Filho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho. PSDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, por cinco minutos.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que só tenho 5 minutos, mas não posso deixar de me dirigir a V. Ex<sup>a</sup>, porque eu o ouvi com toda a atenção. V. Ex<sup>a</sup> fez um pronunciamento em defesa dos municípios, como eu fiz, como outros fizeram, mas V. Ex<sup>a</sup> retratou também o País. V. Ex<sup>a</sup> trouxe dados interessantes, Senador Teotonio Vilela. Sabe por quê? Porque eu mesmo não tinha atinado que dois dias sem pagar juros resolve o problema dos municípios, e não resolvemos o problema. Positivamente, Senador Teotonio Vilela, só isso já valia o seu pronunciamento por inteiro. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>.

E quero dizer por que vim à tribuna, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores. Vim à tribuna porque há poucos dias encaminhei – e a Mesa já remeteu para a Comissão de Constituição e Justiça – um projeto de emenda à Constituição, cujo primeiro signatário sou

eu, apoiado por mais 1/3 de Senadores da República, onde proponho que acabemos com um recesso parlamentar tão grande como o nosso. Isso é inaceitável! A sociedade está cobrando de nós.

Não é possível que continue em vigor o preceito constitucional que diz que ficamos sem trabalhar; começa em fevereiro e vai até 31 de dezembro, com interrupção no mês de julho. Isso está errado! Via de regra, o Congresso Nacional tem sido convocado extraordinariamente, e com isso há um gasto de milhões para o Tesouro.

Estou propondo que nos igualemos aos trabalhadores do Brasil e mudemos a regra constitucional imediatamente. Não é como muitos estão pensando, que será a partir de 2015, porque não souberam interpretar o texto constitucional que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É para entrar em vigor tão logo seja aprovado o nosso texto constitucional.

Eu gostaria de lembrar, Sr. Presidente, que esse é o texto mais atrasado da Constituição. Por quê? Porque esse texto constitucional remonta a todas as constituições do Brasil. É que no tempo do Império, segundo alguns, havia receio de os parlamentares viajarem para a capital da República, Senadora Heloísa Helena, porque, quando chegava o verão, vinham junto muitas doenças. Então, com receio das doenças, os parlamentares somente vinham quando já não havia mais perigo para sua saúde. Isso foi ficando. Parece brincadeira! Os tempos evoluíram, entramos num mundo inteiramente globalizado, estou aqui em meu segundo mandato, e raras foram as vezes em que não houve convocação extraordinária do Congresso Nacional. Então, entendo que devemos nos igualar aos trabalhadores do Brasil. A atividade parlamentar tem que ser igualzinha, e não há nenhuma demagogia, não, Sr. Presidente, em dizer que a atividade parlamentar tem que ser igual à atividade do trabalhador brasileiro, que só tem 30 dias de férias. Devemos, também, nós, que o representamos, ter 30 dias de férias.

Era só o Poder Judiciário que gozava de excepcionalidade nessas férias, e o Poder Legislativo também. Agora, com a Emenda Constitucional nº 45, o Poder Judiciário diminuiu seu recesso. Aqueles 60 dias de férias da magistratura estão interrompidos. Há um dispositivo na emenda constitucional que diz que a atividade jurisdicional será ininterrupta, isto é, não pode parar, sendo proibidas férias coletivas.

Acredito que minha emenda tem que prosperar. Todos os Senadores a quem pedi que me honrassem com sua assinatura na apresentação desta emenda já o fizeram, exclamando que querem a aprovação deste projeto. Nesse mês de julho, por exemplo, trabalha-

mos. Porque a LDO não havia sido aprovada, ficamos trabalhando aqui normalmente.

Vim a esta tribuna fazer um apelo público para que façamos aquilo que a sociedade espera que façamos. O tempo passou. O mundo mudou muito, Sr. Presidente. Outra causa, isso permaneceu nas Constituições porque os meios de transporte eram difíceis. Hoje os aviões e os ônibus nos levam às nossas bases e nos trazem de retorno à capital semanalmente.

Por que um recesso tão longo, tão duradouro, como este que está previsto na Constituição da República, com um profundo desgaste para a imagem do Congresso Nacional? Porque toda vez que se fala em convocação extraordinária do Congresso Nacional, mexe-se no Tesouro, nos recursos financeiros, recebem-se salários, vencimentos, proventos, e isso tudo redonda em prejuízo para a imagem do Congresso Nacional – por que não dizer – num certo constrangimento para esse pagamento que acontece por ocasião das convocações extraordinárias.

Assim sendo, Sr. Presidente, faço este apelo público, querendo dizer o seguinte: se for aceito o projeto de minha autoria em que tive a honra de receber a assinatura de V. Ex<sup>as</sup>, haverá uma diminuição de 27 dias para os eleitos no próximo pleito e no pleito de 2010 aqui para o Senado Federal. Sabe por quê? Porque aí se trata de legislatura, ou seja, a cada quatro anos. Mas, quanto às férias, é preciso deixar claro: aprovada a emenda constitucional, ela entra em vigor imediatamente, tal como consta de seu próprio dispositivo. Essa emenda constitucional entrará imediatamente em vigor, e é o que espero.

Eu ouço a campainha, e o assunto nem mesmo comporta um pedido de prorrogação a V. Ex<sup>a</sup>. Quero apenas saudá-lo mais uma vez, Senador Teotonio Vilela Filho, pelo discurso que V. Ex<sup>a</sup> fez antes de mim. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Agradeço a atenção dos Srs. Senadores.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho. PSDB – AL) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.)** – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança do P-SOL, preservando, claro, os oradores que estão inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho. PSDB – AL) – Se V. Ex<sup>a</sup> desejar, poderá usar a palavra de imediato, Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Eu prefiro deixar para depois, Sr. Presidente, já que a Senadora Íris de Araújo é a próxima inscrita.

**O SR. PRESIDENTE** (Teotonio Vilela Filho. PSDB-AL) – Certo.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à nobre Senadora Íris de Araújo.

**A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, depois dos acontecimentos que marcaram de maneira veemente a presença dos prefeitos em Brasília, com o seu protesto, com o seu grito, com as suas bandeiras que clamam sobretudo por socorro, cabe-nos uma reflexão sobre o que efetivamente podemos fazer para impedir o que já se desenha no cenário nacional: a falência de nossos municípios em decorrência de leis injustas e inaceitáveis, que concentram o grosso dos recursos nas mãos da União e dos Estados, deixando as cidades brasileiras *ao Deus-dará*.

Que não seja em vão o canto de desespero que veio do interior deste País de tantos contrastes e de tantos absurdos! Porque, de fato e de realidade, são as cidades o verdadeiro cenário em que reside o Brasil verdadeiro, com suas carências, com suas dores. Ali, onde residem dona Maria, seu José, os nossos pais, os nossos irmãos, os nossos vizinhos ou os nossos amigos, é justamente aonde não chegam os recursos suficientes para satisfazer a tamanhas e tantas necessidades!

É por isso que mais de 1.500 Prefeitos emprenderam aqui em Brasília aquela marcha de 4<sup>a</sup> feira, às vezes marcada pela violência de uns, mas que teve uma mensagem transparente, aberta, forte e incisiva para demonstrar que existe um caos rondando os municípios.

Não queríamos que fosse este o retrato, mas nossos Municípios estão falidos, atolados em dívidas, sem condições de propiciar as respostas que suas populações esperam na forma de investimentos e serviços capazes de melhorar a qualidade de vida.

Aos prefeitos, por sua vez, é reservado um papel igualmente amargo. A República, da forma que foi concebida no Brasil, obriga-os sempre a perambular de chapéu na mão, à caça do níquel que garanta a sobrevivência da sua cidade. Vivem esses prefeitos de porta em porta, desde as Secretarias Estaduais até os Governadores, passando pelos Ministérios e pela Presidência da República.

Trata-se, Srs. Senadores, de uma jornada ultrajante. Quem deveria ser exaltado acaba por viver na humilhação de mendigar recursos, porque tudo foi construído para que exista essa dependência, fonte inesgotável de práticas que já deveriam ser sepultadas da Nação, como essa tal história de clientelismo, a horrível – devo ressaltar – troca de favores.

Agora, que perplexidade, essa pirâmide invertida! O fruto maior do dinheiro arrecadado vai mesmo para os cofres do Palácio do Planalto e dos Governos Estaduais. Imaginem aquela pequena cidade no interior da Bahia, ou do Pará, ou do Mato Grosso, Senador Ramez Tebet, do Tocantins, do Rio Grande do Sul ou do meu querido Goiás! Fica o mínimo do mínimo, logo ali onde as carências são maiores, onde a população é mais pobre.

Falamos muito – aqui em outros lugares e em outras reuniões – da democracia política, democracia institucional. Mas nos esquecemos da verdadeira democracia, aquela que saiba promover o equilíbrio na distribuição dos tributos, que são pagos com o suor de todos.

Da forma como está o Brasil não encontrará caminhos para vencer as gritantes disparidades sociais. Com isso, seu crescimento será como que perigosamente torto: os grandes centros urbanos funcionando como única tábua de salvação para milhares de interioranos que não encontram outro meio senão abandonar tudo para tentar a sorte lá onde estão as indústrias, o imenso comércio e a ilusão das oportunidades.

De fato, precisamos de uma reforma tributária ainda mais profunda para reparar tantas injustiças. Mas, de imediato, é preciso que a Câmara dos Deputados vote aqueles dois pontos fundamentais para as cidades. O primeiro é o aumento em um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), passando de 22,5%, para 23,5%. Segundo a redação dada pelo Senado Federal, esse acréscimo será repassado juntamente com a parcela do primeiro decêndio de dezembro, como forma de auxiliar no pagamento do 13º salário dos servidores. A medida deve gerar a transferência adicional de R\$1,5 bilhão por ano.

O outro ponto trata dos Precatórios Judiciais: na PEC nº 74/03, o Senado incluiu a sua regulamentação, fixando o limite em 2% do total da receita corrente líquida do Município como teto para o pagamento e, o restante, fixando em 120 meses o tempo para parcelamento.

É também importante dar prosseguimento ao que foi acertado com as autoridades de Brasília: o Imposto Territorial Rural (ITR) deverá ser votado juntamente com a reforma tributária. No mesmo sentido, também está a elaboração de um decreto isentando o IPI das prefeituras para aquisição de máquinas e equipamentos, uma importante reivindicação dos Municípios.

Não custa nada lembrar que hoje 25% das prefeituras brasileiras deixam de receber repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devido à inadimplência.

É bom citar ainda que essas medidas, mesmo que ainda tímidas, vão beneficiar 5.562 Municípios em todo o País. É muita gente à espera de um aceno positivo do Executivo e do Legislativo, agilizando a aprovação de leis que, diga-se de passagem, já estão há um bom tempo na Câmara Federal.

A marcha em Brasília organizada pela Confederação Nacional de Municípios, entidade comandada pelo Presidente Paulo Ziulkoski, espera por resultados práticos, não é mesmo, Senador Paulo Paim? Tenho certeza de que eles virão, porque o mais importante foi feito. Ou seja, a semente da consciência foi lançada.

Ninguém, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores aqui presentes, pode ficar fora da bandeira do municipalismo, porque ela é a nossa geografia, a nossa vida, a nossa origem, a nossa raiz. A esses brasis tão vastos e variados, belos brasis de tanta diversidade, gente bondosa e simples, povo trabalhador e sofrido, as chamadas leis do bem devem chegar o mais rápido possível.

Se fomos tão eficientes e rápidos para instalar um monte de CPIs, que sejamos assim igualmente competentes e céleres. Nossos Municípios têm sede e fome. Temos pressa! O Brasil, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, está cansado de ser injusto.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Teotonio Vilela Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolfo Tourinho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolfo Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (PFL – MT) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na última quarta-feira, dia 21, venceu o prazo para que os Estados Unidos tomassem alguma medida para cumprir com a determinação da Organização Mundial do Comércio (OMC) de retirar seus subsídios aos seus produtores de algodão ou remover os efeitos adversos por eles causados. Essa foi a segunda vez que os Estados Unidos deixaram de acatar a decisão imposta pela OMC, após o Brasil ter ganho uma ação contra aquele País no âmbito da comercialização do algodão.

Na época, Sr. Presidente, a OMC condenou sete programas de subsídios norte-americanos destinados a beneficiar seus produtores, sendo que cinco deles tiveram seus prazos expirados em 1º de julho deste ano. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos chegou a anunciar algumas mudanças, mas nenhuma foi efetivada para eliminar esses subsídios, o que levou

o Governo brasileiro a formalizar o primeiro pedido de retaliação para não perder o prazo.

Na semana passada, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, propôs negociar eventuais benefícios comerciais com os Estados Unidos, a fim de compensar o não cumprimento das determinações impostas pela OMC.

Isso foi espelhado no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 24 de setembro, que destacava: “Protecionismo. Para o ministro do Desenvolvimento, é melhor negociar benefícios comerciais em vez de partir para a retaliação”. E com a grande manchete: “Brasil buscará acordo com EUA, diz Furlan”.

E no texto:

O Brasil prefere negociar eventuais benefícios comerciais com os Estados Unidos, como a facilitação do acesso de produtos de interesse nacional [que seriam outros produtos de interesse nacional que não o algodão] no mercado norte-americano, em vez de partir para a retaliação por conta dos subsídios concedidos aos produtores de algodão e já considerados ilegais pela OMC (Organização Mundial do Comércio).

Segundo o Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, o Brasil busca uma “solução negociada” que renda dividendos comerciais concretos.

Isto colocamos: e o algodão, a lavoura de algodão brasileira, a indústria têxtil brasileira, que utiliza praticamente 100% do algodão brasileiro? E a economia que o País está fazendo no valor de mais de um bilhão de dólares? E o superávit na balança de pagamentos? O algodão confere ao Brasil mais de US\$1,3 bilhão, que é o valor agregado dessa produção. Isso aí são R\$4 bilhões. Onde é que fica isso?

“Se os norte-americanos nos facilitarem a entrada de alguns produtos do nosso alto interesse [pergunta-se: e o algodão não é de alto interesse?], isso pode ser uma compensação razoável”, disse o Ministro.

Os subsídios concedidos ao algodão pelo Tesouro dos Estados Unidos prejudicam sensivelmente os produtores brasileiros. É o caso hoje do florescente desenvolvimento do algodão, Sr. Presidente, na sua terra, o oeste da Bahia. É um produto que está dando exemplo hoje. Os produtores estão dando exemplo de competitividade e de tecnologia produzindo algodão, como ocorre também em Estados do Centro-Oeste como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso que produz

mais de 50% do algodão brasileiro e Goiás, além de São Paulo e do Paraná.

Essa negociação de compensação por parte dos Estados Unidos ao Brasil, proposta pelo Ministro Furlan, vai frontalmente de encontro aos interesses dos produtores brasileiros, que, inclusive, investiram recursos na ação movida os produtores brasileiros auxiliaram o Governo, o Ministério das Relações Exteriores com mais de R\$5 milhões nesse contencioso, em grandes bancas de advogados internacionais, para que se vencesse esse contencioso. Ela significa também um grave retrocesso, pois aparenta um abandono da vitória conquistada na OMC sobre o algodão por parte do Governo brasileiro.

De acordo com o coordenador-geral de contenciosos do Ministério das Relações Exteriores, Roberto Azevedo, o Governo brasileiro já divulgou nota informando que pedirá ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC o direito de retaliar os Estados Unidos – menos mal – e concordou em aguardar até o fim do ano para que aquele país tenha as condições políticas domésticas para enviar ao Congresso norte-americano projetos de lei mais polêmicos, que vão reduzir a ajuda oferecida aos seus produtores de algodão.

Ora, Sr. Presidente, pela primeira vez, o Brasil poderá retaliar na área de propriedade intelectual, por exemplo, negando às empresas norte-americanas os direitos que detêm no País sobre marcas e patentes. A retalição também deve incluir a previsão de aumento, pelo Brasil, de imposto de importação para produtos norte-americanos.

O Governo brasileiro ainda não sabe o valor das retalições, que será afixado pela OMC, mas, no primeiro caso, podem chegar a US\$2,9 bilhões, valor desembolsado pelo Governo norte-americano com os programas de subsídio, apenas no último ano, à cultura de algodão.

Sr. Presidente, é questionável essa pretensão do Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, de apresentar propostas ou negociar concessões que venham prejudicar os produtores brasileiros de algodão e toda a cadeia têxtil, pois ela pode invalidar as conquistas obtidas na OMC e comprometer um segmento que movimenta anualmente cerca de um US\$ 1,5 bilhão, o equivalente a R\$ 4 bilhões, e é responsável pela manutenção de mais de 250 mil empregos diretos em todo o seu segmento.

Tal posição parece não ter o aval dos Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores. Portanto, o Ministro Furlan está avançando o sinal. Isso é grave, pois desconsidera interesses da cotonicultura brasileira, evidencia a falta de uma linguagem única do Governo

e compromete a retomada de renegociações comerciais iniciadas na rodada Doha da OMC.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, eu não poderia deixar de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> – sei que V. Ex<sup>a</sup> vai falar sobre o assunto e, com certeza, farei um aparte – pelo brilhante relatório que V. Ex<sup>a</sup> fez sobre o Estatuto da Igualdade Racial e também pela grandeza e generosidade.

Hoje, pela manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, o relatório foi aprovado por unanimidade. E V. Ex<sup>a</sup>, no momento em que lia o relatório, dizia: “Fiz algumas dezenas de emendas, mas não fiz um substitutivo”. V. Ex<sup>a</sup>, com essas palavras, fazia uma homenagem a mim, que sou o autor do Estatuto. V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, melhorou muito o projeto original. V. Ex<sup>a</sup> criou um artigo específico contra a discriminação da mulher negra. V. Ex<sup>a</sup> ampliou muito a redação que trata das religiões de matriz africana. Mas, além disso, olhando com carinho o seu relatório, percebi que V. Ex<sup>a</sup> mexeu numa série de artigos, aprimorando e melhorando aquela redação que tinha sido dada, num primeiro momento, por aqueles que me ajudaram a construir o Estatuto.

Mas quero destacar o que disse V. Ex<sup>a</sup>: “Não apresentarei um substitutivo. O autor é o Senador Paulo Paim; eu sou o Relator”. Tenho certeza de que esse relatório, pela qualidade com que foi configurado, feito pela lavra de V. Ex<sup>a</sup>, tem muito a ver com a audiência de que participei, junto com V. Ex<sup>a</sup>, no seu Estado, em Salvador, na Bahia. Foi uma belíssima audiência, na qual todos deram sua opinião e contribuíram para o relatório.

Lá, V. Ex<sup>a</sup> disse: “Se depender de mim, na próxima quinta-feira – hoje –, ele será aprovado”. E hoje V. Ex<sup>a</sup>, um homem de coragem, de princípio, que age com a razão e também com o coração, apresentou o relatório, após pedir pauta especial. O Senador Antônio Carlos Valadares, que também merece nossos cumprimentos e elogios, de imediato acatou o seu encaminhamento. Nem precisei fazer a defesa, feita por V. Ex<sup>a</sup>.

Eu diria que um grande sonho da nação negra, da comunidade negra pode-se tornar realidade. Se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovar com rapidez, o projeto vai à Câmara e pode ser sancionado no dia 20 de novembro.

Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Rodolpho Tourinho. Não direi muito obrigado, pois o combate ao preconceito e ao racismo é dos homens de bem, brancos e negros.

A causa é a mesma, a luta é a mesma. Por isso, neste momento, só quero cumprimentá-lo dizendo que o seu relatório melhorou, e muito, o projeto original. Quem ganha com isso é o Brasil.

Eu dizia hoje pela manhã, e repito agora, que este País só será de Primeiro Mundo quando homens de coragem e mulheres enfrentarem a questão do preconceito racial, como faz V. Ex<sup>a</sup>, permitindo, assim, que nunca mais ninguém seja qualificado ou desqualificado pela cor da pele. Pode ser por outro motivo, mas não pela cor da pele. Pode ser pela sua conduta, pela ética, pela forma de agir, pela sua história, mas não pela cor da pele.

Senador, também quero deixar registrada, no dia de hoje, a minha satisfação por ter participado de uma outra audiência pública, também neste fim de semana, na cidade de Camaquã, Rio Grande do Sul. Participei de um debate sobre a Convenção-Quadro Controle do Uso do Tabaco com os Senadores Heráclito Fortes – Relator –, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi. Foi uma audiência, Sr. Presidente, da qual participaram cerca de oito mil pessoas, com a presença de lideranças, trabalhadores e produtores.

Não vou descrever toda a audiência, mas quero dizer que me marcou muito ver alguns setores defendendo a Convenção-Quadro e outros falando contra ela. Naquela oportunidade, eu já dizia que aquele era um falso debate, porque quem é a favor da Convenção-Quadro está em defesa da saúde e da vida; quem é contra a Convenção-Quadro está a favor do emprego e do trabalho, que envolve dois milhões e meio de pessoas. Disse e repito que todos somos a favor do trabalho, da produção, da saúde e da vida. Então, não se deve jogar um contra o outro.

Naquele debate, vi inúmeros trabalhadores irem à tribuna sugerir que fosse dado ao cigarro o mesmo tratamento é dado ao álcool. Será que não se dá o mesmo tratamento porque, no caso do álcool, atingem-se as grandes cervejarias, os grandes produtores de uísque, os grandes produtores de cachaça, os grandes produtores de conhaque? Será que esses grupos econômicos têm uma força tão grande que não permitem que haja o mesmo movimento? O que destrói mais uma família: o cigarro ou o álcool? Alguém poderia dizer que os dois destroem igualmente. Concordo. Se são iguais na destruição, o tratamento deve ser igual para os dois.

Na questão do álcool, não se proíbe nem a propaganda que incentiva o seu consumo. No caso do cigarro, já avançamos. Mas vamos avançar também na questão do álcool.

Sr. Presidente, o Rio Grande do Sul é, sim, o maior produtor do mundo – eu diria – de tabaco, do

fumo. Existe um ou outro Estado dos Estados Unidos da América que pode produzir o mesmo volume que o Rio Grande, mas não mais. O Brasil é o segundo maior produtor do mundo e, com certeza, fica em primeiro lugar em matéria de exportação.

Ora, deve haver esse debate? Sim. O que nós queremos? Que haja uma regra de transição, pois a produção foi tão incentivada que, no Brasão da República, há um ramo de café e um ramo de fumo, de tabaco.

Se é chegado o momento em que temos que enfrentar esse debate, vamos enfrentá-lo. Mas vamos ter uma regra de transição para permitir que aqueles que foram incentivados, ao longo do tempo, a produzir fumo possam migrar para outra cultura. Não se pode, de uma hora para outra, dizer para milhares de famílias que, de hoje em diante, elas terão que reduzir essa produção e migrar para outra cultura. Há toda uma operação de maquinário, de terra, de produção, de incentivo, de sistema que terá que ser alterada. Que venha, então, uma regra de transição.

Quero insistir, Sr. Presidente: seria muito bom que tivéssemos o mesmo tratamento para a questão do fumo e para a questão do álcool.

Sr. Presidente, não poderia deixar, terminando estes dois minutos, de dizer que não entendo por que a Câmara não aprova uma minirreforma, pelo menos, não da reforma política, mas da reforma eleitoral, que está naquela Casa para o debate e que vai tratar das convenções, das campanhas, dos gastos, das pesquisas eleitorais, da diminuição do horário eleitoral gratuito, da proibição de distribuição de brindes, da contratação de artistas, das doações ilegais.

Ora, há três CPIs que tratam do assunto. Se nada for feito – o tempo encerra-se amanhã –, daqui a dois anos, estaremos com outras CPIs tratando do mesmo tema: caixa dois, desvio de verba, corrupção nas campanhas eleitorais. As CPIs estão cumprindo o seu papel, mas há que haver uma ação concreta, definitiva, que interfira na forma como são feitas as campanhas eleitorais deste País, Sr. Presidente.

Não se trata apenas de punir este ou aquele Deputado ou aqueles que estão envolvidos. Que haja as devidas punições, mas vamos também tratar de uma outra fórmula de fazer a disputa eleitoral, daqui para frente. Ou nos submeteremos ao mesmo processo a partir de outubro deste ano? A campanha praticamente já se inicia. Em novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, o País estará em plena campanha com a fórmula antiga, resultante das eleições anteriores, que acabou, como todos estão vendo, nesse grande escândalo, com três CPIs tratando do mesmo tema.

Por isso, somando-me à posição que – tenho certeza – é de todos os Senadores ou da ampla maioria, peço que se faça pelo menos a reforma eleitoral – nem me refiro à reforma política –, para inibir, coibir a forma como se dá o processo eleitoral, que, como todos nós sabemos, permite esses desmandos que vão, infelizmente, fazer com que no futuro tenhamos aqui outras CPIs de combate à corrupção devido ao processo eleitoral.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> considerasse na íntegra os meus dois pronunciamentos, uma vez que o tempo não permitiu que eu aprofundasse os temas.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, reformar é preciso e urgente!

Dentre as definições que o Aurélio nos dá para a palavra Reforma, encontramos: “pôr em bom estado” e “cobrar novas forças”.

Eu estou aqui hoje para cobrar novas forças, para pedir urgência na aprovação do substitutivo ao PLS 275/05 que promove uma reforma eleitoral.

Sr<sup>as</sup>s e Srs. Parlamentares, todos nós sabemos da necessidade de se fazer uma reforma política ampla, a fim de que a ética, a verdade, a transparência e credibilidade sejam os grandes sustentáculos do sistema político.

Como bem disse o Deputado Maurício Rands, no relatório A Hora e a vez da Reforma Política, da CCJ da Câmara dos Deputados: “...algumas patologias do atual sistema eleitoral emergem a reclamar soluções. ...Bairros e Municípios inteiros transformados em bocas-de-urna remuneradas, mero disfarce à compra de votos declarada. Uma mesma pessoa integrando mais de uma lista.

...como a ação do Estado ainda é lenta e burocrática, as pessoas inclinam-se a se valer da eleição para obter favor imediato dos políticos em quem identificam a culpa por aquela incapacidade do Estado.”

Mas, todos nós também sabemos da urgência de acharmos medidas para responder pelo menos em parte, à crise pela qual o País passa hoje. As CPIs mostraram desvios de recursos para as campanhas eleitorais. Alguma coisa nós temos que fazer.

A proposta que esta Casa aprovou em 18 de agosto, o substitutivo ao PLS 275/05, é um projeto, uma espécie de mini-reforma, que poderá ajudar a dar maior transparência nas campanhas, na forma de fiscalização, na redução do tempo de propaganda, na

limitação do tipo de propaganda a ser usada, fazendo com que os gastos sejam menores e aumentando as penas para quem cometer irregularidades.

O projeto define ainda que:

As convenções para escolha dos candidatos, ocorrerão entre 20 e 31 de julho;

as campanhas iniciarão em 1º de agosto e não mais em 05 de junho;

os gastos realizados na campanha, identificando valores e fontes de recursos terão que ser divulgados pela Internet após 10 dias do resultado das eleições;

a divulgação de pesquisas eleitorais será proibida 15 dias antes do pleito.

Friso de novo, é um projeto importante para este momento que estamos vivendo. É importante que seja votado, se possível, até o final deste mês.

Se olharmos com urgência para pontos como:

Duração das campanhas – redução para 60 dias, veremos que a história de cada candidato irá prevalecer e desaparecerão os chamados produtos de marketing.

Horário eleitoral gratuito – 35 dias antes da antevéspera das eleições, Os espaços na mídia televisiva tem custos altíssimos para candidatos e partidos. Chega de cenas fantasiosas, chega de iludir o eleitor.

Programas eleitorais apenas com o candidato, Cada um terá que dizer a que veio.

Proibição de distribuir brindes, Acho excelente pois o brinde não deixa de ser uma forma de comprar o voto. Existe um comprometimento indireto entre você e a pessoa, uma compra de voto indireta.

Considero que a redação dada pelo Senado foi muito boa. Somos defensores das doações legítimas, registradas e legalizadas para as doações dos sindicatos às campanhas daqueles candidatos que, efetivamente, defendem os interesses do nosso povo, dos trabalhadores.

Esse tema, me causa algumas preocupações, embora seja oriundo do movimento sindical. A minha preocupação é que isso poderá levar a uma partidariação dos sindicatos.

Podemos ter uma investida dos Partidos nos Sindicatos para que façam doações para esse ou aquele candidato, quando na base, na categoria, entre os sócios, estão naturalmente homens e mulheres de todos os Partidos.

Temos que ser muito cuidadosos na regularização desse item, por exemplo, doações somente poderão acontecer se aprovadas em assembleia amplamente divulgada e convocada.

Mas certamente a redação dada moraliza e mostra que fora desses limites haverá cadeia para os que infringirem a lei.

Acredito que a Reforma Política pode e deve ser feita. Sou totalmente favorável à concretização de uma reforma que venha moralizar as campanhas políticas, não esquecendo da importância de que ela também assegure a liberdade de organização partidária.

Temos consciência de que a sociedade clama por transparência em todo processo eleitoral. Confio na relevância da luta pela democracia livre de qualquer tipo de corrupção, democracia estruturada na lisura e na transparência.

Nós precisamos sim, de uma Reforma ampla, mas o momento nos mostra que precisamos de medidas sérias que sejam implementadas já para as próximas eleições.

Caso contrário, como já disse há 3 meses, no ano que vem as eleições se darão com esta legislação e como consequência, em 2007 teremos mais meia dúzia de CPIs para investigar as campanhas, com desgaste para o Poder Legislativo e para a própria população.

Eu gostaria de enfatizar meu pedido: Vamos fazer o que podemos agora; já vamos pôr as coisas em bom estado, vamos votar este Substitutivo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o segundo assunto é que tive a grata satisfação de participar de Audiência Pública na cidade de Camaquã/RS, juntamente com os Senadores Heráclito Fortes, Relator da matéria, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, relativamente à tema bastante controverso, a Convenção Quadro – Controle do uso do tabaco.

A audiência pública contou com a presença de cerca de 8 mil participantes entre Lideranças do setor e trabalhadores, Aconteceram manifestações a favor e contra a convenção Quadro.

Desde maio de 2004 tramita no Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo – PDS 602/2004 – para aprovação do texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, causando muita polêmica nas comissões por onde tramitou.

De um lado estão os produtores rurais contra a falta de políticas públicas que assegurem regras de transição para a cultura do fumo e de outro as entidades antitabagistas que defendem a imediata ratificação da Convenção-Quadro.

Quero enfatizar que é falso dizer que quem é a favor da convenção defende a vida e quem não quer a convenção defende o emprego.

Todos querem renda, trabalho, saúde e vida. Deve haver uma regra clara, negociada com os empregadores, trabalhadores e com a área da saúde.

Ao meu ver não se trata de ser contra ou a favor da ratificação do texto assinado pelo Governo Brasileiro, em 16 de junho de 2003.

A Convenção-Quadro é sem dúvida um importante compromisso do governo brasileiro e dos demais países para com a saúde da população mundial. É um compromisso em que os Estados signatários reconhecem o tabagismo como um problema global, ao qual pode-se somar também, o alcoolismo, e se comprometem em empreender esforços para elaboração de políticas para a redução do consumo do tabaco.

Sabemos que, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS o fumo mata a cada ano, só no Brasil, cerca de 200 mil pessoas e pelo uso do álcool o quadro é até de maior gravidade.

O Brasil ocupa a segunda posição mundial entre os produtores de tabaco e é o primeiro em exportação.

Claro que defendo a ratificação da Convenção-Quadro e que se dê também o mesmo tratamento para o álcool, que envolve grandes interessados, como os produtores de Whisky, cachaça, cerveja, vodka, conhaque, etc.

Defendo esta posição porque defendo a vida! Bem maior que deve ser preservado acima de qualquer interesse.

Ao meu ver, a discussão a respeito das demais formas de drogas lícitas, aceitas pela sociedade e estimuladas pelos meios de comunicação, pelas propagandas pagas, também deveria ser feita.

O consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo, é responsável por mais de 90% da violência contra mulheres e da violência sexual contra crianças.

Acidentes de trânsito, suicídios, homicídios, agressões, atos violentos são todos consequências graves impostas à sociedade provenientes, muitas vezes, de comportamentos produzidos por indivíduos alcoolizados.

Estatísticas demonstram que mais de 90% dos pacientes internados em decorrência de acidentes de trânsito, incluindo os atropelamentos, apresentam graus variáveis de presença de álcool no sangue. Do total de colisões registradas mais de 60% tem como condutores motoristas embriagados.

É preciso restringir não só o consumo de fumo, mas, principalmente, o consumo de bebidas e de outras drogas.

Srs. Parlamentares, por outro lado, não posso, neste momento, desamparar os milhares de agricultores que vivem e que sustentam suas famílias com o cultivo do fumo.

Apóio sim a ratificação da Convenção, como já fizeram muitos países, mas apóio também, os agricultores no sentido de garantir regras claras, objetivas e seguras de transição da cultura do fumo.

Apóio também que seja dado o mesmo tratamento à questão do álcool. Todos sabemos que ele é um inimigo da saúde, da vida. Ele destrói o indivíduo, as famílias e como já dissemos, é grande fator gerador de violência no trânsito, nos lares.

Tenho cobrado do Governo Federal a definição de regras de transição que dêem aos agricultores as garantias que eles esperam antes da ratificação.

O tempo urge!

A causa é nobre!

O objetivo é sublime!

Queremos preservar as atuais e as futuras gerações das amargas consequências do consumo e da exposição à fumaça do tabaco e ao consumo do álcool.

Assim, faço um apelo ao Governo Brasileiro no sentido de garantir aos fumicultores a transição para uma nova cultura, para que possamos aprovar o texto da Convenção-Quadro e, sobretudo, assegurar ao Estado Brasileiro a posição de destaque na promoção de ações para frear o consumo do tabaco e do álcool, protegendo assim a saúde e o direito ao trabalho de todo nosso povo.

Era o que eu tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao eminente Senador Rodolpho Tourinho por dez minutos.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, o Senado Federal – entendo – deu hoje um passo importante para propiciar a melhoria da condição de vida da população negra, diminuir as desigualdades entre negros e brancos, proporcionar a igualdade de oportunidades entre eles, reconhecer o direito dos remanescentes dos quilombos e criar instrumentos para superar a discriminação de que são vítimas os afro-brasileiros.

Aprovamos hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, por unanimidade, o relatório ao Projeto de lei do Senado nº 213, de 2003, projeto esse de autoria do eminente Senador Paulo Paim, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Entendo que é uma longa luta que o Senador Paulo Paim trava, por muitos anos, tendo inclusive apresentado, quando Deputado, projeto semelhante na Câmara dos Deputados, cuja tramitação, até hoje, não se encerrou. Mas este do Senado terá sua trami-

tação concluída. Depois de passar por três Comissões, este importantíssimo projeto vai ainda à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde é terminativo. Nessa marcha, poderemos aprovar ainda neste mês, certamente, este projeto. Creio que o objetivo comum é aprová-lo antes de 20 de novembro, Dia de Zumbi, data muito importante para ser utilizada como marco dessa aprovação.

O projeto agrupa disposições que estabelecem os fundamentos do Estatuto, os direitos à saúde, à educação, a cultura, esporte e lazer, os direitos à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos, além de determinações que cuidam do Fundo de Promoção da Igualdade Racial, definem os marcos de reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos, prevêem mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, instituem o sistema de quotas em favor da população afro-brasileira, disciplinam a contribuição dos meios de comunicação para a visibilidade dos afro-brasileiros, Sr. Presidente, no processo de superação da discriminação racial e, por fim, criam as condições de melhor acesso dos negros brasileiros à justiça.

Sabemos todos que o Brasil está longe de ser um País em que todos são iguais, prova desse fato são as inúmeras pesquisas que mostram as desigualdades existentes entre negros e brancos com respeito ao analfabetismo, à repetência, à evasão escolar, às oportunidades de trabalho e aos salários.

Diferentemente de países em que a desigualdade entre negros e brancos foi claramente sancionada em lei, no Brasil a discriminação contra os negros instituiu-se de uma maneira que, veladamente, tem escapado ao mandamento formal de que todos são iguais perante a lei.

Essa forma não legalizada de discriminação possui, contudo, raízes profundas. Apesar de ser expressão da cultura dominante no País, a segregação racial dos negros é dissimulada e não assumida. Se não forem levadas em conta tais características, não se consegue entender a contradição de uma mesma pesquisa de opinião constatar que a maioria dos brasileiros acredita na existência de discriminação contra os negros e que a maioria igualmente declara não discriminá-los.

Nesse contexto, é possível imaginar quão grande foi a luta dos negros para trazer a público o debate sobre o racismo. Um dos maiores feitos do movimento feito negro após à Constituição de 1988 foi, sem dúvida, ter logrado tornar pública a discussão da situação do negro na sociedade brasileira.

Conquanto o racismo seja dissimulado e não assumido, os dados oficiais mostram, com meridiana clareza, que os negros encontram-se em evidente

desvantagem em quase todos os indicadores sociais. A esse respeito, recorde-se que a desproporcional participação dos afro-brasileiros nos contingentes de pobre e indigentes do País levou pesquisadores a declararem que no Brasil a pobreza tem cor – o que é lamentável.

A condição de pobre ou indigente negro, ao mesmo tempo, tem contribuído para reforçar o tom dissimulado da discriminação mediante o argumento de que no Brasil não há discriminação contra o negro, mas contra o pobre. As estatísticas oficiais, por si só, demonstram o caráter falacioso desse juízo.

Outra forma de dissimulação é o argumento de que o racismo não existe porque a ciência já demonstrou não existirem raças puras. Esquecem os que se valem desse raciocínio do fato de que o racismo, como prática social, independe do substrato da raça para se impor como discriminação contra os afro-brasileiros.

Nesse contexto, a maior de todas as virtudes da proposição do Senador Paulo Paim é exatamente postular a superação do racismo mediante a criação de mecanismos de dois tipos: os que buscam reverter a condição de desvantagem socioeconômica em que se encontram os negros e aqueles que visam fundar uma nova sociabilidade, baseada na igualdade de todos por meio do reconhecimento da importante contribuição dos afro-brasileiros para a nacionalidade.

Assim, o Estatuto da Igualdade Racial pretende obrigar os serviços de saúde a cuidar das doenças prevalentes na população negra e visa instituir instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, cuida da formação de docentes baseada nos princípios da equidade, tolerância e respeito às diferenças raciais, bem como do desenvolvimento de campanhas educativas destinadas a tornar a solidariedade social para com os negros um elemento constituinte da cultura brasileira.

Diz-se comumente que a Lei Áurea, de um só golpe, com um só artigo, pôs fim à escravidão. De fato, a rigor, a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, possui apenas um dispositivo, uma vez que seu art. 2º contempla a cláusula de revogação.

Diz a famosa Lei Áurea: “Art. 1º. É declarada extinta a escravidão no Brasil. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário”.

Possivelmente, dentro da legislação brasileira, é uma das poucas leis que contém um só artigo, desde que o art. 2º, Senador Paulo Paim, não vale, é apenas de revogação de disposições em contrário. Portanto, estamos, claramente, desde 13 de maio de 1888, à espera de algo que venha completar essa lei, pois

nenhuma lei poderia abolir a escravidão com apenas um artigo.

E isso chega neste momento, com o Estatuto da Igualdade Racial, da lavra do Senador Paulo Paim, que, numa luta grande, vem tentando, como disse anteriormente, há muito tempo, fazer com que isso se torne realidade. É preciso que seja dessa forma, a fim de que possamos diminuir as desigualdades raciais no País.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Rodolpho Tourinho?

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Concedo, com muita satisfação, Senador Paulo Paim, e com muito orgulho de ter sido o Relator do projeto, o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, é importante para o Brasil o dia de hoje, em que o Senado Federal demarca mais uma vez sua luta contra os preconceitos. E vejo na tribuna V. Ex<sup>a</sup>, que não é negro, mas um homem que entende que a luta contra o preconceito é de todos nós. Confesso que minha ida à Bahia com V. Ex<sup>a</sup> demonstrou, primeiro, o carinho que V. Ex<sup>a</sup> dispensa a negros e brancos, e, segundo, o carinho que recebe do povo da Bahia. Por isso, fiz questão de estar lá, de onde saí convencido de que, no dia de hoje, haveríamos de aprovar o projeto na Comissão de Assuntos Sociais, como de fato ocorreu. Por outro lado, Senador Rodolpho Tourinho, em 2005, século XXI, estamos ainda discutindo formas e leis a fim de combater o racismo e o preconceito. Como disse V. Ex<sup>a</sup>, mais de 90% do povo brasileiro, consultado, reconhece que no Brasil existe racismo. Foi um dado que ouvi há pouco de V. Ex<sup>a</sup>, que é um estudioso do tema. Ora, por que tanta dificuldade, então, para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que está em debate, eu diria, há mais de dez anos? Foram sete anos na Câmara dos Deputados e, felizmente, dois anos e meio aqui no Senado Federal. A partir do momento em que V. Ex<sup>a</sup> foi designado Relator, e com as audiências públicas realizadas, a matéria foi agilizada. Pode ser simbólico o que vou contar, mas recebi do Senador Mão Santa um Cristo negro. É pequeno, não sei se as câmeras conseguem filmar, mas demonstra que, somente agora, com o debate que estamos realizando, como eu diria antes, ninguém deve ser analisado, pensado ou mesmo qualificado ou desqualificado pela cor da pele. Poucas figuras de Cristo são negras. E vou além: quem já viu um anjo negro? Poucos anjos são negros. E qual é o problema? Não pode haver anjo negro? Cristo não pode ser negro? Claro, todos sabemos, que não tem nada a ver a cor da pele. Meu amigo Senador Rodolpho Tourinho, é um dia muito importante, pode ter certeza. Eu gostaria de

encerrar, dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que, em novembro, duas marchas virão a Brasília – não diria sobre Brasília, mas a Brasília. As duas da comunidade negra, e têm como eixo principal a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Tenho quase certeza, pelo brilhante trabalho realizado por V. Ex<sup>a</sup>, de que o sonho da comunidade negra com a Carta de Alforria, como disse V. Ex<sup>a</sup>, que não veio em 13 de maio de 1888, se realizará em 20 de novembro de 2005. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos para concluir.

Eu gostaria, neste momento, de lembrar o que aconteceu na Bahia, e que foi muito importante. Não poderíamos votar um estatuto sem antes passar pelo Estado que possui a maioria da população negra e pela segunda maior cidade de população negra no mundo, que é Salvador. Houve uma participação muito grande das principais lideranças negras do Estado. Uma participação que não se resumiu ao dia da audiência pública; foram várias reuniões e estudos realizados, e boa parte deles incorporada ao projeto. Cito o exemplo do Professor Jorge Portugal, que coordenou todo esse trabalho. Isso foi importante para que a Bahia pudesse sentir que alguma coisa nova acontece nessa área.

Tenho certeza de que a população de Salvador também lhe será eternamente grata por isso, Senador Paulo Paim.

Como eu dizia, o Estatuto de que V. Ex<sup>a</sup> é autor, jamais poderia ser substituído – recebeu emendas, em acordo com V. Ex<sup>a</sup>. – porque ele contempla a lei de artigo único, a Lei Áurea, que deixou lacunas imensas, omissões enormes do Estado na instituição de um instrumento que colocasse fim à escravidão.

O projeto de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, contempla, de certa forma, a Lei Áurea, ao contribuir de forma notável para superar a discriminação racial que os negros brasileiros têm sofrido, motivo por que se impõe a sua aprovação.

Encerro, Sr. Presidente, mencionando uma frase muito importante citada pelo Senador Paulo Paim em nossa audição em Salvador. Agradeço também ao Senador Antonio Carlos Valadares pela contribuição em relação ao que pôde ser feito na Bahia e também no que se refere à aprovação do projeto. Não podemos aceitar aquilo que foi dito por alguém e que o Senador Paulo Paim citou na Bahia: "Os negros estão condenados no Brasil a um ciclo de reprodução da pobreza não por serem pobres, mas por serem negros". Isso nós não podemos aceitar.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Deferido o pedido de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à eminente Senadora Heloísa Helena, pelo prazo de cinco minutos, como Líder do P-SOL.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, acho que vou muito mais fazer um registro para não pecar pela omissão.

É claro que hoje é um dia muito especial, muito feliz para o P-SOL, porque novos parlamentares a ele se integram para a construção do Partido, como o Deputado João Alfredo, a Deputada Maninha, o Deputado Chico Alencar, o Deputado Fantazzini, o Deputado Ivan Valente, companheiros com os quais tivemos oportunidade de desbravar caminhos na luta pelo socialismo em muitos momentos da nossa história de vida. Então, sem dúvida, é um momento muito especial para o P-SOL este em que recebe esses Deputados Federais.

É claro que nós acolhemos, com generosidade, do mais simples catador de lixo ao mais conhecido parlamentar ou dirigente de outras estruturas partidárias, que nos possibilitam construir o P-SOL, construir um abrigo para a esquerda socialista e democrática, que não se vende para se lambuzar no banquete farto do poder e não se rende diante da verborragia neoliberal.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar, porque tive oportunidade de observar, a promiscuidade na relação entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, esse balcão de negócios sujos que foi instalado aqui no Congresso Nacional para viabilizar os interesses do Governo.

Eu sei que não é novidade a corrupção no País, eu já disse umas quinhentas vezes isso, mas tenho que repetir, porque sempre aparece algum, que eu não sei se por boa-fé, má-fé ou se por ser freguês do mensalão, que diz que ficamos criticando o Governo Lula e não criticamos o Governo Fernando Henrique. Se for para criticar a corrupção no País, criticamos até Pero Vaz de Caminha. Eu já disse aqui uma vez que Pero Vaz de Caminha, quando mandou a primeira carta para Dom Manuel, dizendo que estava vendo, pela primeira vez, a beleza da Terra de Vera Cruz, o Brasil, já estava havendo tráfico de influência. Ele tinha um gênero que roubava igreja e dava em padre e estava cumprindo pena em São Tomé, na África. Então, Pero

Vaz de Caminha estava pedindo: faz um traficozinho de influência aí, tira o meu genro de São Tomé e o põe de volta na Corte portuguesa.

É claro que houve corrupção no Governo Fernando Henrique, não tenho dúvida disso, aliás, quando eu era Líder do PT e da Oposição a Fernando Henrique, estrechava aqui, apontando os indícios relevantes de crimes contra a administração pública, e contava, em muitos momentos, com disputas muito interessantes! Havia disputas com alguns que, hoje, são da oposição. À época não estava aqui o Senador Arthur Virgílio, o Líder era o Senador Artur da Távola, com a sua sofisticação, sua delicadeza, porque é um homem brilhante, e todo mundo sabe disso, apesar de defender idéias diferentes das minhas, é claro. Havia também o Senador Geraldo Melo e outros que eram da tropa de choque do Governo Fernando Henrique e eram capazes de colocar a cavalaria para nos esmagar, mas hoje são da tropa de choque do Governo Lula. É uma coisa engraçadíssima de se ver!

Um dia desses, eu estava vendo as notas taquigráficas de uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e o que determinadas lideranças, do PMDB especialmente, mas de outros partidos também, diziam do Lula, do Zé Dirceu, do Mercadante, era uma coisa do outro mundo! E, hoje, estão lá de mala e cuia, juntinhos, enamorados! O amor é lindo! Realmente é superinteressante, impressionante!

Eu não poderia deixar de dizer, Senador José Jorge, Senador José Agripino, que é evidente que sabemos que havia isso, havia compra de voto para reeleição do Fernando Henrique! O cômico é porque o Deputado que estava lá naquela cena, a que os petistas se referem o tempo todo hoje, é o mesmo da base do Lula, amicíssimo do Presidente Lula!

É por isso que o povo odeia político! É por isso que o povo impõe uma generalização perversa! Porque é tanta “gentinha safada” que quem não é safado fica a ponto de enfartar todos os dias ao identificar inclusive o que aconteceu da semana passada para cá. É uma coisa impressionante! Senador José Agripino, estou impressionada! Aquela cena, ontem, da comemoração... E digo isso, porque a posição dos poucos parlamentares do P-Sol, que, hoje, são 7 deputados, era a de que apresentássemos outro nome, mas, infelizmente, como não foi possível chegar a um consenso, optamos pela abstenção, a fim de que não se legitimasse o processo da forma como estava sendo configurado. Mas vou dizer uma coisa: estou impressionada! Impressionada! O que fizeram da semana passada para cá, o balcão de negócios sujos que o Palácio do Planalto instalou aqui no Congresso Nacional, é uma coisa de outro mundo! E a forma cínica e dissimulada

como o Governo Federal articulou com o Congresso Nacional, onde havia uma prateleira de mercadoria parlamentar. Cada Parlamentar era etiquetado conforme o preço identificado ou pelas lideranças do Senado e da Câmara, ou pelo Presidente da República e seus Ministros, que escolhiam os parlamentares e davam-lhe preço. Alguns receberam cargo, prestígio, dinheiro, liberação de emenda, portanto, mecanismo para instalar o “propinódromo”, como eles continuam fazendo, e outros receberam a sinalização de que não serão punidos no Conselho de Ética. Estavam lá numa comemoração impressionante. Estavam comemorando todos juntos.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Pois não, Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Por acaso V. Ex<sup>a</sup> ainda acredita que alguém vai ser punido?

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Não. Olha, Senador José Jorge, tenho todos os dias de dizer para mim mesma: Heloísa, tenha fé em Deus e fé na luta do povo. Tenho que dizer isso para mim todos os dias, para agüentar o estado **ad nauseam**, náusea permanente, que estamos vivenciando aqui.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão ao fazer esse questionamento porque quem está participando das Comissões Parlamentares de Inquérito, quem está participando de alguma comissão de fiscalização e controle já identificou isto: foi montado um balcão de negócios sujos, onde se distribuiu cargos, prestígio, liberação de emenda, poder e também se negociou a ausência de medidas disciplinares e de cassação de mandatos. Vejam em que situação estamos. Atualmente um bispo baiano está em greve de fome, pedindo a rediscussão do projeto de transposição do São Francisco. O Governo não tem a menor sensibilidade de reabrir o debate sobre a transposição do São Francisco quando há um bispo em greve de fome, em Cabrobó, em Pernambuco. Ao mesmo tempo, o Governo monta um balcão de negócios sujos com uma sensibilidade sem-vergonha ao estabelecer o balcão das mercadorias parlamentares. Isso é o que foi estabelecido nesses dias.

Se Pero Vaz de Caminha era corrupto, se houve outros governos corruptos, se Fernando Henrique era corrupto, nada disso justifica o que o atual Governo faz. E o pior, Senadores José Agripino e Paulo Paim, é que fico pensando: quantos anos da minha vida dediquei a essa causa! Dos anos da minha vida que dediquei a essa causa não me arrependo, mas repenso, e muito, o que fiz porque não posso pegar de volta os melhores anos da minha vida que dei para construir algo que eu achava que era instrumento de luta a serviço da classe

trabalhadora e hoje vejo que é um partido como outro qualquer, que se vende e que compra conforme as conveniências das cúpulas partidárias vendidas.

Então, deixo aqui apenas aquilo que é o “jus esperiandi”, porque sei que não adianta nada, porque, como o melhor dos mundos para quem é vigarista é entrar na política. O político ladrão enriquece, fica bem na vida, depois se qualquer nervosismo acontece, ele vai para a pérgula da piscina, toma seu uísque, vai para a Europa passear e não está nem aí. Alguns de nós, que aqui estamos, é que ficamos neuróticos, nervosos, todos os dias das nossas vidas nos dedicando àquilo que é uma causa interessante, mas não é nada.

Então, a única coisa que eu peço tanto a nós, Parlamentares, que ainda estamos aqui tentando nadar contra a correnteza, quanto ao povo brasileiro é pressão, é controle, é fiscalização, porque a “operação abafa” que aqui está montada começa com o balcão de negócios sujos onde se distribuíram cargos, prestígio e poder, onde se negociou de forma safada – sofisticada, é verdade, mas desprezível e desrespeitosa – com os Parlamentares para que eles não fossem punidos por serem, objetivamente, ladrões ou fregueses do “mensalão”, se alguém assim quiser denominar.

Portanto, fica aqui só o nosso protesto.

Eu vou continuar ensinando aos meus filhos que é proibido roubar, e eu espero que todas as mulheres e homens de bem e de paz continuem ensinando aos seus filhos que é proibido roubar.

Agüentar esse jogo sujo, sórdido, sofisticado, mas vomitável e desprezível, montado nessa relação promíscua Palácio do Planalto-Senado da República-Câmara Federal é algo que realmente nos faz questionar muito o que é, de fato, essa tal democracia representativa brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador José Agripino, Líder do PFL, por cinco minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, gostaria inicialmente de rapidamente fazer uma retrospectiva do que está ocorrendo, em matéria de disputa, na Câmara dos Deputados.

O Deputado Aleluia, que era Líder do PFL e hoje é Líder da Minoria foi escolhido o terceiro Parlamentar mais ativo do Congresso, quando foi candidato a Presidente da Câmara, teve 53 votos – com todos os méritos dele, 53 votos. O Deputado José Thomaz Nonô, igualmente do PFL, igualmente da Oposição, com forças da Oposição, na eleição de ontem, no primeiro turno, teve 182 votos. No segundo turno, Senador Antonio Carlos Magalhães, ele era Oposição, só Oposição. O discurso dele era de Oposição. O outro era Governo.

Severino Cavalcanti ganhou a eleição sendo uma espécie de cobra de duas cabeças: era Governo e Oposição. Depois, aderiu ao Governo.

Na disputa de ontem, Nonô era só Oposição. Ele teve 243 votos contra 258 do Governo – quase ganha a eleição –, e o Governo, no primeiro turno, o que teve foram 182 votos. O resto é como a Senadora Heloísa Helena acabou de denunciar: é produto de transação que está em todos os jornais do Brasil de hoje.

Jornal **O Globo**, primeira página: “Negociação com partidos do mensalão elegem Aldo”. Olhem o tamanho das letras: garrafais. Na terceira página: “Fundos e mundos elegem Aldo”. Fundos – recurso, dinheiro – e mundos elegem Aldo. Isso é a imprensa livre do Brasil. Não, mas é só **O Globo**? Não! Vamos ver **O Estado de S. Paulo**: “Governo abre o cofre e elege Aldo por 15 votos”. Comprou a eleição. É o que o jornal, na primeira página, está dizendo: comprou a eleição. A eleição era 182 a 182. Se deixassem correr livre, ganhava Nonô.

Não, mas é só jornal de São Paulo e do Rio de Janeiro! Vamos a Brasília, **Correio Braziliense**: “Lula elege Aldo, mas no sufoco”. E dentro há um mundo de matérias: “Aposta pesada do Governo”, “Ufa! Aldo vence por apenas 15 votos” o que acabei de dizer.

E aí vem o que preocupa a mim e à Senadora Heloísa Helena. A sociedade brasileira deve estar estupefacta com o espetáculo da liberação de R\$1,5 bilhão a emendas na véspera da eleição, da presença de Ministros de Estado dentro do recinto das Comissões da Câmara dos Deputados, cabalando votos. Mas o que me preocupa mais...

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Pessoas do “mensalão”!

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – É o que me preocupa mais, Senador Antonio Carlos Magalhães. Aqui está a fotografia da primeira página da **Tribuna da Imprensa**: “Aldo é Presidente, mas Câmara está dividida”. Sabe quem está na primeira página? Aqui está Aldo fazendo o sinal do polegar para cima, da vitória. Quem está em volta dele com ar soridente de vitorioso? João Magno, José Dirceu, Professor Luizinho, José Mentor. Todos os quatro cassáveis. Todos os quatro com ameaça de cassação, comemorando com Aldo a vitória. Comemorando com Aldo! O que me preocupa é esta fotografia, por exemplo: Aldo carregado nos braços, José Dirceu atrás batendo palma. Aldo foi testemunha a favor de José Dirceu no Conselho de Ética. Ele agora é Presidente da Câmara, ele tem o poder de receber ou não o pedido de *impeachment* e dar andamento ou não ao processo de votação para cassação dos cassáveis. Essa turma toda está aplaudindo a eleição de Aldo Rebelo.

Eu não tenho nenhuma razão para fazer críticas aqui ao Deputado Aldo Rebelo, em quem reconheço um cidadão decente. Até hoje, vi nele atitudes decentes. Mas me preocupa esse entorno. O que aconteceu ontem, o que foi a página negra que os jornais todos estão mostrando foi uma eleição – não sou em quem diz, é a sociedade, interpretada pelo pensamento dos jornais do Brasil – que foi adquirida. Pelo voto livre, o Governo teria perdido a eleição na Câmara. Mas quem é que atuou? Foram os “mensalões”. Está aqui a fotografia dos sorridentes, os que estão aplaudindo, os que estão enlouquecidos de alegria com a eleição de Aldo.

Será que Aldo vai comprometer o seu passado? Será que Aldo Rebelo vai proteger os cassáveis? Será que Aldo Rebelo vai, a partir de agora, agir sectariamente, em nome das piores causas do Brasil? Será que ele vai ser pior do que Severino? Se ele adotar essa postura, Senador Alvaro Dias, ele será muito pior do que foi Severino Cavalcanti. O que nos resta? Vigiar. Ah! Vigiar sim, Presidente.

Eu não quero fazer nenhuma acusação ao Presidente Aldo Rebelo, a quem desejo todo o êxito do mundo na sua gestão à frente da Câmara dos Deputados. Agora, dele o PFL vai querer que a Câmara, sob o seu comando, ande; que a Câmara vote a reforma política; que a Câmara complete a votação da reforma tributária. Estão os Municípios quebrados, falidos, e o 1% dos Municípios a mais no Fundo de Participação parado, por inércia da Câmara, que estava sem comando. O que agora nós vamos querer é que a Câmara entre em marcha. E nós vamos ficar de olho bastante vivo. Nós vamos ficar vigiando o tempo todo os passos do Presidente que é eleito e aplaudido pelos cassáveis, por aqueles que estão nas primeiras páginas dos jornais aplaudindo, exultantes.

Acho que o Presidente Aldo Rebelo, com as fotos e a vibração dos cassáveis, deve estar se sentindo um Presidente com a espada de Dâmocles na cabeça, porque a Oposição confia nele, desconfiando. A Oposição dá um voto de confiança a ele, desconfiando. A Oposição cobrará dele a ação de Presidente da Câmara dos Deputados que ganhou a eleição sob a ação direta e explícita do Poder Executivo interferindo dentro do Legislativo. E a Oposição não vai esquecer as fotografias daqueles que estão comemorando, com maior exaltação, a sua vitória. Aqui está José Dirceu; aqui está João Magno; aqui está José Mentor; aqui está Luizinho. Todos cassáveis acusados de corrupção.

Sr. Presidente, com essas palavras, quero dizer que o meu Partido teve, na figura do Deputado José

Thomaz Nonô, um soldado da melhor qualidade, de quem se orgulha e a quem cumprimenta com saudável entusiasmo e com o aplauso democrático de quem aplaude um homem decente, acima de qualquer suspeita.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, para solicitar a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB antes da Ordem do Dia.

E, em segundo lugar, para solicitar à Mesa provisórias para que se coloque na pauta um requerimento que dela já constou e foi retirado e que solicita do Tribunal de Contas da União auditoria no BNDES no que diz respeito ao financiamento de obras no exterior.

Ainda no dia de hoje, o Tribunal de Contas da União apresenta a auditoria sobre a construção de uma ponte, a Acre – Peru, com irregularidades. Pretendemos que todos os investimentos pelo BNDES para obras no exterior – na Venezuela, na República Dominicana, no Peru, no Paraguai – sejam alvo de auditoria por parte do Tribunal de Contas da União, uma vez que são valores expressivos, da ordem de US\$ 2,9 bilhões, cujo questionamento é inevitável. Enquanto recursos são negados para obras em nosso País – obras de infraestrutura, obras no setor de energia elétrica, no setor de estradas, de portos, na área de hotelaria, do turismo –, portanto, recursos indispensáveis para a promoção de desenvolvimento no nosso País, em contrapartida há essa liberalidade do nosso Governo oferecendo recursos significativos para obras no exterior. Isso merece mais do que explicações. É necessário que se faça mais do que uma auditoria para verificar a lisura dos procedimentos relativos a esses empréstimos.

Daí a importância de se deliberar a respeito desse requerimento. Peço à Mesa respeitosamente que, naturalmente ouvindo o Presidente Renan Calheiros, o recoloque na pauta, uma vez que foi retirado pelo próprio Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Antonio Carlos Magalhães para uma comunicação inadiável.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dirijo-me a V. Ex<sup>a</sup>, mas dirijo-me principalmente ao Presidente da Casa, Dr.

Renan Calheiros, e ao meu prezado amigo assistente, Dr. Raimundo Carreiro.

O Tribunal de Contas entregou ao Presidente da Casa ofício sobre irregularidades em obras públicas, no qual 84 obras públicas são citadas com favorecimento deste Governo corrupto presidido pelo Doutor Luiz Inácio Lula da Silva.

Quero que o publiquem no Expediente de amanhã. Ninguém pode guardar documento na Presidência, nem o Dr. Renan Calheiros, porque eu nunca guardei quando fui Presidente desta Casa. Então, esse ofício não pode ficar nas mãos do Dr. Renan; ele tem que ser publicado oficialmente. O Tribunal de Contas da União não entregou para não ser publicado. Não é documento secreto. O Presidente da Casa, que é tão bom cabo eleitoral – e eu o respeito como cabo eleitoral –, não pode deixar de publicar o documento que lhe foi entregue pelo Presidente do Tribunal de Contas da União e pelo Dr. Valmir Campelo, conforme anunciou, hoje, o Dr. Lucas Furtado, em excelente depoimento na Comissão.

Dito isso, Sr. Presidente, eu me reservo também a dizer, corroborando outros oradores, principalmente o Líder do meu Partido, que os cofres da Nação se abriram ontem para eleger o Sr. Aldo Rebelo. Nada tenho contra ele, mas tenho contra os roubos nos cofres da Nação. Tenho eu e tem V. Ex<sup>a</sup>, que também é Parlamentar. Nós não podemos deixar que se abram os cofres da Nação e que se negociem mensalões novamente pelo mesmo Presidente que disse que não tem nada com isso. Tinha, tem e terá sempre, porque não conserta. “Pau que nasce torto morre torto”, ou seja, não conserta. Vai praticar isso a vida inteira, e nós todos vamos ficar aqui aceitando isso. E o Presidente ainda ocultando obras irregulares.

Sou amigo pessoal do Presidente desta Casa, mas sou mais amigo da Nação brasileira. Conseqüentemente, quero a publicação desse ofício. Pode ser que ele não seja publicado amanhã, mas, então, vou fazer folhetos e distribuir pelo Brasil inteiro, já que o Senado não cumpre o seu dever. O Senado tem de cumprir o seu dever!

Sabemos que já foi negociado ontem o fato de não haver mais cassação. E a palavra tímida dita hoje pelo Dr. Aldo Rebelo – pessoa que estimo, mas que acho fraco, porque sofreu todas as humilhações na Casa Civil e nunca teve um gesto de altivez – já dá a entender que quer derrubar causas de barreiras, que quer facilitar a pizza, que o povo todo achava que ia ter, e que nós achávamos que não seria possível haver.

Vai ter pizza, sim, Sr. Líder José Agripino, porque assim está procedendo o Sr. Delcídio Amaral, que passou 15 dias como Presidente de uma Comissão sem vir aqui, para não dar andamento ao problema dos fundos. Ele não quer que se saiba dos fundos, porque ali muita gente será pega, inclusive Parlamentares e até Senador. O Sr. Delcídio Amaral tem de entrar numa linha de correção. Ele não é superior a ninguém. Eu posso provar que ele não é superior, e ele sabe disso.

Conseqüentemente, quero dizer nesta Casa que a reunião de hoje da CPI dos Correios foi uma decepção, nada se fez, porque este PT que é mancomunado com todas as coisas ruins deste País não deixou que se fizesse. Ou tomamos atitude – estou cansado de dizer isso aqui –, ou tudo vai dar realmente em pizza. E muitos jornalistas acham que isso é natural, que todos os Governos fazem, que é assim mesmo.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pois não, Excelência.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos, V. Ex<sup>a</sup> coloca de forma apropriada um fato da maior gravidade que eu ia mencionar, mas não o fiz. Na reunião de hoje da CPMI dos Correios, a Base do Governo, de forma deslavada, desabrida...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Cínica.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – ...retirou os seus para derrubar o quórum, evitando a votação de requerimentos e o andamento dos trabalhos daquela Comissão. Se é sinal dos tempos, talvez seja cedo. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que já convoquei para terça-feira, às 9 horas e 30 minutos da manhã, uma reunião dos nossos, como fazemos habitualmente, entre Deputados e Senadores das CPMIs, a fim de reagirmos e protestarmos. Se querem fazer pizza, não vão conseguir, porque nós denunciaremos à Nação no limite máximo, como V. Ex<sup>a</sup> está fazendo agora. Todos do PFL faremos o mesmo. Sabe por quê? Para termos o direito de ir às ruas. Se eles não têm o direito de ir às ruas porque estão mancomunados com os Srs. Delúbios, Silvinhos, Genoinos, José Dirceu, nós queremos ir. E iremos de peito lavado cumprimentar os cidadãos que hoje nos elogiam, dos quais não queremos perder o respeito que temos e que vamos continuar tendo. Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Temos que fazer uma união séria, para salvar o Parlamento. As compras de ontem não vão ser todas pagas porque o governo também

é habituado a passar calotes. Eles estão habituados sempre voltam na mesma coisa: o governo, os maltrata, os xinga, os demite, faz tudo, mas eles continuam lulistas. O que significa: coniventes com a imoralidade no Brasil.

Sr. Presidente, preocupa-me a posição do Presidente da Casa, porque sou seu amigo. Dele, só tive distinções e só gostaria de fazer distinções. Entretanto, essa situação de o Tribunal de Contas trazer ofício e ficar fora da Mesa é grave, é grave! O Presidente não pode fazer isso. Vou ao Tribunal de Contas reclamar e pedir cópia. Ou publica aqui ou eu vou pedir cópia. Não podemos ficar na situação em que estamos. A Oposição tem responsabilidade, principalmente diante de um governo irresponsável.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V.Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Com prazer.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – A Nação brasileira está nos ouvindo. Os que não ouvem agora ouvem a retransmissão logo mais à noite. É preciso que se saiba exatamente e com muita clareza o motivo desse seu protesto. Eu mesmo fui indagado aqui do que acontece na realidade. É preciso que a Nação saiba que foi um documento trazido pelo Tribunal de Contas da União, denunciando as obras irregulares. A Nação quer saber que obras são essas e exatamente esse é o protesto que está sendo feito por V. Ex<sup>a</sup> nessa Casa. Estou fazendo este alerta, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque algumas pessoas, ou que já pegaram a transmissão já tendo começado o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, ou porque não entenderam, estão curiosíssimas para saber o que está acontecendo.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Inclusive, a GDK, que esteve por esses dias, no Gabinete do Presidente, está entre as obras irregulares da Petrobras, em mais de 14, no Brasil. Fico triste porque o Presidente teve contatos com a GDK – e ele pode ter contatos com todas as pessoas –, mas a GDK não pode ter a proteção de não ser anunciada por uma obra irregular. Quero que o Presidente saiba que estou na tribuna como seu amigo, mas também e principalmente como Senador. Cumprirei o meu mandato sempre dessa forma. Se agrada ou desagrada a alguém, que me levem, já que estão soltando muitos ladrões, para o Conselho de Ética.

Portanto, Sr. Presidente, venho aqui mais uma vez protestar e pedir que, pelo menos, o Presidente do Senado mantenha-se com a dignidade que lhe le-

vou ao cargo com o nosso voto, com o nosso apreço, e que ele não nos decepcione.

Ainda acredo no Presidente Renan Calheiros, mas, para isso, ele deve tomar atitudes que enobreçam o seu caráter.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, como Líder da Minoria, pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, vou falar sobre o mesmo tema abordado pelos oradores que me antecederam.

As principais manchetes de hoje dos jornais são:

**O Globo**: Negociação com partidos do mensalão elege Aldo – veja bem, Senador José Agripino, negociação com partidos do mensalão elege Aldo;

**Folha de S.Paulo**: 'Rolo compressor' de Lula elege Aldo;

**O Estado de S. Paulo**: Governo abre o cofre e elege Aldo por 15 votos;

**Jornal do Brasil**: Governo vence e fica refém das barganhas no varejo;

**Correio Braziliense**: Lula elege Aldo, mas no sufoco;

**Jornal do Commercio de Pernambuco**: Governo sai vitorioso e elege Aldo Rebelo para presidência da Câmara;

**Diário de Pernambuco** – mesma manchete: Governo elege Aldo no sufoco.

A vitória do Deputado Aldo Rebelo, por apenas 15 votos, está-se mostrando uma verdadeira "vitória de Pirro", dada a fragilidade que o resultado mostrou sobre a base aliada governista. Bastava que oito Deputados Federais mudassem o voto, para que o candidato que garantiria a independência da Câmara fosse eleito.

As manchetes da imprensa registram as graves interferências do Poder Executivo sobre o Legislativo e sinalizam que o Governo está fazendo os preparativos para instalar uma grande pizzaria nas dependências da Câmara dos Deputados.

Talvez não seja coincidência que a diferença favorável ao candidato do Palácio do Planalto seja exatamente o número dos que estão sob ameaça de cassação devido ao escândalo do "mensalão". São quinze que estão sob ameaça; quinze foi o número de votos que Aldo Rebelo teve a mais do que Thomaz Nonô.

A imprensa destacou a alegria desses acusados depois de proclamado o resultado, fazendo reforçar as notícias que circularam nos bastidores de que

haveria um acordo do Governo com os cassáveis, dando claras indicações de que a “cassação subiu no muro...”

Em que pese a opção de parcela da Câmara pelo Deputado Aldo Rebelo, não há como negar que, por ter sido Líder do Governo e Ministro da Coordenação Política, no período do “mensalão”, sendo testemunha de defesa de José Dirceu no Conselho de Ética, qualquer decisão que o novo Presidente vier a tomar poderá ser motivo de contestação alegando-se falta de isenção.

Quando afirmei que a vitória de Aldo Rebelo seria de Pirro, queria dizer que, a partir de agora, o Governo ficou refém dos “mensaleiros”, daqueles parlamentares e partidos que vivem da exploração das necessidades do Poder Executivo.

O Governo do Presidente Lula, que teria oferecido ministérios e até verbas para os partidos, vai pagar um alto preço se quiser continuar contando com o apoio desses aliados oportunistas.

O “mensalão” é apenas o que já veio a público de um sistema de troca de favores que macula a credibilidade do Executivo diante da população brasileira.

O que ficou claro, depois da eleição na Câmara, é que a crise continua em plena efervescência, já que as causas dos escândalos até então revelados, não foram combatidas, ao contrário, uma vez mais o Governo Lula fica devendo favores a partidos fisiológicos.

Ao concluir, gostaria de elogiar a maneira democrática e isenta como o Deputado José Thomaz Nonô conduziu o processo eleitoral e destacar a sua expressiva votação, o que mostra que a candidatura veio ao encontro do desejo de expressiva parcela da Câmara dos Deputados, que deseja manter a independência do Poder Legislativo, em meio à sanha controladora do Executivo Federal.\*

Eu gostaria só de ler, para, de certa maneira, dar um pouco mais de detalhes do que estou dizendo sobre uma ligação que houve entre os Deputados Eduardo Campos e Renildo Calheiros, Líder do PCdoB, que cumprimentava com raro entusiasmo o Deputado José Janene, Líder do PT e um dos acusados do mensalão: “Você foi um gigante, Janene, um gigante”, disse Eduardo Campos, Presidente Nacional do PSB e ex-Ministro da Ciência e Tecnologia do Governo Lula. “Se não fosse você, não sei, não”, emendou Calheiros. Não custa repetir, Janene foi acusado pelo Deputado Roberto Jefferson de ser um dos operadores do mensalão e, até hoje, tinha

como certa sua cassação. Depois de ontem, ninguém sabe o que vai acontecer.

Portanto, Sr. Presidente, na realidade, penso que, de ontem para hoje, o clima mudou. Para todos que me perguntavam se haveria ou não as cassações, diria, sim, que haveria; hoje, digo que não acredito mais. Creio que o Dr. Aldo Rebelo, com a Presidência da Câmara na mão, pelos compromissos que tem com o Governo e pela forma como conduziu sua eleição, com o apoio de todas essas pessoas para ser eleito, tudo fará para que ninguém seja cassado e para que tudo termine em pizza.

Eu gostaria de comunicar à Casa que às 17 horas será assinado um protocolo no Palácio do Planalto, entre o Governo da Venezuela e o Governo brasileiro, para construção de uma refinaria de petróleo em Pernambuco, no porto de Suape. A refinaria é uma luta antiga dos pernambucanos, nossa e de muitos outros, do Governador Jarbas Vasconcelos, do Senador Marco Maciel, do Senador Sérgio Guerra, de toda a Bancada de Pernambuco. Portanto, hoje é um dia muito importante para nós, pernambucanos, pois é um grande investimento. Assim, eu gostaria de me congratular com todos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Augusto Botelho, por dez minutos. Em seguida, terá a palavra o eminente Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, quero aqui firmar minha posição de que as CPMIs não podem terminar em pizza. O povo brasileiro não aceita mais falta de vergonha nesta Casa.

Mas o que me traz aqui, nesta tarde, é um problema regional.

O povo de Roraima e a maioria das pessoas que habitam a Raposa/Serra do Sol são contra a demarcação da forma como está sendo feita pelo Governo do Presidente Lula.

Há mais ou menos seis meses, foi emitida a portaria que homologou a demarcação. Para emitir a portaria, anularam todas as ações favoráveis na Justiça Federal e no Superior Tribunal de Justiça e as passaram para o Supremo Tribunal Federal. Na passagem de um para o outro, em dois dias, fizeram novas portarias, homologaram, atropelando os direitos do meu Estado.

Alertamos muitas vezes, antes que isso ocorresse, que essa homologação ia acirrar os ânimos

entre etnias inimigas em Roraima. Seis meses depois, quando seiscentas famílias estão sendo ameaçadas de serem expulsas de suas casas, nas quatro vilas, de Água Fria, Surumu, Socó e Mutum, vão fazer um festejo pela homologação da Raposa/Serra do Sol, com muitos estrangeiros, muitas ONGs, inclusive com a presença de uma Senadora italiana, que lá foi para dizer que estava defendendo os direitos humanos, quando o direito humano que estava sendo violado era justamente o dessas pessoas pobres que serão postas para fora de suas casas.

Nesse ínterim, nesse entrevero de vai-não-vai, acirraram-se os ânimos e queimaram a missão católica de Surumu. Disseram que cerca de 150 homens encapuzados invadiram e queimaram a missão. Houve acirramento das relações, e mais de cem policiais federais foram para lá, com passagem, diária, para garantir a paz no local.

O estranho é que os encapuzados foram apontados como sendo dois tuxauas, o tuxaua Genival Costa Silva, Vereador da Comunidade do Contão, e o tuxaua Fernando, da Comunidade de Taxi 2. Eles foram os acusados de cometer essa violência. Sou contra qualquer tipo de violência, não concordo, seja qual for a facção que tenha feito isso.

Acusaram também o Prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, e o Vice-Prefeito, o tuxaua Anísio. Porém, na noite de terça-feira, a Polícia Federal foi à aldeia do Contão. O Genival se entregou espontaneamente, foi preso e trazido para a cidade.

No Taxi, não houve nenhuma violência. No Taxi 2, a Polícia Federal chegou, jogou as pessoas no chão, ameaçou, prendeu o tuxaua Fernando e disseram que iam contar até três para as pessoas correrem. Essa é a história que contam os índios, e que estou transmitindo aqui, que está no jornal **Folha de Boa Vista**, cuja transcrição para os Anais do Senado solicito neste instante.

Então, eles se levantaram e começaram a correr, quando os policiais contaram até três, depois que prenderam o tuxaua Fernando. Só que um cidadão, um dos líderes, chamado Delton, custou mais a se levantar e levou um tiro na perna. Esse tiro, felizmente, pegou na perna, porque a bala de borracha entrou e se alojou na perna do cidadão. E o pior de tudo, deram um tiro na perna do cidadão, abandonaram-no lá e foram embora trazendo o outro tuxaua preso. Por sorte, alguém passou de carro lá – na minha região, nessas aldeias, não há luz elétrica definitiva, não existe condução normal – e, vendo-o ferido, trouxe-o para Boa Vista. Foi por ele que soubemos do fato.

Conversei com o médico que o atendeu, e ele disse que realmente havia um projétil de borracha no interior da perna do cidadão.

Estou trazendo isso aqui para denunciar e para reclamar porque a Polícia Federal não está agindo com imparcialidade. As etnias são inimigas, os grupos são inimigos. Aí o inimigo vai e acusa justamente o inimigo dele. Se ele estava de capuz, como sabia que era ele que estava queimando? Não estou defendendo o ato de queimar ou de bater, porque sou contra a violência.

Estou aqui a reclamar e pedir uma providência para evitar que isso aconteça. Se a Polícia Federal vai mandar alguém para lá, tem que mandar gente com experiência, não quem se emociona, se assusta e atira nas pessoas desnecessariamente, que maltrata as pessoas.

Outro problema está ocorrendo lá. Quando homologaram, disseram que dariam muita ajuda para os indígenas, que mandariam dinheiro para Roraima para melhorar a vida dos índios. Gastaram, na época da homologação, com a Polícia Federal e com o Exército, quase R\$1 milhão. Não foi nem um tostão para os indígenas da referida região. Dizem que têm dinheiro para indenizar as pessoas. Vão indenizar um pobre coitado cuja casa será avaliada em R\$10 mil ou R\$15 mil. Ele não terá condição de sobreviver em outro lugar.

Volto a afirmar o que já disse várias vezes: mortes vão ocorrer, e a responsabilidade pelo que houver na região da Raposa/Serra do Sol atribuo ao Ministro Márcio Thomaz Bastos e ao Presidente Lula, porque foram alertados de que isso ia ocorrer.

O primeiro aviso foi um tiro na perna. Rezo para que não haja morte. Quero que ninguém mais seja ferido, mas penso que não há jeito de não haver morte. A responsabilidade será do Ministro Márcio Thomaz Bastos e do Presidente Lula, porque a maioria dos indígenas que vivem na área Raposa/Serra do Sol não queria que a demarcação fosse feita dessa forma.

Peço que sejam registradas nos Anais as reportagens sobre os fatos ocorridos em Boa Vista.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Policia Federal prende dois tuxauas

TIANA BRAZÃO

**Na tarde de ontem, o vereador de Pacaraima, Tuxaua Genival Costa da Silva (PFL), foi conduzido à sede da Superintendência da Polícia Federal em cumprimento a um mandado de prisão. Ele deverá ser ouvido hoje pela delegada Fabiola Piovesan, para prestar declarações a respeito do incêndio na Missão Surumú, em pontes localizadas na reserva Raposa/Serra do Sol e até mesmo do seqüestro de policiais federais, na Operação Upatakon.**

Ele passou a noite na sede da Superintendência da Polícia Federal. A reportagem da **Folha** conversou com o tuxaua por volta das 21h, quando ele estava esperando para ser encaminhado ao hospital, por ordem da delegada Fabíola, que observou fragilidade no estado de saúde do líder indígena.

Genival disse à reportagem que já sabia que a Polícia Federal estava à sua procura. Assim, ele se aproximou e se identificou para os policiais. "Eles pediram para que eu os acompanhasse até Boa Vista e como as denúncias são falsas, eu vim", declarou.

**TAXI** – Segundo informações de moradores da Comunidade do Surumú, que preferiram não se identificar, a Polícia Federal teria chegado na Comunidade do Táxi, por volta das 18h15 de ontem com um mandado de prisão para o primeiro tuxaua da Comunidade, Fernando do Táxi, que foi trazido para Boa Vista ainda na noite de ontem.

Conforme as denúncias, durante a operação, o líder indígena Delton do Táxi teria sido atingido por um tiro. O projétil ficou alojado em sua perna direita e ele foi atendido na unidade de saúde local.

Ainda ontem, a Polícia Federal seguiu para a região do Canta Galo, onde estão ocorrendo as festas em comemoração à homologação da terra indígena Raposa/ Serra do Sol.

A reportagem da **Folha** conversou com o vereador Romão de Pinho (PTN), que estava no Surumú. Ele lamentou o ocorrido dentro de uma área indígena. "A situação está tensa. Acredito que isso ocorra porque aqueles que eram para promover a paz estão fazendo a desordem" declarou.

Até o fechamento desta edição, a redação recebeu a informação da existência de mandados de prisão para outros líderes indígenas. A Superintendência da Polícia Federal deverá se pronunciar hoje sobre o assunto.

## Tuxauas dizem ser vítimas de injustiça

Em procedimento incomum, a Polícia Federal apresentou ontem à imprensa os tuxauas Genival Costa e Fernando Salomão. Algemados nos braços das cadeiras, de uma das salas da sede da superintendência, as lideranças disseram serem vítimas de acusações infundadas patrocinadas pelo CIR (Conselho Indígena de Roraima) e Igreja Católica.

Fernando Salomão falou pouco, mas Genival afirmou que estava em Boa Vista na madrugada em que as instalações da Missão Surumú foram incendiadas. Ele disse que pode provar isso por meio das testemunhas que dividiam com ele a mesma casa.

A prova testemunhal é tudo que a Polícia Federal tem para sustentar a acusação contra o tuxaua. A delegada Fabiola informou que diversas testemunhas, principalmente jovens que estudavam no local, apontaram o indígena como comandante da ação em seus depoimentos. O laudo pericial com as provas materiais ainda não ficou pronto.

O tuxaua, por sua vez, argumenta como essas pessoas o teriam reconhecido se eles próprios afirmam que os incendiários estavam encapuzados. "Estou sendo vítima de uma injustiça. Não devo nada, tanto é que não fugi da Polícia", comenta. Ele acredita que as duas prisões podem aumentar a revolta entre os indígenas que ainda são contrários à homologação contínua da Raposa/Serra do Sol.

Ontem surgiram boatos de que os índios voltaram a bloquear a estrada que dá acesso ao Contão. Policiais federais que retornaram da reserva no final da tarde negaram a informação assim como moradores do local contatados por telefone.

## Quartiero faz queixa-crime contra coordenador do CIR

O prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, protocolou ontem uma queixa-crime contra o coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima), Marinaldo Trajano, por tê-lo acusado, na mídia, de ser o coordenador do incêndio que destruiu a Missão Surumu, na madrugada do último dia 17.

Quartiero reclamou ainda de ser freqüentemente apontado pelos dirigentes do CIR como líder da resistência contra a demarcação "ilegal e injusta feita pelo presidente da República, cuja questão é indubidousamente política e sendo política, o seu controle deveria ser político", conforme escreveu na ação o advogado Valdemar Albrecht.

A forma como a notícia foi veiculada pelos jornais, o advogado do prefeito diz que induz a uma falsa imagem do seu cliente, transmitindo um perfil de dúvidas quanto à sua honra e dignidade.

## Tuxaua é acusado de dez crimes

LOIDE GOMES

Até a noite de ontem, a Polícia Federal ainda não havia tomado o depoimento do tuxaua da aldeia Contão, Genival Costa da Silva. Preso desde terça-feira, 27, o líder indígena é acusado de ter comandado pessoalmente o grupo de aproximadamente 150 pessoas que incendiou a Missão Surumu, na reserva Raposa/Serra do Sol. Ele responderá por crimes de extorsão mediante seqüestro, ameaça, seqüestro, cárcere privado, furto, roubo, porte ilegal de armas, incêndio e tortura.

Somente pela última acusação, o tuxaua que também é vereador do município de Pacaraima pelo PFL, poderá pegar oito anos de reclusão. O crime é considerado hediondo. Após a oitiva, que estava marcada para acontecer ainda ontem, Genival será encaminhado para uma cela comum da Cadeia Pública, onde já se encontra o índio Fernando da Silva Salomão, tuxaua da maloca Taxi 2, também acusado de liderar o grupo.

O indígena não responde a nenhum outro inquérito na Polícia Federal. Ao contrário dele, o nome de Genival aparece em seis inquéritos, inclusive no que investiga o seqüestro, em abril, de quatro agentes federais do Mato Grosso, que integravam a Operação Upatakon.

Em entrevista coletiva, o superintendente da Polícia Federal em Roraima, Francisco Mallmann, explicou que Genival seria ouvido ainda na noite de terça-feira, mas pediu adiamento do depoimento alegando fragilidade na saúde. A solicitação foi deferida pelo representante do Ministério Pùblico Federal, que acompanhava o caso.

A prisão dos dois, segundo Mallmann, abre precedentes para a punição de indígenas assim como acontece a qualquer cidadão comum que comete crimes. Ele disse que o ato deverá amenizar o clima de tensão na Raposa/Serra do Sol e servir de exemplo. Apesar de indígenas, os presos não terão nenhuma regalia. "Eles não podem ser considerados inimputáveis, principalmente o tuxaua Genival, que é vereador em Pacaraima", destacou Mallmann.

A PF pretende manter os indígenas na cadeia até o julgamento. Para isso pediu a prisão preventiva e não a temporária, que vale por cinco dias apenas. A delegada Fabíola Piovesam, que preside o inquérito, disse que o pedido se baseou pela manutenção da ordem pública e conveniência da autoridade policial.

"Como ele é um líder, poderia continuar na prática desses crimes e causando medo às testemunhas prejudicando os depoimentos. Ele andou dizendo que índio não pode ser preso e que tem imunidade processual e criminal", afirmou. O mesmo entendimento não tiveram os três procuradores da República em Roraima, que assinaram a petição em conjunto com a delegada.

A delegada e o superintendente garantiram que, por enquanto, não há nenhum outro mandado de prisão a ser cumprido nesse caso. As investigações feitas até agora também não levantam suspeita concreta contra nenhuma outra pessoa. O tuxaua Fernando alegou inocência em seu depoimento e recusou a oferta de delação premiada - abrandamento da acusação para entregar os demais autores do crime.

**HABBEAS-CORPUS** - O advogado Valdemar Albrecht, que atua na defesa dos tuxauas, informou que vai aguardar o depoimento de Genival para depois conversar com a juíza que decretou a prisão, pedindo seu relaxamento. Caso não logre êxito, afirmou que ajuizará Habeas Corpus no Tribunal Regional Federal da 1ª Região para soltar os dois. Ambos alegam inocência.

## Reservas ocupam 46,24% de Roraima

LOIDE GOMES

Com o reconhecimento da terra indígena Trombetas-Mapuera, na semana passada, o espaço destinado aos índios roraimenses ocupa 46,24% de todo o território do Estado. Essa última reserva decretada tem 3.970.418 hectares, divididos entre o Amazonas, Pará e Roraima.

Conforme dados da Funai (Fundação Nacional do Índio), esse percentual corresponde a uma área de 10.401.843 hectares, espaço em que vivem 38.625 índios das etnias wapixana, taurepang, ingarikó, wai-wai, patamona, sapará, ianomâmi e, predominantemente, macuxi.

O CIR (Conselho Indígena de Roraima) encontrou no seu mais recente censo uma população de 31.106 indígenas, exceto os yanomâmi, pois o conselho não trabalha com essa etnia. Por outro lado, a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) estima a existência de doze a quinze mil yanomâmi. Uma conta que, se somada, não bate com os números da Funai, pois se estaria falando de um universo de mais de 40 mil indígenas.

Esses indígenas vivem em 32 áreas reconhecidas como terra indígena, das quais apenas a Trombetas-Mapuera, no sul do Estado e a reserva Anaro, no município de Amajari, ainda não foram homologadas pela Presidência da República – mas estão devidamente demarcadas.

Para o restante da população, cujo total passa dos 300 mil, sobram pouco mais de 12 milhões de hectares de terra. O problema é que de todo o território roraimense, 6,82% pertence a unidades de conservação – excluídas as áreas sobrepostas –, 3,17% é de área militar, 2,59% são formações rochosas e outros 7,92% é composto por áreas inundadas impróprias para a atividade econômica.

Esse comprometimento total chega a 66,74%. Para efeito de comparação, no final do ano passado o Amazonas possuía 21,63% do seu território ocupado por terras indígenas. O Pará tinha 19,28%, Rondônia 17,25%, Acre 11,85%, Amapá 7,85% e o Tocantins apenas 7,25%.

A área remanescente, então, é de menos de 7,5 milhões de hectares, segundo dados levantados pelo Grupo de Trabalho do Governo do Estado em 2003 e disponibilizados pela Femact (Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia), que mantém um quadro de mapas atualizado sobre o espaço territorial do Estado.

Em estudo mais recente, feito pelo geólogo, Salomão Cruz, a área disponível para a atividade econômica, com base na legislação ambiental vigente é de 12,37%. Sobreposto às terras indígenas, o mapa de riquezas minerais do solo roraimense desnuda uma situação, no mínimo, intrigante. As principais jazidas dos mais de trinta minérios abundantes na região estão justamente nos espaços destinados às reservas, sobretudo na Raposa/Serra do Sol e Yanomâmi. Esta última tem território maior que Portugal.

Esse é um dos principais argumentos dos defensores de uma conspiração internacional para tomada da Amazônia. Jonystaine Barbosa do Nascimento, chefe da Divisão de Monitoramento da Femact, diz que de todo o nióbio existente no mundo, 95% estão em solo brasileiro e desses, 90% na reserva Raposa/Serra do Sol e em uma área próxima a Boa Vista – também indígena. O metal, esclarece, forma uma liga resistente a altas temperaturas, usada na parte frontal de foguetes espaciais e armas bélicas.

Em estudo realizado no final do ano passado, técnicos do Estado concluíram que essa situação fundiária ameaça principalmente o setor primário da economia. Na projeção, afetada, sobretudo pela homologação da Raposa/Serra do Sol, o Estado perderia cerca de 21,5 mil empregos diretos, sendo mil da rizicultura, 2,8 mil da fruticultura, 11 mil da pecuária de corte, 4 mil da agricultura familiar e outros 2,7 mil do setor madeireiro e moveleiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que não cabe a V. Ex<sup>a</sup> este assunto, mas eu gostaria de que chegassem as minhas palavras ao Presidente da Câmara, para que, já que vai haver *pizza* com os outros, torne sem efeito a renúncia daqueles que renunciaram pensando que iam perder o mandato, para ser uma *pizza* completa. Não pode ser uma *pizza* pela metade.

Peço, então, que essa minha questão de ordem seja transmitida ao Presidente Aldo Rebelo. Já que vai haver *pizza*, que S. Ex<sup>a</sup> torne sem efeito a renúncia daqueles que iam ser cassados, que pensavam que iam ser e se precipitaram, renunciando.

Já que não obtive resposta da Mesa sobre o ofício do Tribunal de Contas, que eu esperava ter, porque é uma coisa fácil...

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – O ofício está sobre a mesa para ser lido.

Defiro o pedido de V. Ex<sup>a</sup> para que o Presidente da Câmara dos Deputados tome conhecimento do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela publicação do ofício e, pela diligência, ao Dr. Carreiro, que é, sem dúvida, uma das melhores figuras desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias, por cinco minutos, pela Liderança do PSDB.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, há pouco, na CPMI dos Correios, o Sr. Maurício Marinho, indagado sobre prejuízos que o patrimônio público teria sofrido em função desse esquema de corrupção denunciado no âmbito dos Correios, fez uma avaliação de que, apenas na área de franquias indicadas em atendimento a interesse político-partidário, o prejuízo anual seria de R\$1 bilhão. Sr. Presidente, R\$1 bilhão de prejuízo por ano apenas na área de franquias dos Correios.

Indaguei se ele tinha uma avaliação sobre o prejuízo total dos Correios em função desse esquema de corrupção. Ele fez uma avaliação não muito segura, mas informou que estaria em torno de R\$4 bilhões de prejuízo anualmente.

Isso por quê, Sr. Presidente? Porque o Presidente Lula admitiu essa relação de promiscuidade do Poder Executivo com o Poder Legislativo, abastecendo alguns partidos políticos, e sobretudo políticos, com recursos públicos de forma espúria, estabelecendo um modelo de corrupção inusitado para que um projeto de poder de longo prazo pudesse ser sustentado.

O Senador Antonio Carlos Magalhães manifestou sua indignação em função da interferência indevida – indevida mesmo – do Presidente da República no Poder Legislativo, para eleger seu escolhido, a fim de que presida a Câmara conforme seus ditames. Foi, sem dúvida, uma interferência indevida, para a qual não encontramos parâmetro nem mesmo no período autoritário.

A pressão foi tal, o constrangimento foi ímpar, a ponto de um parlamentar de grande experiência afirmar que não passou por esse tipo de constrangimento nem mesmo no período ditatorial.

Mas, se os prejuízos nos Correios chegam a esses valores significativos, ainda indagam: Qual a origem dos recursos para sustentar este esquema de corrupção? Mas que indagação desnecessária. Está mais que comprovado que a origem dos recursos é o Poder Executivo, é o Erário, o Tesouro Nacional, o patrimônio público dilapidado de forma insana, com a conivência, a cumplicidade, a participação do Presidente da República. Não foi outro o modelo adotado ontem para eleger Aldo Rebelo. É o modelo anterior, operacionalizado por Marcos Valério sobretudo, sob a liderança de José Dirceu, Delúbio Soares e outros.

Mas ontem se institucionalizou o chamado “mensalão” com recursos do Orçamento da União. Não foi outra a modalidade do procedimento adotado pelo Governo para obter essa “Vitória de Pirro”. Ora, o Governo, na antevéspera, anuncia a liberação de R\$500 milhões, certamente para aplacar consciências e cooptar votos para vencer, adotando o mesmo procedimento do esquema anterior do “mensalão”. O fim justificando os meios. Para vencer e eleger Aldo, vale a corrupção e a utilização dos recursos públicos.

É evidente que esses recursos são destinados para obras, quem sabe. Mas de que forma? Quais os critérios? Estabeleceu-se a prioridade? Obedece-se à necessária relação entre custo e benefício do investimento realizado? Ou são recursos aleatoriamente liberados com o objetivo único e exclusivo de eleger o Presidente da Câmara? O País está em condições de desperdiçar recursos dessa forma?

As estradas brasileiras estão esburacadas, mas esse fato não foi suficiente para que o Presidente Lula liberasse recursos ao Ministério dos Transportes. Foi preciso o PL exigir do Presidente da República a libe-

ração de R\$1 bilhão para o Ministério dos Transportes em troca dos seus votos a Aldo Rebelo, para que o Governo anunciasse a liberação desses recursos ao Ministério dos Transportes. Isso é imoral e absolutamente indecente!

O Governo demonstra que não se emenda mesmo! Em meio às investigações, à indignação nacional, pratica o mesmo modelo de relacionamento com o Poder Legislativo. Vale vencer dessa forma? Na verdade, há um dito popular conhecido: "Há os que vencem perdendo e há os que perdem ganhando". Certamente, o Presidente Lula e seu Governo, o PT, perderam, ganhando dessa forma. Perderam em imagem, respeito, credibilidade; enfim, contribuíram para aprofundar esse fosso construído pela ausência de ética entre o poder público no País e a sociedade brasileira. Esse fosso se aprofunda a cada passo, a cada atitude, a cada procedimento adotado pelo Presidente da República, que tem sido um dos elementos de perversidade incomum no que diz respeito a desgastar a imagem dos políticos brasileiros. Seu Governo tem sido o grande corruptor. E o Presidente da República, pela postura que adota, tem sido um instrumento a promover o desgaste da classe política em nosso País, já tão desacreditada, sobretudo entre os mais jovens.

No depoimento de Maurício Marinho, apenas a confirmação de que os recursos utilizados nesse esquema de corrupção são recursos públicos, sim, e, se hoje tivemos a obstrução da parte da base aliada do Governo para impedir que propostas fossem discutidas e deliberadas, que ocorresse a quebra de sigilo bancário em relação a pessoas físicas e pessoas jurídicas para aprofundar as investigações, tivemos pelo menos a aprovação da contratação de auditorias independentes, para que empresas de auditorias com técnicos juramentados possam oferecer laudo técnico com qualificação técnica capaz de significar documento de prova diante do Poder Judiciário, para que, ao final dos trabalhos da CPI, não fiquemos discutindo, interpretando se os recursos são de origem pública ou se são recursos privados utilizados nesse esquema de corrupção. É preciso que essa comprovação técnica que podem conferir as empresas de auditorias que serão contratadas nos permita oferecer uma conclusão inquestionável ao final dos nossos trabalhos.

E que os nossos desejos, Senadora Heloísa Helena, Senador Heráclito Fortes, não sejam transformados em uma grande frustração. Que a sociedade possa reconhecer no esforço que muitos realizam aqui um resultado final capaz de corresponder as suas expectativas, e que pessoas indiciadas poderão ser responsabilizadas civil e criminalmente. E, se os recursos públicos subtraídos não poderem retornar, que pelo os

corruptores, os beneficiados pela corrupção possam ser exemplarmente punidos para impedir que as veias do Tesouro Nacional continuem sangrando, golpeadas pelas mãos dos corruptos deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, existem coisas na vida que realmente nos pegam de surpresa e nos deixam intrigados pela maneira como acontecem. Observem que eu tenho procurado, o máximo possível, trazer à tribuna do Senado da República questões do Piauí, seja com reivindicação de obras para o Estado, seja na defesa de recursos, muitas vezes, inclusive, ajudando o próprio Governador Wellington Dias. Mas hoje, pelos jornais, com o *release* poderoso de quem detém o controle da máquina de comunicação, num comportamento pouco comum e pouco normal do Governador, ele questiona a minha atuação e a do Senador Mão Santa no Senado da República. O Senador Mão Santa não está aqui, mas é maior, vacinado e saberá responder quando retornar na próxima semana, quero crer até que melhor do que eu.

O Sr. Wellington Dias, na coluna *Minuta*, em que tem grande participação, porque o seu assinante é inclusive militante do PT – serviu ao PT em Brasília, trabalhando em Ministério –, diz que eu pouco trabalho: "O Senador Heráclito Fortes é um político experiente, mas parece estar sem os números das últimas pesquisas".

O artigo trata de pesquisa. A psicose do PT é essa. A eleição é daqui a um ano, e digo todo dia a ele: fique tranquilo, pelo amor de Deus, não sou candidato. E ele fica preocupado comigo. Não sei que preocupação é essa do Wellington Dias. Vá caçar votos, Wellington! Se ele quer ser candidato, que vá atrás dos votos dele. Eu já disse que esse é um assunto que só tratarei no ano que vem, porque, numa crise como esta, Sr. Presidente, não se pode antecipar pleito. Já basta São Paulo paralisando o Brasil com a disputa do PT para ver quem vai suceder o atual Governador.

Ele diz que só tenho feito críticas, esquecendo o Estado, Senadora Heloísa Helena. Eu, que até com a ajuda de V. Ex.ª, ano passado, aprovei recursos aqui no Senado para que ele pagasse aos servidores da Educação. E recebi dele os mais rasgados elogios. Uma das suas secretárias inclusive me chamou de estadista. Como esse povo muda o conceito sobre as pessoas de acordo com as suas conveniências!

Hoje, ele fugiu completamente do seu estilo. Ele, que é um pastor protestante, que fala com Deus sem-

pre, às vezes se considera o próprio, e muitas vezes não aceita concorrência, diz que eu não vejo a obra porque vivo nas nuvens aliás, porque ele não realiza obras nas nuvens. Seria o lugar ideal para ele ver alguma coisa, porque é lá onde vive, nas nuvens.

O Sr. Wellington Dias não tem nenhum compromisso com a realidade do Piauí. Pois, vejam, foi ele que aplaudiu e recebeu como uma grande obra – e protestamos – a construção de uma penitenciária de segurança máxima para abrigar no Piauí os bandidos de periculosidade nacional que o Rio de Janeiro não queria e São Paulo não aceitava. Depois os mandaram para Alagoas, que os colocou para fora. Pois era lá que ele queria! Era o primeiro palácio para guardar bandido do Brasil, com a chancela e o aplauso de S. Ex<sup>a</sup>.

Essa fase da ironia dele, para mim, é novidade. E tenho certeza de que não partiu do Sr. Wellington Dias. E eu aqui a interrogar o porquê. Será que não ficou satisfeito com a vitória que o seu Partido teve na Câmara? No princípio, achei que podia ser. O PT está tão dividido que não sabemos mais quem é quem, quem está com quem. Será que foi porque eu estava no Piauí na semana passada e disse que o PT daquele Estado tinha recebido caixa dois? Isso faz muito tempo.

Essas respostas são feitas geralmente de bate-pronto. Mas, há poucos minutos, eu descobri o porquê. Trata-se de uma maneira inteligente de desviar os fatos. O jornal **O Globo** de ontem mostra um relatório da CGU, presidida pelo Ministro Waldir Pires, que é do Ministério do Governo Lula e correligionário do Sr. Wellington Dias. Nessa matéria, mostra que, de maneira criminosa, algumas prefeituras usavam o acesso indevido, a chave do Siaf, para liberar recursos de maneira – repito – criminosa.

Quando se lê, quem está lá comandando uma dessas estruturas? O Governador Wellington Dias, para liberar recursos para obras no Estado. Aliás, a matéria não é nova. Há seis meses essa denúncia foi feita. E eu, até para defendê-lo aqui, pedi que o Ministro Waldir Pires esclarecesse os fatos. Agora, a conclusão: o Governo foi beneficiado exatamente com esse esquema. Mas S. Ex<sup>a</sup>, de maneira hábil, sorrateira, para que ninguém comente o fato, age de uma maneira agressiva, que não é o seu estilo, e vem atacar a mim e ao Senador Mão Santa.

Aí ele vai para a sofisticação: diz que, quando Deputado Federal, trabalhou muito pelo Piauí e fez muitas obras. Está na hora de apontá-las. A grande obra do Sr. Wellington Dias no Piauí – e ele fez isso na convicção de que a memória do brasileiro é fraca – foi denunciar, de uma canetada só, por corrupção, 164 prefeitos do Piauí. As denúncias eram as mais variadas. Sobre emendas orçamentárias, Senador Ge-

raldo Mesquita, a atuação foi tão grande que mandou recursos para o Maranhão e para a Bahia, recursos esses que recebe para atender ao Estado do Piauí – para estradas, para empreiteiras –, e nunca justificou isso de maneira clara. “Ah! Foi para atender o Partido”. Hoje, as coisas estão mais claras. À época, pensava-se que era por ideologia. Atualmente, já se sabe que o esquema de caixa dois campeava nas entradas petistas. Aí, se for verdade, o Governador do Piauí, já como Deputado Federal àquela época, foi um dos pioneiros nesse esquema.

Acho muito esquisita a maneira como ele tenta desqualificar o trabalho que eu e o Senador Mão Santa realizamos. Aliás, desqualificar é uma característica do Partido dos Trabalhadores e que não me impressiona mais.

Percebi, Senador Geraldo Mesquita Júnior – V. Ex<sup>a</sup> era membro da Comissão –, a maneira como eles, durante dois anos, quiseram desqualificar os irmãos de Celso Daniel, dizendo que eram loucos, lobistas, irresponsáveis, mentirosos. Vimos lá algo completamente diferente. Essa técnica de tentar desqualificar as pessoas não existe mais. Isso ocorria na época em que o Partido era o monopolista da verdade e o Dom Quixote das boas intenções.

Quero até louvar o Sr. Wellington Dias, porque teve, em alguns momentos, o desejo de conseguir recursos para o Piauí. Ele recebeu em Teresina, com muita festa, em setembro de 2003, o Sr. Delúbio Soares.

O Governador recebeu, com banda de música, o Sr. Delúbio Soares, que comeu capote, pisou em tapete vermelho e prometeu uma série de obras para o Piauí, como estradas e saneamento. Falei do fato ao Jô Soares quando fui ao seu programa.

Qual era o poder que tinha o Sr. Delúbio e não os Ministros de ir ao Piauí prometer recursos? Em nome de quem? Em nome de empreiteira? Era Ministro? Os jornais noticiaram, ele foi recebido com festa, recebeu uma medalha. Essa visita ocorreu no ano de 2003, quando ele ainda era herói nacional, como dirigente partidário.

Aliás, eu sou da época, Senadora Heloísa Helena, em que, quando víamos os dirigentes partidários, principalmente os tesoureiros, Senador Marco Maciel, dobrávamos a esquina. Sabíamos que, quando eles nos procuravam, era para pedir dinheiro; era uma facada, porque o Partido estava quebrado e precisava pagar a conta de luz.

De repente, isso mudou. Eles passaram a distribuir dinheiro pelo Brasil afora. Pois bem, anunciaram R\$ 400 milhões.

Aliás, Senador Fiquene, V. Ex<sup>a</sup> é do Maranhão e deve conviver muito com as histórias do Piauí. Sei

que o Maranhão tem folclore, tem entre sua gente umas pessoas de cabeça sã, outras nem tanto, mas que fizeram história e ainda hoje repousam no nosso imaginário.

No Piauí havia um velho que enlouqueceu depois de uma virada de caminhão. Imaginem a tristeza: um caminhão carregado de arame farpado e de cal. Esse velho passou dois dias embaixo dessa carga, levando o peso e o sacrifício do arame farpado e da cal. Ficou louco. E era impressionado com números. Sobre um empresário de Campo Maior, pequeno criador de gado, por quem ele tinha grande afeto, ele dizia que o Sr. Firmino tinha tanto boi que os números do mundo acabariam e os bois dele continuariam passando pela porteira.

Wellington é bem mais novo, não conviveu com isso. Mas, em alguns momentos, ele disse que encara o espírito do Jaime doido com os números que cria. Todo vôo que faz, de Teresina para Brasília, ou vice-versa, anuncia os milhões. A minha assessoria está somando, Senadora Heloísa Helena.

Hoje, se 10% do que S. Ex<sup>a</sup> anunciou para o Piauí já fossem viabilizados, já teríamos recebido mais recursos do que São Paulo. Quando digo São Paulo, refiro-me à Prefeita Marta Suplicy, que foi a grande beneficiada pelo PT nos dois anos.

Há dinheiro para tudo! Megalomaníaco! Anuncia a construção de um teatro de eventos e anuncia a presença do Sr. Ohtake para fazer o projeto. Sem concorrência, sem licitação, sem nada, o seu chefe de escritório vai lá e anuncia como o melhor centro de convenções do planeta! Mentira tem perna curta!

Fui a uma audiência pública em Florianópolis e soube um pouco da verdade. Um assessor dele estava naquela cidade tentando informações sobre um centro parecido e muito bom de Florianópolis, com os pés no chão, diferentemente do seu sonho original.

Mas, de qualquer maneira, isso não diz respeito aos arquitetos do Piauí e, acima de tudo, à lei de concorrência, porque esse é o tipo de obra para a qual deve haver licitação. Não é capricho de governantes nem de políticos escolher quem vai construir ou não, mas a decisão deve passar por um processo licitatório.

E ele veio me dizer que eu estou nas nuvens e que ele não constrói obra nas nuvens. Estranhei e quero fazer este registro, porque não gosto de trazer para cá esses assuntos, mas não vou aceitar também ser provocado da maneira que fui.

S. Ex<sup>a</sup> foi injusto comigo. Um dos poucos pontos positivos do seu Governo é a construção de estradas com o apoio da Cide, essa decisão fantástica do Senado, limitando e obrigando que o percentual arrecadado do setor de petróleo fosse aplicado na recuperação e

construção de estradas brasileiras. Se está fazendo por critério político, sem motivação econômica alguma, é problema dele, mas está fazendo, está fazendo! Mas esse fato não lhe dá o direito de se considerar o grande obreiro do Estado do Piauí. Aliás, daqui a pouco, ele vai querer ser o Juscelino piauiense. O Lula não já quis ser o Juscelino brasileiro?

Esse pessoal perdeu o juízo, Sr. Presidente! O Sr. Wellington Dias se esquece de que estamos em outubro – ele sabe como é o calendário brasileiro –, de que vem Natal, vem Carnaval e vem o período eleitoral, quando os recursos são suspensos por força de lei. S. Ex<sup>a</sup> deveria estar tentando realizar aquilo que prometeu, os bilhões que prometeu – só de barragens, de hidrelétricas, são seis.

Nunca vi, Sr. Presidente, tanta vontade de acertar, mas tão pouca disposição para trabalhar e fazer com que esses sonhos se transformem em realidade.

Finalizando, sobre a questão dos números, estou à inteira disposição do Governador do Piauí. Evidentemente, ele terá que trazer alguém para auxiliá-lo, porque não conhece número, não conhece geografia, não conhece o que está sendo feito no Estado.

Uma vez tive uma discussão com ele sobre gasoduto, uma discussão positiva, e ele culpou o Ibama. O Ibama não tem relação com a história. Falamos sobre a Transnordestina, e ele disse a primeira etapa já foi iniciada, que é a recuperação da estrada Teresina–São Luís. É uma grande obra, e V. Ex<sup>a</sup> sabe, Sr. Presidente, que o poeta maranhense João do Vale inspirou-se nela e fez uma canção que é sucesso no mundo inteiro.

Mas a Transnordestina é outra estrada que vai integrar o Piauí a Pernambuco e ao Ceará, abrindo espaço também para nos ligar com o Maranhão. É outra coisa completamente diferente.

E sou eu que estou nas nuvens.

Acho que é tempo de S. Ex<sup>a</sup> acordar, porque conhecemos muito bem a hierarquia do PT. No comando petista do Piauí, ele hoje é o terceiro, foi o quarto. Com a morte da saudosa Deputada Trindade, ele ascendeu à terceira posição. Quem manda mesmo é o Secretário Antônio José, é a Secretária Regina Souza. Ele agora pode ir para o segundo ou terceiro lugar, porque o Nazareno Fonteles parece que está apeando desse cavalo, que não trota nem pula. É um cavalo imóvel que não realiza o sonho de ninguém. Pode ser que até o final do Governo S. Ex<sup>a</sup> ocupe uma posição melhor.

Eu repetiria o nome de um filme, que fez muito sucesso no Brasil, apenas não usaria o termo final: "Vai trabalhar, Governador!"

Muito obrigado.

**O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Romero Jucá. Em seguida, falará o eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior, por dez minutos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro e também dar um esclarecimento a respeito de um debate que estava ocorrendo na Casa – estava ouvindo pelo rádio –, pois considero importante colaborar.

Em primeiro lugar, registro, com satisfação, que o Ministério da Educação aprovou a criação de mais dois cursos de mestrado para a Universidade Federal de Roraima, a qual tive o prazer de implantar quando Governador do então Território. Agora, a Universidade Federal de Roraima tem autorização para ministrar o Mestrado nos Cursos de Química e de Física. Portanto, uma vitória a mais para a população do Estado e para o nosso projeto, qual seja, transformar Boa Vista em uma cidade universitária, em uma cidade que poderá receber jovens de todo o Brasil e colaborar com a sua formação.

Quanto à informação que eu gostaria de dar sobre o debate que ouvi é exatamente sobre a questão de obras irregulares listadas. Todos os anos, o Tribunal de Contas da União encaminha a listagem delas ao Congresso Nacional, e quero dizer que isso é praxe, pois a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sempre solicita ao Tribunal de Contas da União a relação das obras que são consideradas irregulares e que, portanto, não devem ter seu andamento aprovado, ou não podem ter recursos alocados no Orçamento. Nessa questão específica, todos os anos, a Comissão de Orçamento e depois o Congresso Nacional aprova um anexo ao relatório do Orçamento, exatamente proibindo e listando as obras irregulares e que portanto, não devem ter recursos alocados enquanto não forem sanados todos os problemas. Isso ocorre todos os anos. Inclusive, no ano passado, fui Relator do Orçamento e também houve um anexo com mais de cem obras listadas como irregulares. São obras que fazem parte dessa lista e que, sucessivamente, há anos, vêm sendo discutidas, investigadas e, muitas vezes, punidas. Portanto, o levantamento dessas questões na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização é matéria quase que cotidiana.

Por fim, gostaria de registrar – já que não pude fazê-lo no dia – nossa homenagem a todos os idosos do Brasil, especialmente aos de Roraima, pelo Dia do Idoso e pelas conquistas obtidas, ao longo dos últimos anos, na visão e no entendimento da sociedade brasileira para com o papel da Terceira Idade.

Parabenizo também o trabalho realizado pela Prefeitura de Boa Vista em prol do idoso e quero dizer que sempre estaremos aqui trabalhando no sentido de reforçar essa relação de respeito e de cidadania que todo idoso merece em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá listou os dois cursos de mestrado que tiveram início neste ano. Mas quero dizer que isso só foi possível em virtude de emenda apresentada por mim no ano passado, o que permitiu a realização do curso de especialização. Todos os Parlamentares de Roraima têm cooperado com a Universidade de Roraima. No entanto, a semente desse mestrado foi plantada pelo Senador que vos fala.

Fizemos um curso de especialização para adquirir livros e começar a formar a equipe. Brevemente, teremos também um doutorado em nossa Universidade. Anteriormente, na Universidade Federal de Roraima, montavam-se os cursos de mestrado comprando-se cursos fora. Ou seja, comprava-se o curso, que era aplicado na Universidade, e depois não se dava continuidade.

Agora, a Universidade Federal de Roraima terá, permanentemente, cursos de mestrado. Com esses dois, já são três os cursos de mestrado. Portanto, estamos priorizando a área de educação e nos dedicando a promover mestrados, porque acreditamos que o indivíduo só ascende na escala social, só melhora de vida com uma educação adequada e de boa qualidade.

Agradeço o registro do Senador Romero Jucá e reafirmo que todos nós, Parlamentares de Roraima, somos solidários e apoiamos as universidades, os cursos superiores, o mestrado e o doutorado em Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Mesquita, por dez minutos. Em seguida, terá a palavra o Senador Marco Maciel, também por dez minutos.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, vivemos dias nervosos. Ontem, o Senador Pedro Simon fez um discurso emocionante. S. Exª referiu-se ao fato de que um Governo que havia se envolvido, se engolfado, até as entranhas, em um

processo de corrupção jamais visto neste País, era de se supor que, ao menos, tivesse a humildade de refletir em cima de seus próprios erros e de evitar envolver-se em outras cambulhadas. Para surpresa do País, para estarrecimento de todos nós, o Governo, no auge de uma crise como esta uma crise moral, política, ética, abriu o balcão de negócios mais uma vez, escancarou esse balcão, envolveu-se, de corpo e alma, na eleição para Presidente da Câmara dos Deputados, tornando aquele processo, portanto, um processo absolutamente espúrio, porque viciado, eivado de vícios, que o contaminaram na essência. Tiraram inclusive a legitimidade de um processo que tinha tudo para ser transparente, um processo natural de eleição de um Presidente de Câmara. Desmoralizaram, já no nascedouro, a Presidência do Dr. Aldo Rebelo.

É uma pena! É lastimável que isso esteja ocorrendo! Mas a mim não me causa mais nenhuma surpresa a atitude de um Governo que se perdeu completamente nos desvãos da imoralidade, da corrupção, da bandalheira.

Hoje de manhã, a Senadora Heloísa Helena, a Deputada Luciana Genro, o Deputado Babá, o Deputado João Alfredo, que já havia se filiado ao P-Sol, e eu recepcionamos, com alegria solidária, militantes socialistas que foram às últimas instâncias na luta travada dentro de seu ex-Partido, o PT, na tentativa de fazer com que as coisas voltassem para um leito que, anteriormente, tinha-se por normal. Entretanto, foram vencidos e voluntariamente se retiraram do PT, reconhecendo o muito que foi feito, inclusive por eles, que são fundadores: Deputados Ivan Valente, Chico Alencar, Maninha, Orlando Fantazzini. Eles reconhecem o muito que foi feito na legenda, mas se retiraram e vieram alegrar mais ainda esta legenda forte, o P-SOL, que está surgindo no cenário político brasileiro agora, devidamente legitimado pela Justiça Eleitoral, como um Partido organizado neste País.

Faço aqui, portanto, uma saudação solidária a companheiras e companheiros que vieram se juntar a todos nós na tentativa de construirmos, junto com o povo brasileiro, uma Pátria justa, soberana, democrática e socialista.

Quero me referir, por último, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ao episódio que se desenrola nesta Casa de alguns dias para cá, com a resistência do Senador Mozarildo Cavalcanti e a de vários Parlamentares, que agora resolveram se insurgir primeiro contra a forma, contra o “tratoraço” que se instalou nesta Casa no sentido de fazer com que o Projeto de Gestão de Florestas Públicas fosse aqui aprovado na base do “tratoraço” mesmo. Nesta Casa, agora não se pode sequer emendar um projeto, Senador Augusto

Botelho. É proibido ao Senado emendar. Nunca vi algo assim. Além disso, aqui não se pode mais convocar autoridades, tem de ser convite, porque as autoridades ficam melindradas caso sejam convocadas. Tem de ser convite.

Não se pode emendar um projeto de tamanha importância para a região amazônica, como este de gestão de florestas públicas. O Senado foi, simplesmente, proibido de emendá-lo. O projeto terá de ser aprovado do jeito que veio da Câmara dos Deputados. Trata-se de um projeto de enorme repercussão econômica e social para a região. Estamos todos constrangidos aqui, lutando de todas as formas a que temos acesso, para estender a sua discussão na Casa, mas a pressão está intensa. A pressão é imensa, assim como o constrangimento a parlamentares da base de sustentação do Governo que não concordam com a sua aprovação nos termos em que está formulado. Eles estão se rendendo à pressão enorme instalada nesta Casa, para que não se emende o projeto, para que não se aperfeioe o projeto.

Tenho a obrigação de fazer sérias reflexões. Senador Augusto Botelho, este projeto me remete à época em que o Brasil instituiu o soldado da borracha, quando um contingente enorme de nordestinos foram para a Amazônia colher borracha para o esforço de guerra e entraram nessa relação de produção como trabalho escravo. Poucas pessoas enriqueceram barbaramente na região, ganhando rios de dinheiro. As bravas seringueiras e os bravos seringueiros, mortos aos milhares, por bicho, por fome, pela miséria, pelo abandono, entraram nessa relação como trabalho escravo.

Temo que este projeto esteja nos levando a instituir o soldado da madeira, Senador Botelho. Mais uma vez, populações inteiras da Amazônia brasileira entrão numa relação de produção como trabalho escravo, porque estão sendo alijadas do processo, ou, quando incluídas, têm de se contentar com aquela linha, com aquele limite da miséria; participam, mas têm de se satisfazer com aquele limite da miséria. Não podem sonhar com a perspectiva de uma renda melhor, de uma participação mais efetiva nos resultados econômicos da exploração, principalmente da exploração de madeira.

Este projeto condena a Amazônia inteira a permanecer na postura de exportadora de matéria-prima, porque não contempla a possibilidade de criarmos um grande ambiente produtivo naquela região; o projeto não contempla recursos para formação de mão-de-obra. O projeto, Senador Botelho e Senadora Heloísa Helena, lembra muito projetos desastrados executados na Amazônia brasileira, na exploração de minério.

Serra Pelada! Que vexame, que vexame! A exploração de manganês, também, um projeto executado nos moldes em que este está sendo proposto, por concessão por dezenas de anos. Uma empresa, a Icome, tirou o que pôde daquela região, deixando-a degradada, os rios poluídos, a população mais miserável ainda do que estava quando ali chegou. A história que temos da exploração econômica na Amazônia é a história da exploração do povo amazônico, é a história da exploração de toda aquela região, do enriquecimento, por muitas vezes ilícito, de grupos econômicos em detrimento da sorte da população que ali vive.

Este projeto, Senadora Heloísa, traz coisas inacreditáveis. Durante todos esses anos de exploração de madeira na região amazônica, jamais se permitiu ao pequeno produtor, ao pequeno empresário, oferecer recursos florestais como garantia de exploração econômica, e hoje essa garantia é explícita neste projeto. Se não me engano, no art. 39, o projeto oferece a possibilidade para o concessionário, aquele que será vencedor no processo licitatório de lotes imensos de floresta, de oferecer a própria floresta como garantia. Que coisa absurda um negócio desses! Isso é um crime de lesa-pátria! É um projeto antipatriótico esse!

Não sou contra o desenvolvimento, principalmente da nossa região, Senador Botelho, uma região sofrida. Não sou contra. Anseio pelo desenvolvimento de toda aquela região. Agora, desenvolvimento a partir da população que ali está, população pobre, miserável, famélica, na sua grande maioria.

Torço para que encontremos maneiras, formas economicamente viáveis de introduzir processos de desenvolvimento sustentáveis, envolvendo a população da região, porque, do contrário, este projeto, se aprovado, remeterá essa população para o escaninho da miséria, mais uma vez, e abrirá espaço para que o grande capital financeiro, grupos internacionais inclusive, ocupem a Amazônia por 40 anos. Áreas imensas de floresta serão entregues, por licitação, por 40 anos, a grupos econômicos que estão de olho nas riquezas amazônicas e vão para lá com espaço cedido generosamente pelo Governo brasileiro.

Na última reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sugeri a ida de um grupo de Senadores a um projeto em curso no meu Estado, próximo do Município de Bujari, dentro de uma floresta estadual, Antimari, onde se desenvolve um trabalho de pesquisa, levado a efeito por uma fundação estadual – a Funtag e também uma atividade de extração de madeira, entregue à iniciativa privada. Sugeri que uma comissão de Senadores fosse examinar **in loco** o que está acontecendo, porque aquilo ali é hoje o que aquele projeto fará, em escala ampliada naquela re-

gião. A população local, os seringueiros, estão sendo lesados. A madeira está sendo retirada em grande volume grande. O Governo e as empresas que ali operam estabeleceram um preço que já é vil pelo pagamento dessa madeira, e, mesmo assim, eles não o recebem integralmente. Estão, portanto, sendo lesados.

Por denunciar esses fatos aqui nesta Casa – e fazê-lo desta forma, contando fatos, sem agredir ninguém –, fui violentamente agredido hoje, no meu Estado, por jornalistas oficiais, porta-vozes de um Governo que, repito, se tem tornado cada vez mais truculento. Refiro-me ao chamado Governo da Floresta, ao qual já tive o prazer de servir, em um momento em que ele, em uma linha correta de atuação, se houve com propriedade, se houve com compromissos. Mas hoje se transformou em um governo de patota, um governo que se divorciou da sorte da maioria do povo acreano, mancomunado com pequenos grupos econômicos, aos quais se aliou.

Está lá o Ratinho, Senador Botelho e Senadora Heloísa – observem o que está acontecendo no Estado do Acre e que poderá acontecer em escala nacional, principalmente na nossa região amazônica. Esse apresentador de televisão comprou imensas áreas de floresta lá no Estado e pretende devastar aquilo tudo. Os habitantes tradicionais estão sendo colocados para fora daquelas áreas, inclusive comunidades indígenas estão sendo desalojadas. Alguns estão sendo lesados. Quem mora na floresta, Senador Botelho – V. Ex<sup>a</sup> o sabe, porque é um homem da região –, não vai conseguir sobreviver. O Governo está tirando essas pessoas dessas áreas – que servirão à sanha, aos interesses de um homem de televisão – e oferecendo-lhes a possibilidade de viverem nos quintais florestais, uma titica de uma área de dois hectares, à beira de uma rodovia. Pessoas que vivem dentro da mata vão fazer o quê, num quintal florestal? Vão viver de quê? Por que um cidadão veio lá não sei de onde, com interesses que não sei quais são de fato – tenho o direito de desconfiar de que não são sadios –, ocupou áreas imensas do meu Estado, para promover projetos que não interessam à comunidade do meu Estado?

Portanto, quero repelir, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, as agressões que tenho sofrido pela imprensa oficial do meu Estado, a mando de um Governo divorciado de argumentos. Quem tem argumento, Senador Augusto Botelho, vem aqui e os declina, como estou fazendo. Estou apontando fatos, não estou agredindo ninguém. Quem não tem argumento passa para a agressão pessoal, como está acontecendo no meu Estado. A imprensa chamada oficial, que um dia terá de prestar contas à população do meu Estado, dominada economicamente por um Governo que

perdeu completamente o rumo das coisas, investe-se violentamente contra este Parlamentar, com agressões pessoais.

Se estão tentando intimidar-me, já disse e vou dizer mais uma vez que ninguém vai calar a minha boca, ninguém vai deixar-me intimidado, nem nesta Casa, nem no meu Estado, em lugar nenhum! Vou continuar aqui reproduzindo as aspirações e os anseios dos moradores da minha terra, que estão cansados, já não agüentam mais. Reconhecem, sim, aquilo que foi feito de positivo, mas repetem no meio da rua, por onde ando, que o Governo começo sadio, mas apequenou-se e está jogando o que foi feito de positivo pela janela, quando envereda pela tentativa de controlar instituições, inclusive o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado, sem falar na própria imprensa, que, em grande parte, no meu Estado, é controlada pelo poder econômico, e na interferência de empresas de publicidade, cujo contrato, denunciado pela **Folha de S.Paulo**, está sabidamente eivado, cheio, viciado até a medula de impropriedades e irregularidades. É esse o quadro que se instalou no meu Estado.

Não estou aqui, como disse o Senador Sibá Machado um dia desses, antecipando processo eleitoral nenhum. Estou trazendo para esta Casa fatos graves, protagonizados por um Governo que se perdeu, que se apaixonou pelo Poder e que faz disso a razão de ser de sua administração. Estou falando de um Governo que se divorciou completamente do pequeno produtor na minha região, Senador Augusto Botelho, por isso o Estado perdeu sua capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos.

O Estado do Acre hoje importa mais de 70% do que come e não falo de computadores. O Estado, repito, importa mais de 70% do que come, porque o chamado Governo da Floresta se divorciou do compromisso estabelecido com o pequeno produtor. O pequeno produtor em nosso Estado é um ser abandonado, largado à própria sorte. As queimadas que o País inteiro hoje testemunha ocorrem no Acre mesmo; não é na Bolívia ou em Mato Grosso. Tentam mostrar que aquele fumaceiro\* todo que tomou conta do Estado é fruto das queimadas que ocorrem em Rondônia, em Mato Grosso e na Bolívia. Coisa nenhuma! Balela! É lá no Acre mesmo que se queima a floresta. É ali mesmo, porque a queimada, Senador Augusto Botelho, é uma tecnologia que as pessoas utilizam milenamente. Para que se evite a queima, tem-se de substituir a tecnologia. Uma substituição razoável seria a mecanização agrícola, por exemplo. Se as áreas derrubadas do Acre fossem trabalhadas com mecanização, com correção do solo, não seria preciso derrubar mais um

pedaço de pau nelas. A agricultura poderia sobreviver por anos e anos, sem que fosse necessário avançar na floresta, Senador.

Portanto, trago, mais uma vez, fatos reais. Sugeri à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a vinda de um seringueiro, morador de uma colocação lá no Projeto Antimari\*, para que o Senador José Agripino, como Líder, possa ouvir um relato de quem está vivendo a questão na própria carne e para que não se diga que é o Senador Geraldo Mesquita que está falando de coisas que não conhece. A Comissão aprovou a proposta ontem. O Senado vai trazer um cidadão, um humilde seringueiro, que está vivendo esse processo atualmente. Repito, sugeri a vinda dele, para mostrar a esta Casa que esse projeto que se tenta aprovar aqui, no afogadilho, no “tratoraço”, poderá reproduzir, em escala enorme, imensa, incomensurável, a exploração das populações na Amazônia, a instalação de atividade produtiva predatória, sem fiscalização, que já acontecem ali. É só irmos lá, para dar uma olhada no que está havendo, e tomaremos conhecimento e tento do que poderá acontecer em escala amazônica.

Portanto, Sr. Presidente, na terça-feira o Colégio de Líderes e Senadores interessados na discussão, como V. Ex<sup>a</sup>, que é um profundo conhecedor dos problemas da Amazônia, terão a oportunidade da audiência. Tomara que venha a Ministra Marina Silva, tomara que venham muitas pessoas. Um projeto dessa natureza, dessa importância, dessa envergadura, não pode ser empurrado goela abaixo numa Casa como esta.

Espero que Deus ilumine o Senador José Agripino, que é uma pessoa de enorme liderança nesta Casa, para que S. Ex<sup>a</sup> perceba que uma situação como essa não pode persistir, não pode vicejar, por dois motivos: primeiro, porque não podemos imolar-nos nesta Casa, violentar-nos, submeter-nos à determinação de não emendar seja o que for – isso é uma autoviolência que estaremos cometendo contra nós mesmos –; segundo, porque um projeto dessa envergadura não pode tramitar em regime de urgência, seja na Câmara, seja no Senado, porque é de enorme repercussão econômica, social e política, principalmente na nossa região.

Chamo atenção desta Casa. Não estou aqui na posição previamente determinada de ser contra o projeto; não sou contra o desenvolvimento da minha região. Pelo contrário, sou favorável, sim, a que se criem mecanismos de desenvolvimento, principalmente na Amazônia, que permitam, isto sim, que a população da Amazônia seja partícipe, o principal ator desse processo de desenvolvimento. Do contrário, repito, vamos, mais uma vez, viver um processo de exploração econômica em que largas parcelas da população amazônica, principalmente do meu Estado, entrarão

novamente no processo produtivo como trabalho escravo, como massa de manobra, como ocorreu na produção de borracha, no esforço de guerra, e poderá acontecer mais uma vez na produção de madeira na região amazônica.

Senadora Heloísa Helena, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena (P-SOL – AL)** – De fato, Senador Geraldo Mesquita, pedi um aparte a V. Ex<sup>a</sup> muito mais para prestar a minha solidariedade, porque, em relação ao projeto, vamos precisar de espaço para discutir. Isso é essencial. Se vem o seringueiro ou o maior técnico reconhecido no Brasil e no mundo, que venham os dois, mas que o debate possa acontecer.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC)** – Quero a sua ajuda, para garantir que isso ocorra. E a do Senador José Agripino também.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena (P-SOL – AL)** – Exatamente. O Senador José Agripino vai falar, em seguida, sobre isso, e também o Senador Augusto Botelho. Para nós, o importante é que sejamos convencidos pelos argumentos. Tenho a mesma posição de V. Ex<sup>a</sup>, mas é claro que podemos ser convencidos do contrário pelo argumento. E o argumento pode ser apresentado pelo mais simples seringueiro ou pelo mais brilhante intelectual reconhecido no mundo todo. Agora, que podemos ter a oportunidade de problematizar, de sermos convencidos pelo argumento. Eu não poderia deixar de fazer o aparte e deixar minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, que é muito mais do que um companheiro de Partido: é um homem digno, honesto e trabalhador. Sei exatamente o quanto custa a V. Ex<sup>a</sup> tomar determinadas decisões políticas; sei na pele também, pelas cicatrizes que tenho na alma, no coração e no corpo, o que significa enfrentar oligarquias, seja da esquerda ou da direita. Eu sei exatamente o significado disso e não posso deixar de prestar a minha total solidariedade a qualquer ataque que esteja V. Ex<sup>a</sup> sofrendo no Acre. Acompanhei o processo de saída de V. Ex<sup>a</sup>, ainda nos meses de glória do Governo, quando não havia essas denúncias gravíssimas de corrupção que estamos vendo agora; todos têm de reconhecer as coisas graves que estão sendo apresentadas à opinião pública. Portanto, minha total solidariedade, meu carinho. Sua família sabe do carinho que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, por sua esposa, seus filhos, seu pai, toda a sua família. Meu carinho e total solidariedade.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC)** – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR)** – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex<sup>a</sup> toca no assunto do Projeto das Florestas, que realmente estão querendo enfiar goela abaixo desta Casa. O projeto não foi dis-

cutido, e essa concentração de poder no Ministério do Meio Ambiente, numa riqueza como a floresta, é coisa séria. Não pode só o Meio Ambiente discutir as riquezas que estão lá em cima. Outra coisa que V. Ex<sup>a</sup> fala coincide com o meu ponto de vista: que os pequenos não vão ter vez nessa nova Lei das Florestas, mesmo os madeireiros que atuam nos nossos Estados. No meu Estado, parecem grandes madeireiras, mas não são grandes quando comparadas às grandes empresas de madeira que virão do estrangeiro para entrar nisso. Farão licitações com proposta de divisão em várias áreas, podendo-se pegar apenas uma área e tal... Não haverá chance. Eles não terão chance nem de se organizar para concorrer numa licitação dessas. Existe alguma cooperativa de garimpeiros explorando minério? Fizeram isso na Constituição, dizendo que os garimpeiros se organizariam, mas até hoje isso não ocorreu, porque não há como se organizarem. Querem fazer o que fazem as grandes empreiteiras: pegam as grandes obras e criam sub-empreitadas. Como é na selva, vão ser escravos mesmo, como V. Ex<sup>a</sup> fala, pois quem vai fixar o preço da madeira e as condições serão eles e vão acabar com as nossas... Lá, em Roraima, neste ano, na nossa pequenina indústria de madeira, que só exporta em torno de US\$6 milhões ao ano, duas mil pessoas perderam o emprego. As duas fábricas de compensado do meu Estado foram fechadas neste inverno. Lá, estamos terminando o inverno. Por quê? Porque o Ibama, há dois anos e seis meses, só está multando madeireiros e caminhoneiros. Há um proprietário lá cuja propriedade vale R\$15 mil e ele recebeu uma multa de R\$20 mil. Como é possível isso? Então, digo que está havendo a Síndrome de Estocolmo com os madeireiros, porque alguns acreditam que o Projeto da Floresta vai ajudar a vida deles, mas não vai. Com certeza, não terão mais chance de fazer nada. Estão sufocados e, se o Governo não tomar uma providência, o desemprego vai ficar muito grave. E principalmente para as nossas pessoas pobres, que vivem lá no meio da floresta, no meio da mata, como costumamos dizer. Esses, coitados, são os oprimidos; serão expulsos da sua terra e vão ser mendigos na cidade. Muito obrigado.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC)** – Eu que lhe agradeço, Senador Augusto Botelho. E, agradecendo à condescendência do Sr. Presidente, concedo um aparte ao ilustre Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino (PFL – RN)** – Senador Geraldo Mesquita, acabo de ouvir a opinião de dois amazônidas ilustres e homens de bem, que são V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Augusto Botelho. Não tenho razão alguma para colocar qualquer dúvida sobre a opinião de V. Ex<sup>a</sup>s com relação a uma questão importante para a

sua região, que é o manejo de floresta. Tenho obrigação, pelo contrário, de pautar a minha opinião sobre o que V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer. Manifestei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na quarta-feira, a minha opinião, pedindo um prazo, porque me chegaram, por companheiros de Partido, denúncias muito graves que me preocuparam, denúncias de fatos que estariam contidos no projeto que está em apreciação em regime de urgência e que podem levar a desvios de comportamento no padrão ético e moral. Não poderia jamais agir de modo diverso, recebendo os alertas que recebi de companheiros de Partido, que nem amazônicas são, mas que estão atentos à probidade e ao padrão ético. E propus que se estabelecesse um debate, o que foi aceito. A Ministra Marina Silva se propôs a vir aqui debater com a sua equipe, mas eu, pessoalmente, tenho reunião marcada com a assessoria legislativa do Senado na segunda-feira. E, na terça-feira, levarei as preocupações daqueles que as têm para conhecimento da Bancada como um todo, por entender que essa é uma questão muito importante. Trata-se, na verdade, segundo o Governo, de apresentar, num piloto de 10 milhões de hectares, um esboço de comportamento de cessão de uso de floresta. Aí entram interesses econômicos de enorme magnitude, que vão desde a mineração até o corte da mata, a desmatamento, a problemas de ordem ecológica. Isso é nitroglicerina pura, envolvendo questão com silvícolas, com populações indígenas, com ocupação clandestina da terra. É uma questão da maior gravidade e que tem de ser tratada com o devido cuidado. Por isso, tomei a iniciativa – e em boa hora fizemos um acordo multipartidário, acordo de Líderes – para que a matéria voltasse à apreciação na quarta-feira, depois de um amplo debate que vai acontecer na quarta-feira pela manhã, reunindo os Líderes partidários. As dúvidas que vou levantar na segunda-feira e debater, em seguida, com minha Bancada deverão ser esclarecidas; do contrário, votaremos contra a matéria.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC)** – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Sr. Presidente, agradeço pela tolerância.

Até uma próxima oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, para uma comunicação inadiável.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, pretendo, de forma rápida, fazer um protesto e gostaria que encontrasse eco nesta Casa. Protesto contra a renovação de uma

prática que não é democrática, nem aceitável por parte do meu Partido.

Todos os Srs. Senadores e Senadoras conhecem a **Mídia Impressa**, trabalho feito pela Radiobrás de compilação das notícias mais importantes dos jornais de circulação nacional, dos mais importantes do Brasil. É obrigação da Radiobrás colocar na **Mídia Impressa** as matérias mais importantes de cada jornal. Nada mais importante no jornal **Folha de S.Paulo** do que os artigos da terceira página, que, normalmente, são transcritos, porque fazem opinião; são artigos bem escritos por pessoas eméritas e transcritos com propriedade na **Mídia Impressa**.

Outro dia, Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes, referindo-se à **Mídia Impressa** das revistas fez um protesto pela curiosa exclusão, por parte da Radiobrás, de matérias cuja publicação não eram do interesse do Governo. Foram curiosamente, Senador Marco Maciel, escoimadas da **Mídia Impressa**, e o Senador Heráclito Fortes, com muita razão, lavrou aqui um protesto, endossado por nós, seus companheiros de Bancada.

Agora, faço um protesto muito mais veemente, sobre o artigo intitulado “Raça, segundo São João”, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, em que tratou de um assunto que o incomodou: a deturpação de suas palavras por segmentos do Partido dos Trabalhadores, que verbalizaram na imprensa, de forma distorcida, que S. Ex<sup>a</sup> se referia de forma pejorativa à raça como menosprezando segmentos da sociedade. S. Ex<sup>a</sup>, na verdade, respondendo a uma pergunta num debate, referiu-se ao que escreve no artigo.

Tentarei ler pedaços do artigo, mas quero lavrar o protesto pela exclusão desse artigo na **Mídia Impressa** do dia de hoje. Por que razão? Quero conhecer a razão. Por que é que todos os dias esse tipo de artigo sai na **Mídia Impressa** e hoje não saiu? Porque o Senador Jorge Bornhausen recolocou o assunto com propriedade e isso não interessava ao Partido dos Trabalhadores? É porque ele coloca de forma clara qual é o seu conceito de Esquerda e o respeito que ele tem por petistas? Apenas faz diferenças entre petistas e petistas ou entre petistas e Esquerda? É porque não querem aqueles que podem operar – e a Radiobrás é uma estatal – a vontade da Radiobrás que este artigo seja do conhecimento democrático daqueles a quem chega a **Mídia Impressa**? Quero lavrar o meu protesto, Sr. Presidente, e quero ler pequeno trecho do artigo de S. Ex<sup>a</sup> o Senador Jorge Bornhausen intitulado “Raça segundo São João”.

A pergunta veio anônima, do auditório – claramente, de alguém que precisava de um sinal de esperança.

“O senhor não está desencantado com tudo isso que acontece no Brasil?”

‘Desencantado? Pelo contrário. Estou é encantado porque estaremos livres dessa raça pelos próximos 30 anos.’

Ele se referia ao Governo do PT, ao Go-ver-no do PT. Não era aos petistas nem ao Partido dos Trabalhadores na sua essência ou na sua formulação.

Surpreendi-me eu mesmo por ter respondido de bate-pronto. Quem me acompanha sabe que não costumo reagir precipitadamente a provocações. Mas fiquei satisfeito por ter dado aquela resposta, embora reconheça possível exagero. Trinta anos foi pura explosão de otimismo. Eu sei que a democracia adota limites humanos, e o humano abrevia as penas, esquece, comprehende as contingências das quedas, oferece novas chances.

Além do mais, o petismo é representativo de parcela respeitável da sociedade. (...)

Escreve o Senador Jorge Bornhausen: “O petismo é representativo de parcela respeitável da sociedade.”

Livre dos fariseus, a camarilha que o arrastou ao atoleiro, bem que pode se recuperar mais cedo. Desde que não insistam em destilar o veneno com que abriram o caminho ao poder, insultando, difamando, fingindo a indignação moralista que jamais tiveram. (...)

Mais para frente – considero importante ler –, S. Ex<sup>a</sup> conceitua as Esquerdas e faz a distinção corretamente. O Senador Jorge Bornhausen deseja muito que seus Pares conheçam o seu pensamento.

Grandes malandros, querem se confundir com o pensamento socialista brasileiro!

Ora, os setores de maior representatividade da esquerda brasileira já estão na oposição. Desenganaram-se a tempo, antes que fossem conspurcados pela lambança. Ou aparece alguém para negar representatividade ao PDT, de Brizola? Sou testemunha pessoal, porque ouvi dele próprio seu desencanto. Ou também o PPS, liderado pelo deputado Roberto Freire, não representa a esquerda? Ou há dúvida sobre a autenticidade do emblemático Deputado Gabeira? Ou os petistas ideológicos expulsos do partido por cobrarem coerência e honestidade, insurgindo-se contra o grupo,

camarilha ou raça – o sinônimo que escolhi – não são esquerda? (...)

Neste momento, neste País, são conhecidos e notórios os políticos inescrupulosos a quem visei. Os políticos inescrupulosos de quem se fala, todo mundo os identifica pelo nome, profissão, endereços, fortunas recebidas, CPF, RG e até cacoetes. (...)

Confesso que falei “dessa raça” espontaneamente, sem premeditação, usando o meu modesto universo vocabular, a linguagem coloquial brasileira com que me expresso, embora meus adversários tentem me isolar numa aristocracia fantasiosa.” (...)

Tentaram colocá-lo como nazista. O seu artigo é intitulado “Raça, segundo São João”, Senadora Heloísa Helena. Muitas pessoas escreveram, justificando a posição do Senador, como que traduzindo o significado correto, o sentido reto da palavra raça, para evitar a deturpação – a que se refere o Senador – feita pelos petistas, que são a camarilha, como se refere, do Governo: os investigados, aqueles que estão levando o País à desgraça que estamos assistindo. O artigo intitula-se “Raça, segundo São João, Senador Marco Maciel. É um artigo muito bem feito. E termina referindo-se às manifestações sobre o vernáculo raça.

O melhor, porém, é a origem histórica desse uso da palavra. Outro amigo veio me abrir o Novo Testamento, no Evangelho de Mateus, capítulo 3º, versículos de três a dez. É um registro de São João Batista chamando de “raça de víboras” aos “fariseus e saduceus” (...)

A Senadora Heloísa Helena está rindo porque conhece bem a Bíblia, tem sempre uma Bíblia aberta, e sabe ao que o Senador Jorge Bornhausen está se referindo com essa citação da Bíblia.

Repto:

É um registro de São João Batista chamando de “raça de víboras” aos “fariseus e saduceus”, que, desconfio, deviam ser a camarilha corrupta da época, oportunistas e que pretendiam ser melhores que os outros. Raça de víboras. E bote víboras nisso.

Termina o Senador Jorge Bornhausen.

Ouço com muito prazer o Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** – Nobre Senador e Líder José Agripino, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo protesto que faz na tarde de hoje sobre um tema

extremamente importante, que é a **Mídia Impressa** que recebemos diariamente.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – E que não contém esse artigo precioso.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Exatamente, e que nos surpreende. Quer dizer, matérias estão sendo excluídas, fora, portanto, de uma rotina adotada pela Radiobrás. Tive a oportunidade de ler o artigo pela manhã, posto que assinante da **Folha de S.Paulo**. E quero, por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, cumprimentar o Presidente do Partido, Senador Jorge Bornhausen, pelo artigo que produziu e pelos esclarecimentos que ofereceu. Mas acho também que o protesto de V. Ex<sup>a</sup> devia ser o protesto dos demais Líderes, porque, se isso hoje aconteceu com o PFL, quem pode garantir que não ocorra com integrantes de outras agremiações? Então, eu deixaria com V. Ex<sup>a</sup> esta questão: se esse não deve ser um protesto que envolva o Colégio de Líderes desta Casa.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel, e faço aqui meu fecho, antes de ouvir a Senadora Heloísa Helena.

O Senador Jorge Bornhausen, que não é homem de se desculpar de coisas que não queira se desculpar, não se desculpa nesse artigo. S. Ex<sup>a</sup> justifica e esclarece a quem ele se referiu no momento em que, de bate-pronto, como diz, respondendo a uma pergunta num debate, falou da raça. A raça são os Delúbios, os Silvinhos, os enganadores da Pátria, de quem se espera um fim próximo, para que não fiquem mais trinta anos no poder. S. Ex<sup>a</sup> se refere a essa raça e respeita as Esquerdas e deixa claro isso, respeita até o petismo, Partido que tem história no País e que não é de todo ruim, apresenta uma banda boa que se está debatendo para se mostrar. Mas quem manda no PT e no Governo é a raça a que se refere o Senador Jorge Bornhausen.

Ouço, com muito prazer, a Senadora Heloísa Helena.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (PSOL – AL) – Senador José Agripino, vou até entrar na provocação legítima feita pelo Senador Marco Maciel, porque prefiro acreditar que foi um lapso. Respeito muito os trabalhadores da Radiobrás. Respeito-os muito mesmo. Já os defendi aqui várias vezes. Prefiro imaginar que foi um lapso, como muitas vezes também prefiro imaginar que é um lapso quando, às vezes, a própria estrutura de comunicação do Senado privilegia um ou outro Parlamentar governista em detrimento do outro. Então, prefiro pensar que foi um lapso dos trabalhadores e creio que não deve haver mesmo seletividade em relação a nenhum argumento. Sabem todos, inclusive V. Ex<sup>a</sup>,

que o pensamento do Senador Jorge Bornhausen é completamente antagônico ao meu. Já o disse aqui várias vezes. S. Ex<sup>a</sup> defende o mundo, a concepção liberal, que é absolutamente distinta da minha, e não sei ao certo onde é que entrou essa polêmica da raça, que podia até ser comigo, porque, freqüentemente, uso esta expressão: “essa raça de neoliberais”, seja do PSDB, seja do PFL ou do PT. Às vezes, eu digo isso. Então, eu nem sabia de toda essa turbulência criada. Nós, nordestinos, dizemos muito isso. Inspirados ou não em João Batista, às vezes, acabamos dizendo isso também. Muitas vezes, uso tal expressão – “essa raça de neoliberais” –, quer referindo-me aos de estrelinha ou aos de tucaninho ou a quem quer que seja, pois vivemos realmente para combatê-los. Ainda bem que não foi comigo. Mas quero igualmente deixar claro algo com relação a toda a seleção de textos a serem apresentados. Do mesmo jeito que ocorre em algumas colunas, notamos isso também, colunas de determinados jornalistas não entram aqui, como as do Cláudio Humberto. Se for para ser contra quem era da tropa de choque do ex-presidente Fernando Collor, há outros aqui nesta Casa que foram muito amigos dele, mesmo sabendo quem ele era, como o Senador Renan Calheiros e vários outros Senadores, além do jornalista Cláudio Humberto. Então, ele devia entrar também, porque todo mundo acaba lendo o que ele escreve. Seria até bom que ele entrasse também, porque, do mesmo jeito que lemos pela Internet, por que não podemos ler nessa seleção, já que vai para muitos órgãos de comunicação do Brasil todo? Portanto, a provocação do Senador Marco Maciel, que, pelo contrário, é incapaz de fazer qualquer provocação com ninguém, foi legítima. Não é nem provocação. Não sei qual seria o termo – talvez a repreensão ou o alerta. Eu acabaria não me sentindo no direito de reivindicar que um artigo de minha autoria constasse, se o artigo de uma outra pessoa, como o Senador Jorge Bornhausen, também não constasse. E volto a repetir, sabe V. Ex<sup>a</sup> do carinho pessoal que lhe tenho, mas sabemos que representamos visões de mundo antagônicas, distintas. Se houvesse uma revolução socialista, estariámos em mundos diferentes, completamente diferentes. Acho que o pouco que conquistamos aqui, é bom que seja assim, que em tantos momentos nós discutimos e aprovamos pautas semelhantes. Em tantos momentos estamos aqui – e algumas pessoas de fora até se surpreendem –, aprovamos determinadas matérias comuns e temos concepções de mundo completamente distintas. E o Senador Bornhausen, inclusive, Senador Agripino, uma vez quando eu estava passando uma proposta que tratava de plebiscito ou proposta relacionada à questão da exclusividade dos

recursos para universidade pública, e ele me disse – e podia ter feito demagogia comigo –: “Não, Senadora Heloísa, eu não posso assinar essa proposta que V. Ex<sup>a</sup> está defendendo; respeito que V. Ex<sup>a</sup> defenda, mas não vou assinar porque ela é completamente antagônica ao que defendo”. Disse-me, com delicadeza, com educação, mas realmente me disse. Até não acho que ele seria capaz de fazer um gesto como esse. Graças a Deus não fui eu que usei esse termo, senão, imaginem como iam bater em mim, porque falo termos que, para alguns, são fortes demais. Então só para dizer que também concordo com a observação feita pelo Senador Marco Maciel, no sentido de que possa ser excluído, não haja a seletividade. Sinceramente, prefiro pensar que não tem nada a ver, que foi um lapso dos trabalhadores da Radiobrás, por quem tenho o maior carinho e respeito, e sei inclusive o que sofreram em relação a processos que ocorreram por lá.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, que me enseja a fazer uma observação.

A indignação do Senador Jorge Bornhausen, que me transmitiu inclusive, é que a **Mídia Impressa**, em enorme centimetragem, publicou em edições anteriores ou reproduziu em edições anteriores matérias e mais matérias que batiam no Senador Jorge Bornhausen, interpretavam de forma maldosa a questão referida como raça a que V. Ex<sup>a</sup> se refere também como de uso corriqueiro por V. Ex<sup>a</sup>.

Então, na hora em que ele repõe, por intermédio de um artigo – não foi nem uma entrevista, mas um artigo que ocupa espaço nobre no jornal –, curiosa e coincidentemente, na **Mídia Impressa**, que dedicou espaços e espaços à deturpação da colocação de S. Ex<sup>a</sup>, a reposição do fato correto não saiu.

Claro que S. Ex<sup>a</sup> tem o direito de se indignar e, em não estando presente, como Líder do Partido, eu aqui faço o alerta e, mais do que o alerta, o protesto. V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito a ter a dúvida. “Não; eu prefiro achar que houve um lapso”. Tudo bem; pode ter havido o lapso. Mas quem deseja fazer correção de rumo e correção de fatos e trazer a interpretação dos fatos para o que ele deseja e escreve tem o direito à indignação. Na hora em que a mídia dedica muitos centímetros a uma versão, e a versão correta não merece um só centímetro quadrado, a indignação é procedente, justa e razoável.

E em nome do Partido que o Presidente Jorge Bornhausen dirige, eu lavro aqui o meu protesto e a minha dúvida.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** – Senador José Agripino, permite-me um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Ouço o Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** – Senador José Agripino, sem querer polemizar, eu gostaria apenas de frisar o seguinte: não pretendo com as minhas palavras, fazer nenhuma acusação àqueles que operam a mídia. Eu apenas quero estranhar o ocorrido. Faço votos que tenha sido um mero equívoco, ou um acaso, ou um lapso, não quero fazer nenhuma acusação, mas acho que não deixa de ser um fato que não pode se repetir, que não deve se repetir. Espero, portanto, que os que fazem a mídia, do qual somos todos leitores, tanto no Senado quanto na Câmara, que os responsáveis por esse tão importante trabalho procurem ser mais cuidadosos para que fatos dessa natureza não se repitam.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Perfeito, Senador Marco Maciel.

O que colocaram em muitas matérias fabricadas, produzidas, com endereço certo, é que a menção à raça feita pelo Senador Jorge Bornhausen era uma forma de generalizar um Partido por inteiro e de forma nazista. É como se, de forma sectária e nazista, o Senador Jorge Bornhausen usasse o termo raça. Na hora em que ele recoloca os fatos e apresenta a sua versão verdadeira, pela sua própria pena, por intermédio de um artigo escrito e assinado por ele, sonegam espaço.

Na dúvida, o protesto e a advertência que faço em nome do Partido da Frente Liberal.

**O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA)** – Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia, por dez minutos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO)** – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Federação das Indústrias de Goiás realizou, na última segunda-feira, reunião-almoço para entregar aos parlamentares goianos o anteprojeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, elaborado pelo Sebrae com o apoio de entidades empresariais de todo o País.

Tive a honra de receber o documento das mãos do Presidente da Federação, Paulo Afonso Ferreira, para encaminhá-lo ao Congresso Nacional, contendo dezenas de milhares de assinaturas de apoio do empresariado goiano.

Cumpre lembrar que, no dia 8 de junho, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, já havia recebido o anteprojeto do Presidente do Sebrae, Paulo Okamotto, e do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro Neto.

Desde o mês de maio, o Sebrae e as demais entidades do setor vêm informando o empresariado

sobre as vantagens da Lei para conseguir adesões à proposta.

O objetivo é atingir 200 mil assinaturas, e sensibilizar o Governo e o Congresso para a necessidade de aprovação da Lei ainda em 2005.

Até ontem, já haviam sido coletadas mais de 70 mil em todo o País.

Esta manhã, em companhia da Senadora Iris de Araújo e do Senador Demóstenes Torres, entreguei ao Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, documento contendo 21 mil assinaturas registradas, de empresários goianos, endossando o anteprojeto.

A partir da reunião almoço da última segunda-feira, a expectativa é de que este número poderá, inclusive, dobrar no Estado. A adesão do empresariado goiano foi muito significativa. Estiveram presentes representantes das entidades que integram o Fórum Empresarial Goiano.

Eu gostaria de citar a Federação das Indústrias de Goiás, a Federação da Agricultura do Estado de Goiás, a Federação do Comércio de Goiás, a Associação do Comércio e Indústria de Goiás, a Federação das Câmaras de Diretores Lojistas de Goiás, a Câmara de Diretores Lojistas de Goiânia e a Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás e a diretoria do Sebrae de Goiás.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, considero esse anteprojeto uma das mais importantes iniciativas que o Legislativo terá a responsabilidade de analisar – quem sabe ainda em 2005.

Entre outros benefícios, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas poderá gerar mais emprego e renda, reduzir a informalidade e favorecer o crescimento da economia.

Em junho, quando o anteprojeto chegou ao Senado, pedi seu exame pelo corpo técnico da Casa, por entender que era matéria de alta relevância. A nota técnica que recebi mostrou-me que o anteprojeto de lei complementar é bem mais abrangente do que o previsto na reforma tributária de 2003, que já reforçava o tratamento específico para as micro e pequenas empresas, consagrado na Constituição de 1988.

Como se sabe, as micro e pequenas empresas são responsáveis por 60% dos empregos formais no País. Entre 1995 e 2000, as micro e pequenas empresas criaram um milhão e quatrocentos mil empregos, ou seja, 25,9% do total de empregos naquele período.

São dados que evidenciam a importância desse segmento empresarial para o Brasil e, portanto, que merecem ser considerados pelo Poder Legislativo.

O anteprojeto da Lei Geral contém dispositivos para simplificar procedimentos de criação e operação regular das micro e pequenas empresas. Com isso,

são diminuídos os controles burocráticos e simplificadas as obrigações dessas entidades para com o Poder Público.

Importante alteração no anteprojeto é o aumento significativo dos valores para enquadramento do conceito de micro e pequena empresa. Hoje, microempresa é aquela com receita bruta anual de até R\$433 mil. Empresa de pequeno porte é definida como sendo aquela com limite de receita bruta anual até R\$2 milhões, 133 mil.

De acordo com o anteprojeto defendido pelo Sebrae, as microempresas serão aquelas com receita bruta anual igual ou superior a R\$480 mil – portanto, amplia-se o conceito. As empresas de pequeno porte terão receita bruta anual entre R\$480 mil e R\$3,6 milhões.

Segundo o Sebrae, hoje, essas entidades já representam 99% das empresas do País e a sua participação na economia é de cerca de 20% do Produto Interno Bruto.

Essa elevação do limite de enquadramento com certeza aumentará a presença dessas empresas no cenário econômico.

Há outros fatores na proposta do Sebrae que mostram sua importância tanto para a atividade produtiva quanto para a economia nacional. O anteprojeto pretende tirar da informalidade as micro e pequenas empresas que hoje enfrentam pesada carga tributária e alto custo burocrático para a sua formalização.

Atualmente, dois terços dessas empresas operam na informalidade, numa competição desleal e predatória para com as legalmente constituídas.

A desburocratização é outra proposta importante a ser adotada. O objetivo é simplificar os procedimentos de abertura, funcionamento e baixa das empresas nas obrigações trabalhistas, além de adotar o CNPJ da Receita Federal como cadastro único para todos os entes federativos. Portanto, ela unifica os procedimentos entre os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Por outro lado, o anteprojeto apresenta inovação que merece toda a atenção dos Srs. Parlamentares. É a tentativa de, por meio da criação de regime simplificado, denominado Simples Geral, atacar o problema representado pela complexidade e pela elevada carga do Sistema Tributário Nacional.

A adesão ao Simples Geral, segundo o anteprojeto, será mais flexível e inclui os prestadores de serviços e os profissionais liberais. Também estimula o crescimento das pequenas empresas por meio da aplicação de redutores, de forma a suavizar o impacto tributário na mudança de faixa, na transição do Simples para o lucro presumido.

O Simples Geral vai englobar contribuições, taxas e impostos de todas as esferas do poder, recolhidos mensalmente a partir de uma só base de cálculo em um só documento.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Parlamentares, as micro e pequenas empresas representam a quase totalidade das empresas do País e participam com parcela significativa do PIB. Se aprovado o anteprojeto da Lei Geral, as mudanças na legislação brasileira vão gerar uma série de benefícios: mais empregos, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade, incentivo à inovação tecnológica e fortalecimento da economia.

Portanto, quero aqui dizer da nossa alegria em poder trabalhar este projeto. Hoje, estivemos com o Senador Renan Calheiros, que se comprometeu a criar uma comissão especial para que o estudemos profundamente.

Acredito que, embora o empresariado esteja a pedir urgência na tramitação da sua proposta, o dever do Legislativo é o de trabalhar com rigor para entregar

à sociedade uma lei que assegure o maior número possível de benefícios à sociedade.

É muito bom que haja, neste Congresso, essa agenda positiva, para que se mude um pouco o foco da discussão, que gira em torno das investigações que estão sendo feitas – que deverão ser feitas, para que sejam penalizados os responsáveis por desvios de recursos –, a fim de que esta Casa retome a agenda positiva no sentido de fortalecer principalmente a geração de emprego e renda, para dar à sociedade brasileira tranquilidade, mostrando que trabalhamos com seriedade e com responsabilidade, para que o País possa desenvolver e aproveitar essa onda de crescimento que hoje se observa em todos os países da América Latina e em todo o mundo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO N° 3045, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Embaixador Sérgio Correa de Costa ocorrido no dia *26 de outubro*, no Rio de Janeiro:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.
- c) Academia Brasileira de Letras; e
- d) Ministério das Relações Exteriores.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 2005

*Xerém*  
D. Renato A. Góes

*Presidente da República*  
Fábio Henrique

*Ministério das Relações Exteriores*

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Em se tratando de matéria que depende de tramitação regimental, logo, também, de votação, concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel para encaminhar a votação aludida.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Ribamar Fiquene, Srs e Srs. Senadores, faleceu hoje, no Rio de Janeiro, conforme consta do requerimento que acaba de ser lido, o Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, um dos mais destacados diplomatas brasileiros do século passado.

Ele chefiou, entre muitas funções no Itamaraty, a representação brasileira no Canadá, na Inglaterra, nos Estados Unidos da América, e a Missão do nosso País junto à ONU.

Embora haja nascido no Rio de Janeiro, em 1919, seus ancestrais, Sr. Presidente, como é o caso de V. Ex<sup>a</sup>, eram maranhenses, valendo observar ser ele neto do renomado poeta Raimundo Corrêa, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e um dos mais destacados intelectuais de seu Estado.

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduado na Universidade da Califórnia (UCLA), fez, em 1951, o curso da Escola Superior de Guerra.

Ao lado dos seus afazeres profissionais, Sérgio Corrêa da Costa enriqueceu a bibliografia do nosso País como escritor, ensaísta, historiador e autor de vários livros, entre os quais eu mencionaria: **As quatro Coroas de D. Pedro I**, publicado em 1940; **A diplomacia brasileira na questão de Letícia** (1942); **A diplomacia do marechal – intervenção estrangeira na Revolta da Armada** (1945); **Brasil, segredo de Estado** (2001). Este último, como ele mesmo anotou, é uma incursão descontraída pela história do País. Isso sem citar palestras e conferências que proferiu em instituições nacionais e estrangeiras, e artigos publicados em jornais brasileiros e de vários países. Um dos seus últimos trabalhos, editado na França, onde residiu durante os últimos anos da década de 1990, intitulado **Mots sans frontières**, ou seja, “Palavras sem fronteiras”, obra talvez sem antecedentes no gênero, levou o prefaciador do livro, Maurice Druon, da Academia Francesa, a dizer:

“Eis uma obra inteiramente original, pesquisa pioneira, abrange aspectos a meu ver ainda inexplorados. Se teve precursores, o que sempre se poderá descobrir, permaneceram ignorados e não poderiam tê-la inspirado e, menos ainda, propiciado. Uma obra cuja idealização, repito, é original, fato por demais raro para que não insistamos em assinalá-lo. Trata-se de um livro de lingüística cujo autor não é um lingüista, mas antes um humanista, e um humanista do seu século.

Os lingüistas estudam uma língua, sob este ou aquele aspecto, ou então estudam um grupo, uma família de línguas, ou, ainda, comparam as línguas e respectivas estruturas. Nossa humanista as abarcou todas, para identificar os vocábulos que elas se ofereciam, umas às outras”.

Mais adiante, acrescenta Maurice Drumon:

“O que ele chama de “palavras sem fronteiras” são as que, originárias de uma língua, se foram insinuando em todas as demais e acabaram por se tornar de uso virtualmente universal. Podem designar tanto noções abstratas, funções, quanto objetos corriqueiros ou indicações da maior banalidade. Nossa autor as foi reunindo, ou melhor, colecionou cerca de três mil, abonadas por uma amostragem de 16 mil exemplos de uso dessas palavras, o que já constituiria, em si, um acervo bastante rico”.

Faço essa observação para destacar como é extenso o levantamento lexical feito pelo autor.

Sabemos que Camões, ao compor **Os Lusíadas**, talvez se tenha valido de um universo lexical de cerca de cinco mil palavras. Pelo que sei, o universo lexical do nosso Machado, escritor por excelência, aliás fundador da Academia Brasileira de Letras, não ultrapassa duas mil palavras. Esse trabalho do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, se bem que tenha peculiaridade que o distinguem de um livro convencional, consegue registrar mais de três mil anotações e dezesseis mil exemplos, friso, o que qualifica a obra e constitui uma contribuição muito interessante para todos que desejam, até por curiosidade, conhecer melhor vocábulos que migram de um território a outro.

Sr. Presidente, eu ainda gostaria de citar, mais uma vez, Maurice Druon, que diz:

“A quantidade de “palavras sem fronteiras” é, pois, impressionante, como impressionante se revela o seu campo de aplicação. (...) Cada palavra ostenta a sua marca de origem; tal como os seres humanos, cada uma delas conserva algo do seu país natal. Uma certa aura de exotismo envolve essas palavras, conferindo-lhes um encanto especial”.

A referida publicação, **Mots sans frontières**, foi traduzida para o Português e editada pela Record no ano de 2000. Sua leitura, ao tempo em que enriquece intelectualmente quem a lê, distrai prazerosamente quem a compulta, exibe, também, a universalidade da cultura do autor, a sua enorme acuidade mental, e demonstra vasta capacidade de observação.

No Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, **pari passu** ao agudo tino político, qualidade que é característica dos diplomatas, se junta um saber que se converteu camoneanamente em “sabedoria do saber feito”.

Harold Bloom, escritor e crítico literário estadunidense, no recém lançado livro **Onde Encontrar a Sabedoria**, assevera que ela, a sabedoria, muitas vezes é inquilina da literatura e especialmente da poesia. A sabedoria não é companheira dos meros eruditos, nem tampouco se encontra apenas na filosofia, ciência ou mesmo na política.

“Na experiência que tenho de ser eu mesmo encontro o bastante para me tornar sábio”, explica Bloom, recordando a lúcida assertiva de Michel Montaigne, pensador francês de quatro séculos atrás, cuja obra está condensada em seus **Ensaios**.

O Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, Sr. Presidente, cuja morte tanto entristece, parece confirmar as palavras e as observações de Harold Bloom.

O Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, de quem tive oportunidade de ser colega na Academia Brasileira de Letras, embora por pouco tempo, era cidadão do mundo e aliava uma densa formação intelectual a uma grande sabedoria.

Sr. Presidente, conforme sentenciou São Francisco de Paula, em suas **Cartas**, “A morte é certa; breve a vida, que se esvai feito fumaça”.

Cabe-me, como seu amigo e admirador, fazer memória de seu nome e de sua obra.

Interrogava Cecília Meireles: “De que são feitos os dias?” Para, a seguir, responder: “De pequenos dese-

jos, vigorosas saudades, silenciosas lembranças.” São essas saudades e lembranças que nos deixa o Embaixador recém-falecido, Sérgio Corrêa da Costa.

Por isso, Sr. Presidente, como V. Ex<sup>a</sup> já anunciou, solicito que o voto de pesar que apresentei, subscrito por inúmeros outros colegas, seja comunicado à Academia Brasileira de Letras, ao Ministério das Relações Exteriores e aos familiares do ilustre Embaixador Sérgio Correia da Costa\*.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a palavra concedida.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Ribamar Fiquene, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### (\*) AVISO Nº 35, DE 2005

Aviso nº 1.442-SGS-TCU-Plenário

Brasília – DF, 21 de setembro de 2005

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes – Senado Federal  
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC nº 009.891/2005-0, examinado pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 21-9-2005, bem como dos Anexos de I a V do referido processo, do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Respeitosamente, Adylson Motta, Presidente.

(\*) Anexos I a V publicados em Suplementos “A”, “B”, “C”, “D” e “E” à presente edição.

## ACÓRDÃO N° 1.469/2005 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-009.891/2005-0 (com 5 anexos).
2. Grupo I, Classe V – Acompanhamento – Consolidação do Fiscobras 2005
3. Interessado: Congresso Nacional - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: SECOB.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à consolidação dos trabalhos de fiscalização em obras públicas neste exercício de 2005, destinado a prestar informações ao Congresso Nacional e subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e o que dispõe o art. 103 da Lei nº11.178, de 20/09/2005 - LDO/2006.

9.1. autorizar a remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional das informações constantes dos Anexos I, II, III, IV e V deste processo, dos relatórios sintéticos de levantamentos de auditoria, em meio digital, atualizados com os acórdãos proferidos até a presente Sessão Plenária, bem como deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam;

9.2. encaminhar cópia dos referidos anexos, deste Acórdão e dos Relatório e Voto que o fundamentam aos Presidentes:

9.2.1. do Senado Federal;

9.2.2. da Câmara dos Deputados;

9.2.3. da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; e

9.2.4. da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;

9.3. determinar aos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal que encaminhem ao TCU, no prazo de 15 dias, cópia do demonstrativo previsto no artigo 20, *caput*, da LDO/2006;

9.4. determinar à Segecex que, com o apoio da Adfis e da Secob, no prazo de 60 (sessenta) dias, realize estudos e formule proposta ao Plenário, no intuito de regulamentar o rito processual a ser observado em atenção aos prazos fixados pela LDO/2006 para o pronunciamento do Tribunal em processos concernentes a fiscalização de obras públicas;

9.5. determinar à Secob que dê seqüência aos trabalhos de planejamento e organização das fiscalizações de 2006, iniciando, para tanto, estudos sobre a proposta orçamentária da União para o próximo exercício;

9.6. determinar à Setec que, com o apoio técnico da Secob, implemente no Sistema Fiscobras as sugestões de melhoria colhidas em 2005;

9.7. arquivar os autos.

*PL*

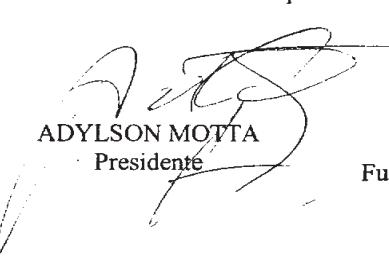
10. Ata nº 37/2005 – Plenário

11. Data da Sessão: 21/9/2005 – Ordinária

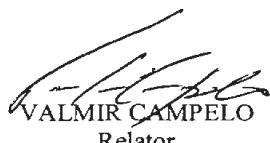
## 12. Especificação do quórum:

12.1. Ministros presentes: Adylson Motta (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Augusto Nardes.

12.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.

  
ADYLSON MOTTA  
Presidente

Fui presente:

  
VALMIR CAMPELO  
Relator

  
LUCAS ROCHA FURTADO  
Procurador-Geral

**GRUPO I – CLASSE V – Plenário****TC – 009.891/2005-0 (com 5 anexos).****Natureza:** Acompanhamento – Consolidação do Fiscobras 2005**Interessado:** Congresso Nacional – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**Advogado constituído nos autos:** não há**Sumário:** Fiscobras 2005. Relatório consolidado dos levantamentos de auditorias realizados em obras públicas, no exercício de 2005. Cumprimento ao disposto no art. 103 da LDO/2006, Lei n. 11.178, de 20.09.05. Encaminhamento das informações à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Determinações a unidades técnicas. Arquivamento.**RELATÓRIO**

Cuida o processo da consolidação dos trabalhos de fiscalização em obras públicas realizadas pelo Tribunal de Contas da União neste exercício de 2005, destinando-se a prestar informações ao Congresso Nacional e subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2006.

3. Passo a adotar, como parte deste Relatório, a instrução de fls. 39/62, da lavra do Analista de Controle Externo Pedro Ricardo de Almeida e Castro, com a qual colocaram-se de acordo o Diretor da 1ª DT, Carlos Sebastião Costa e o titular da Secob, Cláudio Sarian Altounian:

***"I. INTRODUÇÃO***

*Trata-se da consolidação dos Levantamentos de Auditoria em obras públicas realizados por este Tribunal, em 2005, com o objetivo de prestar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2006, nos termos fixados pelo art. 103 da LDO/2006.*

*2. O Acórdão N° 192/2005 - TCU - Plenário, de 02/03/2005, acolhendo as conclusões do Relator do TC – 012.684/2004-9, Excelentíssimo Senhor Ministro VALMIR CAMPELO, aprovou o plano de fiscalizações em obras públicas do primeiro semestre/2005, no qual se inserem 421 fiscalizações de empreendimentos constantes do Orçamento da União referente ao exercício de 2005, nos termos dos subitens 9.1 e 9.3.6, in verbis:*

*"9.1. aprovar a inclusão de 421 fiscalizações em obras públicas no plano de fiscalização do primeiro semestre de 2005, aprovado pelo Acórdão nº 2.113/2004-TCU-Plenário, sendo 225 levantamentos de auditoria (Fiscobras I) e 196 acompanhamentos de contratos, sob a metodologia do Reforme (Fiscobras II), conforme listagens constantes às fls. 19/35 e 37/51, respectivamente, do Anexo 13;*

*9.3.6. coordene a seleção, por parte das secretarias, de, no mínimo, 52 programas de trabalho entre os constantes dos 196 acompanhamentos integrantes do Fiscobras II, para a realização de levantamentos de auditoria in loco, sujeitos à prévia manifestação dos respectivos Relatores, cuidando para que essa seleção seja concluída até o mês de maio, observados os parâmetros estabelecidos pela Secob;"*

*3. As mencionadas folhas 19/35 contêm a relação das 225 fiscalizações a serem realizadas na metodologia que o Tribunal vem seguindo desde 1997. Por seu turno, as folhas 37/51 relacionam 196 contratos a fiscalizar utilizando-se a sistemática do Projeto Reforme, dos quais as Secex selecionariam 52 Programas de Trabalho - PT a serem vistoriados in loco, conforme critérios previamente definidos no âmbito do mencionado projeto, e submeteriam essa escolha à aprovação dos respectivos Ministros Relatores. Os restantes 144 seriam objeto de acompanhamento via sistemas (ver Anexo VI). Desse modo,*



*o total previsto de fiscalizações alcançava 421, sendo 277 in loco. Neste relatório serão abordadas as fiscalizações, de maneira consolidada (Fiscobras, Reforme, bem como as fiscalizações de obras registradas no módulo Outras Fiscalizações de Obras - OFO).*

*4. O envio das informações ao Congresso é disciplinado pelo art. 103 da LDO/2006, que estabelece a data máxima de 30 de setembro próximo para esse encaminhamento:*

*"Art. 103. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da proposta orçamentária, informações recentes sobre a execução físico-financeira das obras que tenham sido objeto de fiscalização, inclusive na forma de banco de dados."*

*5. A Constituição Federal prevê a aprovação da LDO pelo Congresso Nacional até 30 de junho de cada ano (art. 57, § 2º), o que implica a correspondente publicação no segundo semestre (a LDO/2006 foi publicada em 21/09/05). Desse modo, o Tribunal tem antecipado a definição do rol de obras a serem fiscalizadas no exercício, bem como a realização das respectivas fiscalizações. Esse procedimento objetiva viabilizar o encaminhamento tempestivo das informações ao Congresso Nacional, já que a realização dessas auditorias constitui-se tarefa de significativa expressão, envolvendo considerável esforço de planejamento, logística e execução, bem como a participação maciça da força de trabalho das Unidades Técnicas.*

## **II - SELEÇÃO - FISCOBRAS E REFORME**

### **II.1 FISCOBRAS**

*6. Evidencie-se que os 225 Levantamentos de Auditoria (Fiscobras) foram selecionados mediante aplicação dos critérios previstos na LDO/2006 (materialidade e regionalização).*

*7. O primeiro passo foi o estudo do PPA 2004-2007 (Lei nº 10.933/2004). A análise do conjunto de obras fiscalizadas pelo Tribunal nos últimos anos demonstra que a maioria delas é formada pelo que o PPA denomina "projetos de grande vulto". Esse fato torna ainda mais relevante a utilização daquele plano como base para a seleção de fiscalizações de obras no âmbito do TCU.*

*8. No entanto, não há como individualizar clara e diretamente se determinado Plano de Trabalho (PT) trata ou não de obra. Assim, com o objetivo de restringir as fiscalizações a subtitulos específicos de obras, a Secob desenvolveu os seguintes passos:*

*8.1 A pré-seleção baseou-se em duas fontes simultâneas principais: o OGU/2005 e o banco de dados do sistema Siasg. Primeiramente, foram selecionados os Programas de Trabalho - PT cuja dotação em 2005 superava R\$ 1 milhão no orçamento de investimentos (Grupo de Natureza de Despesa 4).*

*8.2 A seguir, procedeu-se à leitura da descrição de cada um dos PT, buscando-se identificar aqueles que se referiam a obras específicas, assim entendidos aqueles PT que:*

- *se referissem a uma obra de maneira clara e direta;*
- *restringissem a obra a uma Região Metropolitana ou município;*
- *no caso de rodovias e hidrovias, mencionassem explicitamente a BR ou o trecho da obra.*

*9. Com base no referencial de fiscalizações para o Fiscobras, estabelecido em reunião coordenada pela SEGECEX, com a participação da Adfis, Seplan e Secob, e com vistas à escolha de obras serem auditadas pelas Secex, estabeleceu-se o limite mínimo de R\$ 30 milhões de dotação orçamentária no OGU 2005 para os PT específicos a serem objeto de fiscalização obrigatória. Consequentemente, os PT com dotações inferiores àquele limite foram submetidos às secretarias para que tivessem a opção de escolher obras adicionais a fiscalizar, com base na disponibilidade de pessoal.*

*10. No OGU/2005, identificaram-se os PT específicos com dotações entre R\$ 5 milhões e R\$ 30 milhões. Esse conjunto foi submetido a pesquisa no Siasg e aqueles que não tinham contrato registrado no sistema tornaram-se candidatos a auditoria em 2005, integrando o grupo das fiscalizações eletivas, ou seja, relacionadas para as UTs, a fim de que, caso houvesse disponibilidade de HDF, fossem escolhidas aquelas a serem fiscalizadas em 2005. A esse segmento foram agregados os PT genéricos de obras com dotações superiores a R\$ 30 milhões na LOA/2005 e sem registro no Siasg.*

*11. Às obras assim selecionadas, acrescentaram-se os 78 PT elencados no Anexo VI da LOA/2005, com fiscalização obrigatória de acordo com o art. 103, § 2º da LDO/2006, 7 PT cuja fiscalização foi determinada por acordãos do Tribunal e 14 PT da Petrobras com elevadas dotações orçamentárias em 2005.*

*12. O Anexo VI relaciona as obras nas quais foram apontados indícios de irregularidades graves nas fiscalizações de 2004 e cuja execução orçamentária, física e financeira permanece condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeita à prévia deliberação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMO, segundo*

determina o art. 102, caput, da LDO/2006. Cabe ressaltar que as informações a respeito das obras constantes do aludido anexo encontram-se disponíveis na página do TCU na Internet, atualizadas automaticamente à medida que evolui o andamento dos respectivos processos no Tribunal.

13. Desse trabalho, resultou o seguinte rol de obras a serem fiscalizadas em 2005 (Fiscobras):

- *Fiscalizações Obrigatórias*
- *78 PT relacionados no Anexo VI da LOA / 2005, com e sem dotação orçamentária em 2005;*
- *7 PT cuja fiscalização foi determinada por deliberações do Tribunal;*
- *68 PT específicos com dotações superiores a R\$ 30 milhões na LOA/2005.*
- *Fiscalizações eletivas;*
- *57 PT específicos com dotações inferiores a R\$ 30 milhões, mas sem contratos registrados no Siasg;*
- *2 PT escolhidos pelas Secex.*
- *Fiscalizações Especiais - Petrobras*
- *14 PT de responsabilidade da Petrobras.*

*Total: 225 Programas de Trabalho.*

## II.2 REFORME

14. Embora se trate de metodologia já em seu terceiro ano de aplicação, convém resumir em que ela consiste. Em poucas palavras, o Reforme pressupõe o acompanhamento de um elevado número de contratos de obras via sistemas (principalmente Siasg e Siafi), e a fiscalização *in loco* de uma quantidade menor de contratos, norteada pelos dados obtidos nesse acompanhamento.

15. Para a seleção dos contratos a serem fiscalizados com a utilização dessa metodologia, os critérios experimentaram evolução de 2004 para 2005, como se detalha a seguir.

16. Utilização dos seguintes parâmetros para a obtenção da amostra inicial:

- *registro do contrato vinculado no Siasg no Grupo de Serviço Obras Civis ou contrato firmado com empresa registrada no Siasg com ramo de atividade Indústria da Construção (uma ou outra ocorrência);*
- *e liquidação, em 2004, de empenho superior a R\$ 100 mil (elementos de despesa 51; uma vez atendido um dos parâmetros anteriores, esta condição é obrigatória).*

17. Nessa amostra, identificaram-se 963 contratos em 196 PT. Esse grupo foi acompanhado via sistema, pela Secob, que passou a disponibilizar, a partir de fevereiro, informações às Secex com vistas a subsidiar a escolha das 52 fiscalizações a serem realizadas *in loco*.

18. Essa escolha, a cargo das Secex, baseou-se nos critérios estabelecidos pela Secob, os quais consistiam num conjunto de atributos associados a pesos. Citam-se, a seguir, alguns desses atributos:

- *quantidade total de aditivos por contrato;*
- *aumento causado pelo aditivo sobre o contrato;*
- *quantidade de aditivos por ano; prorrogação do contrato original;*
- *valor empenhado no ano;*
- *comparação entre o valor empenhado e*
- *valor do contrato.*

19. A pontuação de cada contrato foi obtida atribuindo-se um determinado peso a cada parâmetro, resultando daí a classificação dos contratos dentro da Secex. Das 52 fiscalizações resultantes, 5 foram canceladas pela Adfis, a pedido das Secex.

20. Pela inexistência de sistema implementado que efetivamente possibilite a importação de dados do Siasg e do Siafi, e o cruzamento de seus dados relevantes, essas operações foram, mais uma vez, realizadas manualmente. Com base nas informações disponibilizadas periodicamente pela Secob, as unidades escolheram, com base nos critérios definidos, os contratos a serem auditados *in loco*. Entretanto, o valor dos contratos (materialidade) constituiu-se em fator relevante para a escolha das auditorias *in loco*.

21. O presente relatório, com seus anexos, consolida as informações obtidas pelas Secretarias de Controle Externo responsáveis e encaminhadas aos respectivos Relatores, bem como as deliberações já prolatadas correspondentes aos referidos processos, extraídas automaticamente do sistema Radar e inseridas nos relatórios de cada fiscalização.

## III. DIRETRIZES ESTABELECIDAS PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

22. As diretrizes para a realização das fiscalizações foram fixadas no Memorando-Circular nº 05/2005-SEGECEX, de 03/03/2005 e detalhadas no Memorando-Circular nº 08/2005-Adfis, de 07/03/2005, do qual destacam-se as principais orientações:

M

- *abrir processo específico para cada obra a ser fiscalizada e, caso haja processo em tramitação tratando de irregularidade na mesma obra, propor o apensamento do novo ao antigo;*
- *concluir os trabalhos de fiscalização até 29/07/2005;*
- *considerar indícios de irregularidades graves aqueles que motivem citação ou audiência dos responsáveis, subdivididos em IG-P (ensejando a paralisação de obra ou serviço), de acordo com a definição estabelecida no art. 102, § 1º, IV da LDO/2006 e IG-C (graves não ensejando a paralisação de obra ou serviço);*
- *considerar indícios de Outras Irregularidades aqueles de menor grau de gravidade e que ensejem medidas corretivas;*
- *atender aos prazos definidos pela Decisão 97/2002-Plenário para obras com indícios de irregularidades graves categoria "P" (IG-P);*
- *tramar relatórios do sistema aos gabinetes dos Ministros-Relatores após a verificação da Secob.*

#### **IV. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LDO/2006**

23. Conforme abordado anteriormente, o Tribunal antecipa-se à publicação da LDO do exercício para concluir a tempo os trabalhos de fiscalização que subsidiarão a elaboração do orçamento do próximo ano. Assim, as fiscalizações atendem, a princípio, ao que prescrevia a LDO disponível entre março e julho/2005, no caso, a LDO/2005. Tão logo é publicada a LDO válida para o exercício seguinte, é necessário verificar as implicações desta com os trabalhos já desenvolvidos. É isto que se propõe realizar a seguir.

24. Com relação à fiscalização de obras pelo Tribunal de Contas da União, a LDO/2006 trouxe algumas inovações em relação à LDO/2005. Adiante, abordam-se as mais significativas.

25. Quanto ao art. 21 da LDO/2006, que trata do cadastramento dos contratos no Siasg, considera-se conveniente traçar um breve histórico.

26. A LDO/2005 teve vetados os §§ 2º e 5º do art. 19, que disciplinava o assunto. Após esses vetos, o mencionado artigo tomou a seguinte forma:

*"Art. 19. Os órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social deverão disponibilizar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg informações referentes aos contratos e aos convênios firmados, com a identificação das respectivas categorias de programação.*

*§ 1º Os órgãos e entidades que decidirem manter sistemas próprios de controle de contratos e convênios deverão providenciar a transferência eletrônica de dados para o Siasg, mantendo-os atualizados mensalmente.*

*§ 2º (VETADO)*

*§ 3º O pagamento dos bens e serviços contratados diretamente pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social, dependerá de prévio registro dos respectivos contratos no Siasg, ou nos sistemas próprios, devendo, neste último caso, ser efetuada a transferência eletrônica de dados na forma do § 1º.*

*§ 4º As entidades constantes do orçamento de investimento das estatais deverão providenciar a transferência eletrônica de dados relativa aos contratos firmados para o Siasg, de acordo com regulamentação a ser editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*

*§ 5º (VETADO)"*

27. Ao final de 2004, a Lei nº 11.086, de 31/12/2004, alterou a LDO/2005 e, entre outros feitos, agregou ao art. 19 os §§ 2º-A e 5º-A:

*"§ 2º-A No âmbito dos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, devem ser mantidos atualizados os dados referentes à execução física e financeira dos contratos cujo valor seja três vezes superior ao limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.*

*§ 5º-A O disposto no § 2º-A deste artigo será aplicado trinta dias após à homologação, pelo Poder Executivo, do módulo do Siasg que permitirá a digitação e tratamento dos dados dos contratos executados no âmbito dos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres."*

28. Assim, em casos de falta de registro no Siasg de contratos decorrentes de convênios, não se configurava mais indício de irregularidade, pois não havia como registrar esse tipo de contrato no sistema antes de o Ministério do Planejamento disponibilizar o respectivo módulo, fato que só ocorreu no

*PL*

íncio de julho do corrente, e mesmo assim, de forma parcial. Registre-se que à época, a maioria das fiscalizações já havia sido concluída. Em vista disso, para essas situações, orientou-se as equipes a não lançarem indício de irregularidade, mas proporem determinação para que os órgãos e entidades, nos quais se verificassem esse tipo de pendência, providenciassem os correspondentes registros de acordo com o disposto no § 5º do art. 21 transcrito acima.

28.1 Oportuno observar que a 2ª Secex acompanha, no TC 011.727/2004-3, a implantação do módulo previsto no § 5º-A.

29. Por sua vez, o já citado art. 21 da LDO/2006 sucede ao art. 19 da LDO/2005, mantendo, basicamente, a redação anterior modificada pela Lei 11.086/2004, e explicitando, no § 2º, as obrigações do concedente quanto ao registro dos instrumentos no Siasg, grifados a seguir:

*"§ 2º No âmbito dos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, o concedente deverá manter atualizados os dados referentes à execução física e financeira dos contratos, celebrados pelo conveniente, cujo valor seja três vezes superior ao limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."*

30. Essa mudança em nada alterará os procedimentos de auditoria de contratos no Fiscobras, já que a responsabilidade de registrar os contratos sempre foi do concedente. A lei apenas explicita essa responsabilidade.

31. Já o art. 102 da LDO/2006, que sucede o art. 98 da LDO/2005, transforma o § 2º do art. 98 da LDO/2005 em inciso IV do § 1º do art. 102 da LDO/2006, alterando, de maneira sutil, a conceituação de indício de irregularidade grave e acrescendo o item IV-c:

*"§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:*

*IV indícios de irregularidades graves, os atos e fatos que recomendem a suspensão cautelar das execuções orçamentária, física e financeira do contrato, convênio ou instrumento congêneres, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço que, sendo materialmente relevantes, enquadrem-se em alguma das seguintes situações, entre outras:*

*a) tenham potencialidade de ocasionar prejuízos significativos ao erário ou a terceiros;*  
*b) possam ensejar nulidade do procedimento licitatório ou de contrato;*  
*c) configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a administração pública."* (grifos nossos nas alterações trazidas pela LDO/2006)

32. As mudanças no caput do inciso IV não trazem maiores alterações em relação à LDO/2005, visto tratar-se, principalmente, de mudanças de redação e acréscimo de fases de obras ou serviços, que não trazem maiores impactos às atividades de fiscalização de obras no Tribunal.

33. Quanto ao acréscimo do item "c", não se identifica, tampouco, impacto nos trabalhos já realizados, pois que, ao se examinarem a legalidade, legitimidade, economicidade e técnica empregada na execução das obras, levam-se em conta os princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência, insitos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, entendem-se os itens "a", "b" e "c" como exemplos, já que a expressão "entre outras" caracteriza o rol não exaustivo do § 1º do art. 102.

34. Por seu turno, os §§ 7º a 10 do mesmo artigo trazem determinações de suma relevância ao Tribunal, principalmente em relação à fixação de prazos para o posicionamento desta Corte:

*"§ 7º Os processos que tenham por objeto o exame de obras ou serviços nos quais foram constatados indícios de irregularidades graves serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a garantir decisão que indique, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízo ao erário, no prazo de até seis meses contado da comunicação prevista no § 5º do art. 103 desta lei. (grifos nossos)*

*§ 8º Caso o empreendimento não possa ter continuidade, a decisão mencionada no § 7º deste artigo deverá relacionar todas as medidas a serem adotadas pelos responsáveis, com vistas ao saneamento das irregularidades.*

*§ 9º Após a apresentação das medidas corretivas pelo órgão ou entidade responsável, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o efetivo cumprimento dos termos da decisão, no prazo de até três meses. (grifo nosso)*

*§ 10 Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados nos §§ 7º e 9º deste artigo, o Tribunal de Contas da União deverá informar e justificar ao Congresso Nacional as motivações do atraso."* 

34.1 Pela importância da alteração, a SEGECEX, em conjunto com a Adfis e a Secob, está estudando proposta a ser submetida ao Plenário para regulamentar o rito processual quanto à observância dos prazos fixados.

35. Por sua vez, o inciso VII do § 1º do art. 103 da LDO/2006 trouxe inovação extremamente relevante, na medida em que cria, para o TCU, obrigação expressa não contida nas LDOs anteriores:

"§1º Das informações referidas no caput constarão, para cada obra fiscalizada, sem prejuízo de outros dados considerados relevantes pelo Tribunal:

.....  
VII - a manifestação prévia do órgão ou entidade fiscalizada e a correspondente avaliação preliminar do Tribunal de Contas da União."

36. Ocorre que os relatórios de auditoria foram concluídos no final de julho deste ano. A LDO/2006 foi publicada em 21/09/05, não restando, pois, tempo hábil para o cumprimento do dispositivo legal. Contudo, a Secob está incorporando a diretriz legal para todos os trabalhos em obras que serão realizados a partir da publicação da LDO.

## V. ALTERAÇÕES NO SISTEMA FISCOBRAS

### V.1 - ALTERAÇÕES EM 2005

37. Ao concluir os trabalhos de 2004, o Tribunal prolatou o Acórdão nº 1.408/2004-Plenário, com determinações à Setec voltadas a alterações e aperfeiçoamento do sistema:

"9.6.determinar à Secretaria de Tecnologia da Informação - Setec que, com o apoio técnico da SECOB:

9.6.1.proceda aos necessários ajustes no Sistema Fiscobras, visando atender às sugestões de melhoria colhidas em 2004;

9.6.2.promova o efetivo desenvolvimento do sistema computacional voltado à implementação da metodologia proposta no Projeto Reforme, de modo a colocá-lo em condições plenas de operação no decorrer do próximo exercício;"

38. Principais ajustes implementados no Fiscobras:

- importação dos indícios de irregularidades apontados em relatórios anteriores e ainda em apuração;
- no relatório de auditoria, no campo Indício de Irregularidade Grave, inserção de legenda identificando se o indício refere-se a IG-P ou IG-C;
- na folha-resumo do relatório, vinculação do indício à área de ocorrência (contrato, convênio, empreendimento, projeto básico);

39. Essas e várias outras alterações menores constituíram-se aperfeiçoamentos do sistema existente, preservando-se a estrutura básica do Fiscobras Web, que completou, assim, quatro anos de utilização.

40. Oportuno destacar que, em 2005, as intervenções da Setec visando a correções pontuais, sempre necessárias na operação de sistemas computacionais, ocorreram a tempo, não se tendo notícia de atrasos em entregas de relatórios resultantes desse tipo de situação.

41. No entanto, o subitem 9.2.6 do retrocitado acórdão, que se referia à efetiva implementação de um sistema computacional voltado para a metodologia Reforme, não foi realizado, estando suas diretrizes já submetidas à Setec, que deverá avaliar a oportunidade da respectiva implementação. Basicamente, esse novo sistema interligará os bancos de dados do Tribunal com bancos de dados externos, como Siasg e o Siafi, permitindo, entre outras, ações de cruzamento de dados, preenchimento de partes de relatórios, identificação de situações de risco. Mais uma vez, em 2005, esses cruzamentos foram feitos manualmente, com as limitações qualitativas, quantitativas e de prazo decorrentes desse método de trabalho.

42. Assim como ocorreu em 2004, foi utilizado para o Reforme o módulo Levantamento de Auditoria do Fiscobras, com pequenas adaptações, como supressão de alguns campos desnecessários para o Reforme.

43. Em 2005, em decorrência da edição dos Decretos Legislativos (DLN) por parte do Congresso Nacional e do advento da Portaria nº 14/2004-SEGECEX, utilizou-se com maior freqüência o módulo Inspeções do Fiscobras WEB, que se destina a registrar as constatações das equipes frente ao que determinam os citados decretos (ver Capítulo X).

44. Cabe destacar que o item 8.6.1 da Decisão nº 97/2002 determinava o registro no Fiscobras de todos os procedimentos fiscalizatórios em obras públicas:

AN

"8.6.1 promova, com o auxílio da Setec, adaptação do Fiscobras atual de forma a permitir que todos os trabalhos de fiscalização que contemplem o objeto "obras públicas" sejam cadastrados nesse sistema;"

45. O módulo foi implantado no início de 2004, tendo a SEGECEX editado o Memorando-Circular nº 15/2004-SEGECEX, de 09/03/2004, determinando que todas as fiscalizações que não se enquadravam nos demais módulos do sistema fossem cadastradas no recém criado Outras Fiscalizações de Obras - OFO, a partir do início do exercício de 2004. Por sua vez, o Anexo III do mencionado Memorando-Circular nº 08/2005-Adfis orientou as equipes a respeito da utilização do módulo.

46. Dentre as fiscalizações registradas no OFO, apenas uma registrou indícios de IGP e, por essa razão, o respectivo relatório será encaminhado ao Congresso Nacional.

#### V.2 - CENÁRIOS PARA 2006

47. Para 2006, as alterações a serem feitas no sistema Fiscobras poderão ocorrer em dois cenários básicos:

1. Modificações pontuais visando a atender ao disposto na LDO/2006 e à melhoria do relatório
2. Integração dos sistemas Fiscobras e Fiscalis Execução

48. A escolha de uma das duas alternativas depende, basicamente, da disponibilidade da Setec para direcionar força de trabalho suficiente para implementação das alterações dentro do prazo e do nível de qualidade desejados. O primeiro cenário envolve operações mais simples, constituindo-se, basicamente, de aperfeiçoamentos do sistema Fiscobras WEB existente. Já o segundo implica profundas alterações nos sistemas:

- inclusão das matrizes de Planejamento, Procedimentos, Achados e Responsabilização no sistema Fiscobras;
- alteração do relatório já existente no Fiscalis Execução para que atenda as auditorias de obras públicas;
- atendimento à LDO/2006: inclusão de campos para transcrição da manifestação do gestor e da análise dessa manifestação.

49. A interligação do Fiscobras com o Fiscalis Execução representará considerável avanço nas atividades de auditoria de obras, na medida em que deverá conferir elevado nível de transparência às ações desenvolvidas pelas equipes, pelo registro, no sistema, dos procedimentos por elas desenvolvidos durante a fiscalização.

50. Assim, SEGECEX, Secob, Setec e Adfis encontram-se, atualmente, trabalhando em conjunto para decidir qual dos dois cenários adotar, de modo que, a partir dessa definição, sejam estabelecidos procedimentos para a implementação da opção escolhida.

51. O Manual do Fiscobras 2006 conterá todas as alterações procedidas no sistema e deverá estar disponível para consulta das unidades técnicas até fins de fevereiro de 2006.

### VI. LEVANTAMENTOS DE AUDITORIA

#### VI.1 RESULTADOS

52. A seguir, detalham-se os resultados obtidos pelos levantamentos de auditoria realizados em 2005, tanto na metodologia tradicional quanto na do projeto Reforme, totalizando 415 fiscalizações realizadas.

53. Dos 225 Levantamentos de Auditoria previstos para o Fiscobras foram realizados 220 pelas Unidades Técnicas da sede do Tribunal e dos Estados. O cancelamento dos cinco levantamentos foi justificado pelas Secex junto à Adfis. Quanto ao Reforme, dos 52 levantamentos previstos, 47 foram realizados, tendo sido cancelados 5 pela Adfis a pedido das regionais. Já no módulo OFO, foram realizadas 4 auditorias. A distribuição desses levantamentos, por Unidades Federadas, é mostrada no quadro a seguir:

#### LEVANTAMENTOS DE AUDITORIA (FISCOBRAS, REFORME e OFO) POR UF

SECEX	FISCOBRAS	REFORME		OFO	TOTAL
		ACOMPANHAMENTOS	IN LOCO		
AC	4	0	0	0	4
AL	3	2	1	0	6
AM	10	8	2	0	20
AP	5	0	0	0	5
BA	15	5	2	0	22
CE	9	5	2	0	16

ML

<i>DF*</i>	7	46	6	0	13
<i>ES</i>	8	0	1	0	9
<i>GO</i>	10	5	3	1	19
<i>MA</i>	6	4	1	0	11
<i>MG</i>	14	11	5	0	30
<i>MS</i>	3	0	0	0	3
<i>MT</i>	5	0	0	0	5
<i>PA</i>	9	0	0	0	9
<i>PB</i>	3	1	1	0	5
<i>PE</i>	7	7	2	0	16
<i>PI</i>	7	4	1	0	12
<i>PR</i>	8	2	1	0	11
<i>RJ</i>	20	28	11	1	60
<i>RN</i>	6	2	1	1	10
<i>RO</i>	8	0	0	0	8
<i>RR</i>	2	0	0	0	2
<i>RS</i>	14	4	2	0	20
<i>SC</i>	10	4	1	0	15
<i>SE</i>	7	1	1	0	9
<i>SP</i>	11	5	3	1	20
<i>TO</i>	9	0	0	0	9
<b>Total</b>	<b>220</b>	<b>144</b>	<b>47</b>	<b>4</b>	<b>415</b>

*Obs.: \*Incluídos no DF os acompanhamentos de abrangência nacional.*

54. Como se pode observar, essas 415 fiscalizações abrangeram todos os estados da federação e o Distrito Federal, atendendo, pois, ao critério de regionalização das auditorias determinado pela LDO/2006. Além disso, contemplam as mais relevantes funções e subfunções orçamentárias detentoras de recursos Orçamento Geral da União - OGU em 2005, conforme demonstram os quadros a seguir:

#### **QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FISCOBRAS 2005**

<i>Função</i>	<i>%(Qtd.Fisc./Total)</i>	<i>Dotações 2005</i>	<i>%(Qtd.Fisc./Total)</i>
<i>Transporte</i>	45,0%	R\$ 4.148.301.177,00	21,4%
<i>Energia</i>	13,3%	R\$ 11.885.517.335,00	61,4%
<i>Gestão Ambiental</i>	6,3%	R\$ 766.200.468,00	4,0%
<i>Urbanismo</i>	4,4%	R\$ 474.602.708,00	2,5%
<i>Agricultura</i>	2,6%	R\$ 97.248.547,00	0,5%
<i>Saúde</i>	2,2%	R\$ 164.783.780,00	0,9%
<i>Defesa Nacional</i>	1,5%	R\$ 241.670.632,00	1,2%
<i>Ciência e Tecnologia</i>	1,1%	R\$ 48.010.266,00	0,2%
<i>Cultura</i>	1,1%	R\$ 38.368.194,00	0,2%
<i>Demais</i>	22,5%	R\$ 1.483.045.206,00	7,7%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 19.347.748.313,00</b>	<b>100,0%</b>

*Obs.: a) Identificadas apenas funções com mais de 2 fiscalizações em 2005; b) "Demais: fiscalizações distribuídas em diversas funções, ex.: Administração, Organização Agrária, Judiciária, Direitos da Cidadania.*

#### **QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES POR SUBFUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FISCOBRAS 2005**

<i>Subfunção</i>	<i>%(Qtd. Fisc / Total)</i>	<i>Dotações 2005</i>	<i>%(Qtd. Dotação / Total)</i>
<i>Transporte Rodoviário</i>	40,6%	R\$ 3.650.281.477,00	18,9%
<i>Energia Elétrica</i>	8,9%	R\$ 2.065.718.314,00	10,7%
<i>Recursos Hídricos</i>	6,3%	R\$ 766.200.468,00	4,0%
<i>Petróleo</i>	3,7%	R\$ 9.482.777.781,00	49,0%
<i>Administração Geral</i>	3,7%	R\$ 1.244.427.376,00	6,4%
<i>Transporte Hidroviário</i>	3,7%	R\$ 465.789.400,00	2,4%
<i>Transportes Coletivos Urbanos</i>	2,6%	R\$ 372.993.908,00	1,9%
<i>Irrigação</i>	2,6%	R\$ 97.248.547,00	0,5%
<i>Infra-Estrutura Urbana</i>	2,2%	R\$ 110.256.800,00	0,6%
<i>Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia</i>	1,1%	R\$ 48.010.266,00	0,2%

<b>Demais</b>	<b>24,6%</b>	<b>R\$ 1.044.043.976,00</b>	<b>5,4%</b>
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 19.347.748.313,00</b>	<b>100,0%</b>

*Obs.: a) Identificadas apenas as subfunções com 3 ou mais fiscalizações; b) "Demais": fiscalizações distribuídas em diversas subfunções, destacando-se: Transportes Especiais, Transporte Aéreo, Transporte Ferroviário; c) "Sem Dotação em 2005": fiscalizações de obras do Anexo VI da LOA/2005, obrigatórias em razão da LDO/2006, embora sem dotação na LOA/2005.*

55. A exemplo de 2004, verifica-se que a função Transporte, com destaque para a subfunção Transporte Rodoviário, é a mais expressiva em quantidade de fiscalizações: 45% das auditorias foram realizadas na função "Transporte", correspondendo a cerca de R\$ 4,14 bilhões em dotações. Já a subfunção "Transporte Rodoviário" responde por mais de 40% das fiscalizações, alcançando cerca de R\$ 3,7 bilhões em dotações no OGU/2005.

56. A função "Energia" situa-se em segundo lugar, com mais de 13% das fiscalizações. No entanto, esse setor apresenta o maior volume de recursos em dotações orçamentárias fiscalizadas em 2005, R\$ 11,9 bilhões, resultado da inclusão, pelo terceiro ano consecutivo de projetos especiais detalhados adiante, cujas dotações alcançam R\$ 9,5 bilhões (10 fiscalizações na subfunção Petróleo). Esses valores evidenciam o atendimento ao critério de materialidade para as fiscalizações, determinado na LDO/2006.

57. As duas subfunções com maior número de fiscalizações em 2004 continuam responsáveis pelo maior número de fiscalizações em 2005: Transporte Rodoviário e Energia Elétrica. As demais alternam-se em número de fiscalizações ao longo do tempo. Outras subfunções de relevância nesse contexto (excetuando-se a já citada Petróleo) são as de Recursos Hídricos, Transporte Hidroviário, Administração Geral, Transportes Coletivos Urbanos e Irrigação.

59. Ainda acerca da distribuição das fiscalizações, agora sob a ótica dos programas orçamentários, verifica-se a seguinte disposição:

#### **DISTRIBUIÇÃO DE FISCALIZAÇÕES POR PROGRAMAS - FISCOBRAS 2005**

<b>PROGRAMA</b>	<b>% (Qty. Fisc / Total)</b>	<b>Dotações</b>
<i>Manutenção da Malha Rodoviária Federal</i>	<i>18,8%</i>	<i>R\$ 1.645.172.937,00</i>
<i>Pró-Água Infra-estrutura</i>	<i>4,8%</i>	<i>R\$ 193.801.187,00</i>
<i>Corredor Mercosul</i>	<i>4,4%</i>	<i>R\$ 590.671.800,00</i>
<i>Corredor Araguaia-Tocantins</i>	<i>4,4%</i>	<i>R\$ 472.662.300,00</i>
<i>Corredor Leste</i>	<i>3,7%</i>	<i>R\$ 465.974.000,00</i>
<i>Corredor Nordeste</i>	<i>3,7%</i>	<i>R\$ 331.806.400,00</i>
<i>Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste</i>	<i>3,3%</i>	<i>R\$ 972.539.003,00</i>
<i>Corredor Fronteira Norte</i>	<i>3,0%</i>	<i>R\$ 209.903.000,00</i>
<i>Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros</i>	<i>2,6%</i>	<i>R\$ 372.993.908,00</i>
<i>Corredor Oeste-Norte</i>	<i>2,6%</i>	<i>R\$ 186.340.980,00</i>
<i>Desenvolvimento da Agricultura Irrigada</i>	<i>2,6%</i>	<i>R\$ 97.248.547,00</i>
<i>Oferta de Petróleo e Gás Natural</i>	<i>2,2%</i>	<i>R\$ 8.740.219.741,00</i>
<i>Apoio Administrativo</i>	<i>1,8%</i>	<i>R\$ 1.100.101.937,00</i>
<i>Corredor Transmetropolitano</i>	<i>1,8%</i>	<i>R\$ 144.699.960,00</i>
<i>Demais</i>	<i>24,4%</i>	<i>R\$ 3.823.612.613,00</i>
<i>Sem Dotação em 2005</i>	<i>15,9%</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>R\$ 19.347.748.313,00</b>

*Obs.: \* Os subtítulos sem dotação constam do Anexo VI da LOA/2005 e devem ser fiscalizados pelo Tribunal, em razão de comando inserido na LDO/2006.*

1) Listados apenas programas com mais de 4 fiscalizações;

2) "Demais": fiscalizações em diversos programas, ex.: Refino de Petróleo, Energia na Região Norte, Energia na Região Nordeste, Energia nos Sistemas Isolados, Corredor São Francisco, Mobilidade Urbana.

60. São destaques em quantidade de fiscalizações: Manutenção da Malha Rodoviária Federal, Pró-Água Infra-estrutura, Corredor Mercosul, Corredor Araguaia-Tocantins, Corredor Leste e Corredor Nordeste, com dez fiscalizações ou mais.

61. O quadro a seguir demonstra a representatividade das Unidades Orçamentárias entre os subtítulos fiscalizados.

TC - 009.891/2005-0

**COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS NAS FISCALIZAÇÕES DE OBRAS EM 2005**

Unidade Orçamentária	% (Qty. Fisc / Total)
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	48,3%
Ministério da Integração Nacional	9,6%
Petróleo Brasileiro S.A.	5,2%
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	3,7%
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	2,6%
Ministério das Cidades	2,6%
Fundo Nacional de Saúde	2,2%
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	2,2%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1,8%
Demais	21,8%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

*Obs: a) Identificadas apenas as UOs com mais de 4 fiscalizações; b) Demais: 59 fiscalizações em 39 UOs, ex.: Eletrobras Termonuclear S.A., CHESF, Ministério do Esporte, Agência Espacial Brasileira, VALEC, Fundo Aeronáutico e Fundação Oswaldo Cruz.*

62. Completando a exposição sobre o perfil das obras fiscalizadas, pode-se visualizar, no quadro a seguir, a distribuição das fiscalizações considerando-se o tipo de obra:

Tipo de Obra	%
Rodovia – Construção	15,5%
Rodovia – Restauração	14,4%
Rodovia – Duplicação	9,6%
Obras Especiais	5,9%
Edificação – Edifícios Administrativos	5,5%
Infra-Estrutura Urbana	5,5%
Rodovia – Conservação	4,8%
Ferrovia, Metropolitano e Trem Urbano	4,4%
Irrigação	4,4%
Usina Termelétrica	3,7%
Adutora	3,3%
rede Transmissão/Distribuição de Energia Elétrica	3,3%
Porto	3,0%
Barragem/Açude	3,0%
Edificação – Hospitais	2,2%
Pontes e Viadutos	1,8%
Edificação - Outros Edifícios	1,8%
Aeroporto	1,5%
Edificação – Escolas	1,1%
Hidrovia	1,1%
Hidrelétrica	1,1%
Edificação – Presídios	0,7%
Dragagem e Derrocamento	0,7%
Canal	0,7%
Oleoduto/Gasoduto	0,4%
Outras Obras de Arte Especiais	0,4%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

63. Conforme o quadro acima, as obras rodoviárias predominam (46,5%), seguidas das obras hídricas (15,5% - irrigação, barragens, adutoras, portos, hidrovias e canais), edificações (11,4%) e obras elétricas (8,1% - hidrelétricas, linhas de transmissão, subestações, usinas termelétricas). Essa distribuição vem-se mantendo nos últimos anos, observando-se, apenas, oscilações entre as posições ocupadas pelos tipos de edificações e obras elétricas.

TC - 009.891/2005-0

**VI.1.1. INDÍCIOS APONTADOS**

64. Realizados os trabalhos, os achados referentes aos Levantamentos de Auditoria (Fiscobras, Reforme e OFO) foram classificados em "com indícios de": "irregularidades graves" e "outras irregularidades". As fiscalizações em que não foram encontrados indícios ou falhas foram classificadas como "sem ressalvas". Essas classificações decorrem de comando inserido no já citado Acórdão N° 171/2003-TCU-Plenário e na Decisão n° 97/2002-Plenário. A distribuição da incidência desses indícios encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

**Indícios de Irregularidades Fiscobras - 2005:****(Situação na data da conclusão dos levantamentos - 29/07/2005)**

Atendimento à LDO/2006	Indícios apontados	Nº Fiscalizações	%
Indícios que atendem ao art. 102, § 1º, IV (LDO/2006)	Irregularidades Graves - P (IG-P) – que recomendam a paralisação da obra, contrato, etc.	81	19,5%
Indícios que não atendem ao art. 102, § 1º, IV (LDO/2006).	Irregularidades Graves - C (IG-C), que não recomendam a paralisação da obra, contrato, etc.	87	21,0%
	Outras Irregularidades	38	9,1%
Fiscalizações sem Ressalvas		65	15,7%
Acompanhamentos via sistema		144	34,7%
<b>Total</b>		<b>415</b>	<b>100,0%</b>
<i>Obs.: 1) A subdivisão dos indícios de irregularidades graves foi instituída em 2003, atendendo ao item 9.2 do Acórdão N° 171/2003-TCU-Plenário que se baseou no art. 86, § 2º da LDO/2003.</i>			
<i>2) A situação acima refere-se ao final das fiscalizações (29/07/2005) e vai sendo alterada, à medida que os processos são apreciados pelo Plenário do Tribunal.</i>			

65. Como se observa, foram apontados indícios de irregularidades graves (IG) em 168 fiscalizações, sendo 81 com indícios de irregularidades graves que recomendam paralisação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos (IG-P) e 87 com indícios que, apesar de graves, não recomendam essa paralisação (IG-C). Em 38 fiscalizações foram detectados indícios de outras irregularidades, e em 65 não houve registro de quaisquer indícios de irregularidades.

66. Convém lembrar que o cenário de indícios refere-se à situação existente em 29/07/2005. Em face da dinâmica que caracteriza os procedimentos do Tribunal em relação ao exame das matérias relacionadas com Levantamentos de Auditoria de obras, apreciando diversos feitos por sessão e podendo, inclusive, deliberar pelo saneamento dos indícios inicialmente apontados, necessário se torna atualizar a posição dos respectivos processos até a sessão que aprovar a remessa da documentação ao Congresso Nacional.

67. Os Levantamentos de Auditoria apontaram indícios de irregularidades graves (IG-P e IG-C) em 40,5% dos subtitulos examinados (19,5% IG-P e 21,0% IG-C), constatando-se a manutenção do patamar de indícios de irregularidades graves verificado no exercício anterior.

68. Especificamente em relação às Unidades Orçamentárias que tiveram programas de trabalho com indícios de irregularidades graves, a relação entre o n.º de subtitulos fiscalizados e os que apresentaram tais indícios pode ser observada na tabela a seguir, para as UOs de maior representatividade nas fiscalizações de 2005:

Percentual de Fiscalizações em que foram Constatados Indícios de Irregularidades Graves por Unidade Orçamentária - Em 29/07/2005							
Unidade Orçamentária	Qtd. Fisc.	Qtd. Fisc. c/ IG	% IG	Qtd. Fisc c/ IGP	% de IGP	Qtd. Fisc c/ IGC	% IGC
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	9	9	100,0%	6	66,7%	3	33,3%
Ministério da Integração Nacional	26	18	69,2%	13	50,0%	5	19,2%
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	7	3	42,9%	3	42,9%	0	0,0%

TC - 009.891/2005-0

<i>Furnas Centrais Elétricas S.A.</i>	5	4	80,0%	2	40,0%	2	40,0%
<i>Fundo Nacional de Saúde</i>	6	5	83,3%	2	33,3%	3	50,0%
<i>Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.</i>	6	3	50,0%	2	33,3%	1	16,7%
<i>Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT</i>	131	75	57,3%	39	29,8%	36	27,5%
<i>Ministério das Cidades</i>	7	2	28,6%	2	28,6%	0	0,0%
<i>Petróleo Brasileiro S.A.</i>	14	14	100,0%	1	7,1%	13	92,9%

a) *IG: indícios de irregularidades graves que englobam IG-P (recomendam a paralisação cautelar da obra, contrato ou serviço); IG-C (que não recomendam essa paralisação), conforme Acórdão 171/2003-Plenário.*  
 b) *Identificadas apenas as UOs com mais de 2 fiscalizações.*  
 c) *Relatório ordenado por % de IG-P.*  
 d) *Legenda: % de IG = nº de fiscalizações da UO com IG / nº total de fiscalizações da UO (e assim por diante).*  
 e) *Posição em 29/07/2005.*

69. Observa-se que os maiores percentuais de IG-P ocorrem nas obras de recursos hídricos (DNOCS e MIN). No entanto, em termos absolutos, o DNIT lidera a lista, com 39 obras com indícios de IG-P, que correspondem a um percentual de quase 30%. Em 2003 e 2004, as primeiras colocações nesse quesito se distribuíam entre DNIT, MIN e DNOCS. Já em 2005, o DNOCS assumiu a primeira colocação, seguido pelo MIN e pela CBTU.

70. Concluindo a exposição a respeito das ocorrências de indícios de irregularidades nas fiscalizações de obras em 2005, o demonstrativo abaixo apresenta a quantidade de fiscalizações em que foram apontados indícios de irregularidades graves que recomendam a paralisação, de acordo com o que prescreve o Manual do Fiscobras 2005, aprovado pela Portaria-SEGECEX N° 5, de 28 de março de 2005.

<i>Fiscobras 2005 - Tipo de Irregularidade Grave Categoria "P" (IG-P) - Fiscobras 1, Reforme e OFO</i>	<i>Nº de Fiscalizações</i>
<i>Sobrepreço</i>	32
<i>Irregularidade graves concernentes ao aspecto ambiental</i>	20
<i>Demais irregularidades graves no processo licitatório</i>	20
<i>Superfaturamento</i>	17
<i>Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente</i>	14
<i>Alterações indevidas de projetos e especificações</i>	12
<i>Administração irregular de contratos</i>	11
<i>Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente com risco de dano ao erário</i>	10
<i>Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente ocasionando possível nulidade do processo licitatório ou do contrato</i>	7
<i>Execução orçamentária irregular</i>	7
<i>Demais irregularidades graves na administração do contrato</i>	6
<i>Sub-rogação/ subcontratação irregular de contrato</i>	6
<i>Descumprimento de deliberações do TCU</i>	6
<i>Celebração irregular de contratos</i>	6
<i>Restrição ao caráter competitivo da licitação</i>	6
<i>Medição/ pagamento de serviços não realizados</i>	6
<i>Irregularidades graves em preços ou pagamentos</i>	4
<i>Contratação sem a regular licitação</i>	4
<i>Reajustamento irregular</i>	4
<i>Ausência de planilha orçamentária de quantitativos e preços unitários referentes ao projeto básico e/ou executivo</i>	4
<i>Ausência, no edital, de critério de aceitabilidade de preços máximos</i>	4
<i>Termo aditivo superior aos limites legais sem atendimento à Dc. 215/99-P</i>	3
<i>Irregularidade graves concernentes ao aspecto ambiental com risco de dano ao erário</i>	2
<i>Acréscimo do valor contratual superior ao limite legal</i>	2
<i>Desvio de finalidade</i>	2
<i>Desapropriações ilegais com risco de dano ao erário</i>	2
<i>Modalidade indevida de licitação</i>	2
<i>Alterações indevidas de projetos e especificações com risco de dano ao erário</i>	1

TC - 009.891/2005-0

<i>Ausência de justificativa para preços acima dos de sistemas de referência, conforme determinado na LDO</i>	1
<i>Celebração irregular de convênios</i>	1
<i>Deficiência grave de fiscalização/supervisão</i>	1
<i>Execução irregular de convênios</i>	1
<i>Execução/pagamento de serviços não previstos no contrato</i>	1
<i>Irregularidade grave na execução do convênio com risco de dano ao erário</i>	1
<i>Omissão no dever de prestar contas</i>	1
<i>Desvio de objeto</i>	1
<b>TOTAL</b>	<b>228</b>

*Obs. Em uma fiscalização, o mesmo tipo de IGP pode ocorrer diversas vezes. Para o quadro acima, considerou-se um tipo de IGP por fiscalização, mesmo que essa fiscalização tenha mais de uma ocorrência por tipo, ex.: a fiscalização pode ter apontado três indícios de sobrepreço em contratos diferentes. Nesse caso, conta-se apenas um indício de sobrepreço nessa fiscalização.*

71. Os resultados acima expostos evidenciam o elevado custo de obras públicas como a principal vertente a ser atacada. Com efeito, nas 271 fiscalizações realizadas *in loco*, registraram-se 32 ocorrências de sobrepreço (maior número de ocorrências), e 17 de superfaturamento, perfazendo cerca de 21% do total de 228 IGP identificadas. Esse fato demonstra a necessidade de empreender ações para dotar a administração pública de instrumental eficiente para a análise do custo de suas obras, restringindo esses custos aos limites do mercado. Entretanto, os instrumentos atualmente disponíveis precisam ser aprimorados, senão vejamos:

- *SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil, da Caixa Econômica Federal, abrangendo basicamente edificações e saneamento. Embora as últimas LDO contenham determinação expressa para que o sistema abranja outros segmentos - rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, barragens, irrigação, linhas de transmissão -, na prática, o SINAPI continua como há cinco anos, ou seja, não ampliou sua base de dados.*
- *SICRO - Sistema de Custos Rodoviários do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT, versando sobre custos de rodovias (terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes, obras de arte especiais). Trabalhos realizados ultimamente no Tribunal têm identificado oportunidades de melhoria, como estudos atualizados para coeficientes de produtividade de equipamentos, inserção de novos serviços de modo a adequá-los às novas tecnologias de construção, entre outras.*
- *Obras Hídricas - Diversos órgãos não disponibilizam suas composições de custo para serem utilizadas como referências nas licitações que promovem. Diferente é o caso do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, que, atendendo a determinação do Tribunal, refez seu sistema de custos e passou a disponibilizá-lo na internet. Os resultados, entretanto, não foram considerados satisfatórios, como demonstra o voto do Exmº. Ministro Relator, Augusto Sherman Cavalcanti, que instruiu o Acórdão nº 178/2005, em parte abaixo transcritos:*

*Ora, não basta que o referido sistema seja implementado se não houver meios de garantir a atualização constante de suas informações, dadas as dificuldades inerentes à capacidade administrativa dos setores envolvidos. E é exatamente nesse sentido que já havia sido determinado, na alínea I-b da Decisão 1.017/2001-P, que essa autarquia promovesse as condições necessárias à manutenção do serviço, incluindo recursos humanos e materiais*

.....

72. Preocupada com essa questão, a Secob deverá inserir entre suas prioridades a realização de auditorias operacionais nos principais sistemas de custos de obras públicas ora disponíveis, com o objetivo de diagnosticar a situação atual, levantar as deficiências e propor as correspondentes correções.

## VII. ABRANGÊNCIA DAS FISCALIZAÇÕES

73. Em 2005, foi mantida a prática de incluir na seleção de obras a serem fiscalizadas os grandes empreendimentos na área de energia, a exemplo do que havia sido feito em 2004, e os chamados projetos genéricos, que abrigam diversas obras num só Programa de Trabalho (PT).

74. O primeiro grupo, denominado Projetos Especiais, é constituído de obras de maior complexidade, envolvendo elevadas dotações orçamentárias e executadas pela Petrobras. Em 2005, fiscalizaram-se 10 programas de trabalho desse tipo, com dotação total de R\$ 9,5 bilhões, representando

N

TC - 009.891/2005-0

cerca de 49% do valor total dos recursos auditados. O quadro a seguir relaciona essas fiscalizações em 2005:

Projetos Especiais - Petrobras		Dotação/2005
Obra		
Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste (Capacidade Instalada de 1.560 mil BPD) - Na Região Sudeste	R\$	5.179.520.070,00
Manutenção e Recuperação da Produção de Óleo e Gás Natural-Região Nordeste	R\$	1.785.684.031,00
Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga (RJ)	R\$	49.922.983,00
Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural - Marlim Sul /RJ	R\$	564.828.084,00
Manutenção da Infra-estrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural	R\$	595.274.457,00
Manutenção e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Nacional	R\$	564.990.116,00
Obras na Refinaria Gabriel Passos - MG	R\$	126.774.000,00
Modernização e Adequação da Produção - Refinaria do Vale do Paraíba / SP	R\$	227.094.000,00
Modernização e Adequação da Produção - Refinaria Pres. Getúlio Vargas (REPAR)/PR	R\$	98.690.000,00
Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino - Nacional	R\$	290.000.040,00
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>9.482.777.781,00</b>

75. Com respeito aos PT genéricos, em 2005, mantendo a sistemática utilizada em 2004, o Tribunal selecionou cerca de 30 subtitulos contemplando elevadas dotações orçamentárias. O quadro a seguir mostra alguns desses subtitulos auditados neste exercício:

Descrição do Programa de Trabalho	Dotação 2005
Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional	R\$ 527.985.874,00
Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional	R\$ 370.393.727,00
Projetos de Assentamento Rural em Implantação - Nacional	R\$ 140.300.000,00
Reforços no Sistema de Transmissão nas Áreas dos Estados do Rio de Janeiro (RJ) e do Espírito Santo (ES), na Região Sudeste	R\$ 138.115.663,00
Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento, com 20.599 ha, na Usina de Itaparica (BA) no Estado da Bahia	R\$ 124.352.109,00
InSTRUÇÃO MILITAR e Adestramento do Exército-Nacional	R\$ 123.631.955,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.424.781.333,00</b>

76. Pela própria premissa da metodologia Reforme - o cadastramento dos contratos no Siasg - a abrangência das fiscalizações realizadas com base nessa metodologia teve que ser adstrita aos contratos inseridos naquele sistema, o quê, a princípio, restringe a amostra a ser auditada aos contratos firmados pela Administração Direta, então disponíveis no sistema. Com a disseminação do uso do Siasg, deixará de ser necessário selecionar PT genéricos, pois eventuais contratos de vulto poderão ser selecionados pelo método do Reforme.

### VIII. LEVANTAMENTOS DE PROCESSOS

77. Com vistas ao cumprimento do § 3º do art. 103 da LDO 2006, foi elaborado o Anexo III, que traz informações sobre indícios de irregularidades graves em obras públicas constantes de processos autuados no TCU, com o detalhamento de informações sobre a execução das respectivas obras.

78. Para cadastramento dessas informações, somente foram consideradas obras em andamento com valor superior a R\$ 2 milhões, apresentando indícios de irregularidades graves categoria "P" (IG-P - paralisação), cujos processos estejam abertos e que não façam parte dos Levantamentos de Auditoria do Fiscobras, Reforme ou OFO.

79. Em 2005, apenas um processo atendeu aos parâmetros citados: Barragem do Rangel, em Redenção do Gurguéia - PI. Observa-se redução em relação aos 3 processos informados em 2004.

80. Essa redução encontra-se dentro do esperado, pois os 3 processos informados em 2004 foram incluídos no Anexo VI da LOA/2005, tendo sido, por consequência, auditados no módulo Levantamento de Auditoria do Fiscobras I (Tradicional), por força do já mencionado § 2º do art. 103 da LDO/2006.

TC - 009.891/2005-0

## IX. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DO FISCOBRAS, REFORME, OFO e LEVANTAMENTO DE PROCESSOS

81. O quadro abaixo apresenta a consolidação dos resultados de 2005, com respeito aos indícios de irregularidades graves (situação em 31/08/2005).

Metodologia	Indícios de IG-P* (com paralisação)	Indícios de IG-C ** (sem paralisação)	Indícios de IG-P + IG-C
	Qt.	Qt.	Qt.
<i>Fiscobras</i>	79	60	139
<i>Reforme</i>	1	25	26
<i>OFO</i>	1	2	3
<i>Levantamento de Processos</i>	1		
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>87</b>	<b>168</b>

\* Indícios de irregularidades graves que atendem ao disposto no art. 102, § 1º, IV, LDO/2006 (recomendam a paralisação de obra, contrato, etc.);

\*\* Indícios de irregularidades graves que não atendem ao disposto no art. 102, § 1º, IV, LDO/2006 (não recomendam paralisação de obra, contrato, etc.);

\*\*\* Percentuais e totais calculados expurgando-se o Levantamento de Processos, por se tratar de fiscalização realizada em exercícios anteriores.

## X. DECRETOS LEGISLATIVOS

82. O Congresso Nacional editou diversos Decretos Legislativos liberando a execução física, financeira e orçamentária de obras que constaram do Anexo de obras irregulares da respectiva Lei Orçamentária Anual. Esses decretos contêm determinação ao Tribunal para acompanhar o cumprimento das determinações que possibilitaram a liberação da obra, contrato, convênio, subtrecho ou parcela.

83. A Portaria nº 14-SEGECEX, de 23 de junho de 2004, definiu procedimentos a serem adotados pelas unidades subordinadas à Secretaria-Geral de Controle Externo para atendimento aos decretos legislativos do Congresso Nacional que fixam determinações ao Tribunal de Contas da União em matéria atinente à fiscalização de obras públicas.

84. Assim, com respeito aos decretos legislativos 7, 8, 9, 10, 11, 13 e 16 de 2004 e 1, 2, 3, 5, 6, 7, 11 e 13 de 2005, que contêm determinações ao Tribunal, as equipes de auditoria manifestaram-se a respeito e elaboraram os relatórios que se encontram no Anexo VI desta instrução.

## XI. BENEFÍCIOS DAS FISCALIZAÇÕES

85. O trabalho de fiscalização em obras públicas realizado pelo Tribunal traz diversos benefícios para a sociedade, todos com vistas a possibilitar a conclusão dos empreendimentos nos padrões de prazo, preço e qualidade necessários.

86. No curso dos trabalhos, conforme relatórios em anexo, foram identificados diversos tipos de falhas e indícios de irregularidades que devem ser corrigidos de forma tempestiva, visando a assegurar a correta aplicação dos recursos públicos.

87. Para cada indício de irregularidade, o Tribunal oferece o direito de defesa aos responsáveis envolvidos e às empresas contratadas, para, após a análise das justificativas, formular as determinações atinentes ao saneamento das questões suscitadas, dentre as quais destacamos: correção de valores de referência de serviços estabelecidos pela administração no edital de licitação; aprimoramento dos projetos básicos e executivos antes da execução dos serviços; ajuste de preços contratados aos preços de mercado; retenção de valores para serviços executados em desconformidade com as normas; e aprovação das licenças exigidas pelos órgãos competentes.

88. Consoante registro das equipes de fiscalização em sistema interno do Tribunal, o montante dos benefícios ao erário alcançados pelos trabalhos em obras no exercício de 2005 atinge centenas de milhões de reais.

88.1 Especial destaque deve ser dado às auditorias realizadas nos processos de contratação das obras da BR-101/Trecho Norte e da Transposição do Rio São Francisco, que resultaram em redução de R\$ 500 milhões no valor previsto para as obras em face das correções implementadas pelos gestores.

88.2 Cabe acrescentar que benefícios complementares deverão surgir no curso do processo legal, visto que o Tribunal aguarda a justificativa dos responsáveis para formular, caso necessário, determinações corretivas.

89. Além disso, existe uma série de outros benefícios de difícil quantificação, mas que são de extrema importância para o adequado andamento dos empreendimentos auditados. Devemos destacar as determinações corretivas tempestivamente feitas pelo TCU, que evitam posteriores pedidos de

TC - 009.891/2005-0

acréscimos contratuais pelas empresas, em face de alterações de projeto e de novos serviços, as quais, por vezes, chegam a inviabilizar a execução do empreendimento, ocasionando obras inacabadas.

## XII. CONCLUSÃO

90. Como tem ocorrido desde 1997, o Tribunal concluiu dentro do prazo e atendendo a padrões adequados de qualidade, todos os levantamentos de auditoria de obras públicas integrantes da amostra de 2005. Foram mais de 400 fiscalizações, no período de 5 meses, envolvendo cerca de 350 analistas.

91. O quadro a seguir mostra a evolução do volume de recursos auditados entre 1997 e 2004, não considerados os valores referentes aos contratos do Reforme, mantendo-se a sistemática utilizada em 2003.

## QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES E VOLUME DE RECURSOS ENVOLVIDOS

ANO	Nº DE OBRAS FISCALIZADAS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS (R\$ BILHÕES)
1997	96	2,20
1998	110	1,97
1999	135	1,75
2000	197	4,29
2001	319	7,51
2002	435	14,3
2003	421	14,4
2004	414	19,5
2005	415	19,3

92. Observe-se que os 415 subtitulos objeto de Levantamentos de Auditoria respondem por, aproximadamente, R\$ 19,3 bilhões em dotações na LOA 2005, valor semelhante ao auditado em 2004 (R\$ 19,5 bilhões), que correspondeu a 414 subtitulos.

93. Encontram-se, pois, concluídos os trabalhos desenvolvidos em cumprimento ao Acórdão nº 192/2005-Plenário e ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO/2006, achando-se em anexo a este Relatório as informações detalhadas relativas à fiscalização de obras em 2005.

94. Para efeito de apresentação ao Congresso Nacional, os relatórios foram divididos em seis anexos com o seguinte conteúdo:

- Anexo I - Contendo os dados básicos sobre os Levantamentos de Auditoria de que tratam os Anexos II e III, contemplando o número, a descrição e a situação de cada programa de trabalho fiscalizado, a unidade orçamentária responsável, os valores orçados e liquidados no presente exercício, os valores que restam para completar a obra e a presença ou não de indícios de irregularidades graves e de outras irregularidades;
- Anexo II – Contendo os relatórios resumidos dos Levantamentos de Auditoria nos quais foram apontados indícios de irregularidades graves que atendam ao disposto no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006 (IG-P), inclusive de outros processos com irregularidades graves em tramitação no Tribunal (capítulo VIII);
- Anexo III - Contendo os relatórios resumidos dos Levantamentos de Auditoria, nos quais não há indícios de irregularidades graves que atendam ao disposto no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006, divididos em 4 tomos:
  - Tomo 1 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações, nas quais, inicialmente havia indícios de irregularidades graves categoria "P", mas cujos indícios foram saneados por acórdão do Tribunal;
  - Tomo 2 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais foram apontados indícios de irregularidades graves não enquadráveis no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006 (IG-C);
  - Tomo 3 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais foram apontados indícios de outras irregularidades (OI), não enquadráveis no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006;
  - Tomo 4 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais não foram apontados quaisquer indícios de irregularidades (SR);
- Anexo IV - Acompanhamentos de Obras via sistemas, por meio da Metodologia Reforme, contendo resumo das informações pesquisadas eletronicamente concernentes aos contratos não selecionados para fiscalização *in loco*.

TC - 009.891/2005-0

- *Anexo V - Relatórios de Inspeções realizadas em razão de Decretos Legislativos do Congresso Nacional."*

3. Finalizando o relatório técnico, a Secob formulou propostas de encaminhamento conforme síntese que faço adiante:

a) autorizar a remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional das informações constantes dos anexos a este processo, dos relatórios sintéticos de levantamentos de auditoria, em meio digital, atualizados com os acórdãos proferidos até a presente Sessão Plenária, bem como do acórdão, relatório e voto a serem proferidos nestes autos;

b) encaminhar cópia dos referidos anexos, bem como do acórdão, relatório e voto a serem proferidos nestes autos, aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das comissões de fiscalização das Casas do Congresso Nacional;

c) determinar aos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal o encaminhamento ao TCU de cópia do demonstrativo previsto no artigo 20, *caput*, da LDO/2006, no prazo de 15 dias;

d) determinar à Secob que dê seqüência aos trabalhos de planejamento e organização das fiscalizações de 2006, iniciando, para tanto, estudos sobre a Proposta Orçamentária da União para o próximo exercício;

e) determinar à Setec que, com o apoio técnico da Secob, implemente as sugestões de melhoria colhidas em 2005 no Sistema Fiscobras;

f) arquivar os autos.

É o Relatório.

## VOTO

Trago à apreciação deste Plenário o trabalho que anualmente vem sendo desenvolvido em atendimento às disposições das sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, consistente na consolidação dos levantamentos de auditoria em obras públicas realizadas no curso do ano, objetivando encaminhar informações ao Congresso Nacional, como subsídio às atividades de alocação dos recursos orçamentários para o ano seguinte.

2. Essa incumbência decorre do disposto no art. 103 da LDO/2006, Lei n. 11.178, de 20/09/2005, publicada na data de hoje, em edição especial do Diário Oficial da União. Eis o teor do dispositivo legal:

*"Art. 103. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da proposta orçamentária, informações recentes sobre a execução físico-financeira das obras que tenham sido objeto de fiscalização, inclusive na forma de banco de dados."*

3. O trabalho ora trazido à apreciação do Plenário, fruto da confluência dos esforços do corpo técnico, de dirigentes e dos julgadores desta Casa, traduz uma atividade que considero das mais relevantes do Controle Externo, por meio da qual se expressa o importante papel do Tribunal de Contas da União no apoio prestado ao processo decisório legislativo, notadamente no campo da orçamentação pública.

4. Previamente ao exame das questões específicas tratadas nestes autos, gostaria de tecer breves comentários acerca da atuação do Tribunal no controle dos orçamentos públicos, área na qual se contextualiza a matéria trazida à apreciação do Plenário.

5. A fiscalização exercida pelo controle externo integra a estrutura de todos os Estados Democráticos de Direito, entendido esse como uma evolução histórica na forma de organização política da sociedade, decorrente da luta contra os estados absolutistas e ditatoriais.

*NC*

TC - 009.891/2005-0

6. Imanente à existência de um Estado Democrático de Direito é a forma como se dá a distribuição e organização dos poderes, bem como a definição da parcela de atribuição que cabe a cada um. É a clássica teoria da separação dos poderes que, através da obra de Montesquieu, incorporou-se à noção de constitucionalismo e foi concebida para assegurar a liberdade dos indivíduos e a prevalência da vontade da maioria.

7. O sistema de separação dos poderes está intimamente associado à idéia de Estado Democrático, chegando-se mesmo a afirmar a impossibilidade da democracia sem essa separação, por quanto a acumulação de todos os poderes em uma mão única seria a negativa da própria democracia.

8. No contexto dessa separação de poderes, ou de funções do Estado, como preferem alguns doutrinadores, é que se justifica a especialização de um órgão para o exercício de uma das funções do Poder Legislativo, que, logo em seguida à atribuição principal de produzir as normas, é a importantíssima função do exercício do controle externo dos três poderes da União.

9. Como essa função de controle externo cabe originalmente ao Legislativo, que, como é sabido, reveste-se de essencial natureza política, necessário se faz amenizar essa influência, mediante a especialização de um órgão que garanta uma apreciação técnica das contas públicas. Por isso, o Poder Constituinte de 1988, reforçando a idéia original de Ruy Barbosa, ampliou as competências do organismo específico para essa atuação, ou seja, este Tribunal de Contas da União, conferindo-lhe os poderes e as atribuições que viabilizam o desempenho da função do controle.

10. No momento em que o Tribunal realiza os levantamentos de auditoria de obras públicas e, em especial relevo, quando aprecia a consolidação desses trabalhos e encaminha as informações ao Congresso Nacional, como está sendo feito nesta oportunidade, opera-se um relacionamento de caráter funcional entre a Corte de Contas e o Parlamento, em que as duas instituições adotam coordenação mútua de modo a buscar a plena eficácia no exercício da atividade fiscalizadora.

11. Cria-se, assim, um sofisticado mecanismo de controle que vem se mostrando capaz de coibir a malversação de recursos públicos em área de atuação governamental estratégica e materialmente relevante: as obras públicas. O mérito desse mecanismo, a meu ver, é a amplitude com que a fiscalização se opera, percorrendo todas as fases do ciclo orçamentário.

12. Efetivamente, desde a arrecadação até o gasto público existe um ciclo a ser cumprido, que se inicia com a elaboração e votação do orçamento, passando pela criação de leis que disciplinam a aplicação dos recursos e se consuma com a fiscalização legislativa quanto a regular aplicação desses recursos.

13. Assim, por esse sistema, o Poder Executivo tem a competência privativa de elaboração e envio ao Congresso das leis orçamentárias, nos termos do art. 84, inciso XXIII da Constituição, compreendendo o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

14. Ao Poder Legislativo é dada a competência de apreciar, discutir e votar esses projetos de leis, valendo-se, para tanto, da Comissão Mista, conforme expressa o art. 166, § 1º, da Carta Política.

15. Após aprovado o orçamento, ao Executivo incumbe executar a despesa no exercício financeiro, sujeitando-se, quando dessa execução orçamentária, à fiscalização dos órgãos de controle interno e externo.

16. Normalmente é na fase de execução orçamentária que se desenvolve a precípua ação fiscalizadora do Tribunal de Contas da União como órgão de controle externo, seja por meio de auditorias, seja por meio do exame dos processos de contas.

17. Mas no que diz respeito às obras públicas, essa atuação se amplia, na medida em que a Corte de Contas é chamada a colaborar com o Congresso na fase de exame da proposta orçamentária, oportunidade em que o Parlamento, valendo-se das informações produzidas pelo TCU no curso das fiscalizações ocorridas durante o exercício, decide acerca da paralisação da execução orçamentária.

TC - 009.891/2005-0

física e/ou financeira dos empreendimentos em que tenham sido verificadas irregularidades graves, até que as mesmas sejam saneadas, de acordo com o que venha a ser deliberado pelo Tribunal.

18. Outro fator que soma resultados ao controle dos gastos em obras diz respeito à publicidade e à transparência com que são conduzidos os trabalhos, seja no TCU, seja no Congresso Nacional. É a própria LDO que orienta essa publicidade, na medida em que determina a divulgação na internet das obras e serviços com indícios de irregularidades. Também o TCU disponibiliza em seu Portal Eletrônico informações detalhadas sobre os processos concernentes aos levantamentos de auditorias, numa postura que se harmoniza com o espírito de prestação de contas à sociedade das atividades de controle desempenhadas nesta Casa, fomentando a participação dos cidadãos por meio do controle social.

19. Nesse contexto, não tive dúvidas em pautar este feito em sessão ostensiva do Plenário, não havendo razão para tratamento sigiloso, mesmo porque se trata de consolidação de outras deliberações desta Casa, todas de caráter público.

20. Os bons resultados advindos dessa sistemática de fiscalização, com grandes economias para os cofres públicos e com a prevenção de potenciais danos ao erário, são mais uma vez retratados no trabalho que tenho a honra de trazer à apreciação de meus pares.

21. Feita essa digressão, concentro-me agora ao conteúdo específico da consolidação de dados e informações que consubstanciam o feito em exame.

22. Em essência, a questão central submetida a este Plenário trata de autorizar a remessa, à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, das informações consolidadas que consubstanciam os anexos a este processo, assim organizados:

**Anexo I** - dados básicos sobre os Levantamentos de Auditoria de que tratam os Anexos II e III, contemplando o número, a descrição e a situação de cada programa de trabalho fiscalizado, a unidade orçamentária responsável, os valores orçados e liquidados no presente exercício, os valores que restam para completar a obra e a presença ou não de indícios de irregularidades graves e de outras irregularidades;

**Anexo II** - relatórios resumidos dos Levantamentos de Auditoria nos quais foram apontados indícios de irregularidades graves que atendam ao disposto no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006 (IG-P), inclusive de outros processos com irregularidades graves em tramitação no Tribunal (capítulo VIII);

**Anexo III** - relatórios resumidos dos Levantamentos de Auditoria, nos quais não há indícios de irregularidades graves que atendam ao disposto no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006, divididos em 4 tomos:

Tomo 1 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações, nas quais, inicialmente havia indícios de irregularidades graves categoria "P", mas cujos indícios foram saneados por acórdão do Tribunal;

Tomo 2 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais foram apontados indícios de irregularidades graves não enquadráveis no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006 (IG-C);

Tomo 3 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais foram apontados indícios de outras irregularidades (OI), não enquadráveis no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006;

Tomo 4 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais não foram apontados quaisquer indícios de irregularidades (SR);

**Anexo IV** - acompanhamentos de obras via sistemas, por meio da metodologia Reforme, contendo resumo das informações pesquisadas eletronicamente concernentes aos contratos não selecionados para fiscalização *in loco*;

**Anexo V** - relatórios de inspeções realizadas em razão de Decretos Legislativos do Congresso Nacional.

23. O trabalho assim composto atende, dentro do prazo e com os padrões de qualidade adequados, a determinação legal expressa na LDO/2006 e representa material informativo essencial.

TC - 009.891.2005-0

para o processo decisório legislativo atinente à fixação do orçamento para o ano vindouro, estando em condições de ser aprovado por este Plenário, autorizando-se a sua remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e às demais autoridades de praxe.

24. Cumpre destacar os principais dados e números revelados pela consolidação *empreendida* pela Secob, o que passo a fazer em seguida, ressaltando, contudo, que os dados referem-se à posição de 29/07/2005, data em foram finalizadas as fiscalizações.

25. No período entre março e julho deste ano foram fiscalizadas 415 obras, de um total de 421 levantamentos e acompanhamentos inicialmente incluídos no Plano de Auditoria do 1º Semestre deste ano (Acórdão nº 192/2005-TCU-Plenário), o que representa um excelente índice de quase 99% de cumprimento do planejado. De se ressaltar que os cancelamentos ocorridos foram previamente justificados pelas unidades técnicas.

26. Desse total, foram identificados indícios de irregularidades graves em 81 empreendimentos, com indicação pela paralisação da execução orçamentária, física e/ou financeira. Em outras 87 obras também se verificaram indícios de irregularidades graves, mas sem paralisação. O percentual de fiscalizações em que o TCU logrou apurar a ocorrência de irregularidades graves situou-se, portanto, em 40,5%, sendo que 19,5% com indicativo de paralisação.

27. Tendo em vista, contudo, que a consolidação feita pela Secob referia-se à posição de 29/07, importa destacar que em razão de deliberações posteriores da Corte ou dos relatores, logrou-se identificar o saneamento de alguns contratos ocorrido em decorrência da atuação do Tribunal, o que reduziu o número de IG-P para 72, até o último levantamento constante dos anexos que serão encaminhados ao Congresso Nacional.

28. Essa circunstância, por si só, já reflete os benefícios advindos da sistemática do Fiscobras, porquanto as unidades orçamentárias vêm adotando as providências necessárias à correção das irregularidades identificadas nas auditorias. Exemplos desses benefícios são apontados pela Secob, em título específico do relatório técnico, onde se informa que *“destaque deve ser dado às auditorias realizadas nos processos de contratação das obras da BR-101/Trecho Norte e da Transposição do Rio São Francisco, que resultaram em redução de R\$ 500 milhões no valor previsto para as obras em face das correções implementadas pelos gestores.”*

29. A distribuição dos trabalhos pelo território nacional abrangeu todos os estados, atendendo a critério de regionalização determinado pela LDO/2006.

30. O volume dos recursos fiscalizados monta em R\$ 19.347.748.313,00, estando distribuído pelas seguintes funções e subfunções orçamentárias, consoante retratado nas tabelas adiante reproduzidas.

**Recursos fiscalizados por função orçamentária**

Função	Dotações 2005 (R\$ 1,00)
Energia	11.885.517.335,00
Transporte	4.148.301.177,00
Gestão Ambiental	766.200.468,00
Urbanismo	474.602.708,00
Defesa Nacional	241.670.632,00
Saúde	164.783.780,00
Agricultura	97.248.547,00
Ciência e Tecnologia	48.010.266,00
Cultura	38.368.194,00
Demais *	1.483.045.206,00
<b>Total</b>	<b>19.347.748.313,00</b>

\* Administração, Organização Agrária, Judiciária, Direitos da Cidadania e outras

**Recursos fiscalizados por subfunção orçamentária**

Subfunção	Dotações 2005 (R\$ 1,00)
-----------	--------------------------

TC - 009.891/2005-0

Petróleo	9.482.777.781,00
Transporte Rodoviário	3.650.281.477,00
Energia Elétrica	2.065.718.314,00
Administração Geral	1.244.427.376,00
Recursos Hídricos	766.200.468,00
Transporte Hidroviário	465.789.400,00
Transportes Coletivos Urbanos	372.993.908,00
Infra-Estrutura Urbana	110.256.800,00
Irrigação	97.248.547,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	48.010.266,00
Demais*	1.044.043.976,00
<b>Total</b>	<b>19.347.748.313,00</b>

\* Transportes Especiais, Transporte Aéreo, Transporte Ferroviário e outras

31. Merece destaque a expressiva materialidade das obras fiscalizadas no âmbito da subfunção “Petróleo”, que responde por 49% do total de recursos fiscalizados. Por essa razão, cumpre detalhar os programas que integram essa subfunção, o que é feito no quadro seguinte.

Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste (Capacidade Instalada de 1.560 mil BPD) - Na Região Sudeste	5.179.520.070,00
Manutenção e Recuperação da Produção de Óleo e Gás Natural-Região Nordeste	1.785.684.031,00
Manutenção da Infra-estrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural	595.274.457,00
Manutenção e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – Nacional	564.990.116,00
Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural - Marlim Sul /RJ	564.828.084,00
Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino - Nacional	290.000.040,00
Modernização e Adequação da Produção - Refinaria do Vale do Paraíba / SP	227.094.000,00
Obras na Refinaria Gabriel Passos – MG	126.774.000,00
Modernização e Adequação da Produção – Refinaria Pres. Getúlio Vargas (REPAR)/PR	98.690.000,00
Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga (RJ)	49.922.983,00

32. A segunda subfunção mais expressiva foi “Transporte Rodoviário”, com 18,9%, o que reproduz situação também observada na consolidação de 2004.

33. Assinalo, pela relevância da informação, as unidades orçamentárias de maior representatividade nas fiscalizações de 2005, especificamente em relação áquelas que tiveram programas de trabalho com indícios de irregularidades graves, o que se encontra esquematizado na tabela seguinte, onde se pode observar a relação entre o número de empreendimentos fiscalizados e os que apresentaram tais indícios.

Unidade Orçamentária	Total de Empreendimentos	Empreendimentos com Indícios de Irregularidades	Total de Empreendimentos	Empreendimentos com Indícios de Irregularidades	Percentual
Petróleo Brasileiro S.A.	14	1	13	14	100,0%
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	9	6	3	9	100,0%
Fundo Nacional de Saúde	6	2	3	5	83,3%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5	2	2	4	80,0%

(\*) Original ilegível fornecido pelo autor.

TC - 009.891/2005-0

Ministério da Integração Nacional	26	13	5	18	69,2%
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit	131	39	36	75	57,3%
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	6	2	1	3	50,0%
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	7	3	0	3	42,9%
Ministério das Cidades	7	2	0	2	28,6%

34. Chama a atenção o fato de que todos os 14 programas de trabalho a cargo da Petrobrás apresentaram irregularidades graves, sendo que um com paralisação e treze com continuidade. A relevância dessa constatação ganha relevo considerando a materialidade dos recursos alocados na subfunção "Petróleo" que, como visto, representam 49% do total de recursos fiscalizados, perfazendo a expressiva quantia de cerca de R\$ 9,5 bilhões de reais. Essa situação mostra o acerto do Tribunal em continuar, a exemplo do ocorrido em exercícios passados, realizando seleção especial de obras nessa área, o que atende a duplo critério de seletividade: a relevância estratégica atinente à questão energética e a expressividade dos recursos envolvidos.

35. Também o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas apresentou 100% de obras com irregularidades graves, com situação até mais preocupante, ante o fato de que 66% desse total (6 programas de trabalho) são do tipo IG-P, ou seja, irregularidade grave com paralisação.

36. Finalizando esta parte do voto em que são apresentadas as informações mais relevantes obtidas com o trabalho de consolidação, listo a seguir, em ordem decrescente, os 10 principais tipos de irregularidades graves com indicativo de paralisação observados neste ano:

Rank	Irregularidade	Count
1º	Sobrepreço	32
2º	Irregularidade graves concernentes ao aspecto ambiental	20
3º	Demais irregularidades graves no processo licitatório	20
4º	Supersaturamento	17
5º	Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente	14
6º	Alterações indevidas de projetos e especificações	12
7º	Administração irregular de contratos	11
8º	Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente com risco de dano ao erário	10
9º	Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente ocasionando possível nulidade do processo licitatório ou do contrato	7
10º	Execução orçamentária irregular	7

37. A propósito desse rol, a Secob destaca em seu relatório que o elevado custo das obras públicas continua sendo a principal vertente a ser enfrentada pelos órgãos de controle. As ocorrências de sobrepreço e de supersaturamento respondem por 21% do total de 228 irregularidades com IG-P identificadas nos diversos contratos integrantes dos programas de trabalho fiscalizados.

38. Essa realidade, segundo registrado pela Secob e transcrita no Relatório que antecede este Voto, demonstra a necessidade de se dotar a administração pública de instrumental eficiente para a análise dos custos das obras, de modo a compatibilizá-los com os preços de mercado.

39. Visando adotar ações que contribuam para o aperfeiçoamento dessa análise de custos, a Secretaria de Obras anuncia que estará priorizando a realização de auditorias específicas nos sistemas da administração pública – SINAPI e SICRO – com o objetivo de diagnosticar a situação atual, levantar deficiências e propor as correções cabíveis.

TC - 009.891/2005-0

40. Com relação à inovações da LDO/2006 em relação à LDO/2005, ressalto as disposições dos parágrafos 7º a 10 do art. 102, que fixam prazos para os pronunciamentos do Tribunal em processos concernentes às fiscalizações de obras, *verbis*:

*"§ 7º Os processos que tenham por objeto o exame de obras ou serviços nos quais foram constatados indícios de irregularidades graves serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a garantir decisão que indique, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízo ao erário, no prazo de até seis meses contado da comunicação prevista no § 5º do art. 103 desta lei.*

*§ 8º Caso o empreendimento não possa ter continuidade, a decisão mencionada no § 7º deste artigo deverá relacionar todas as medidas a serem adotadas pelos responsáveis, com vistas ao saneamento das irregularidades.*

*§ 9º Após a apresentação das medidas corretivas pelo órgão ou entidade responsável, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o efetivo cumprimento dos termos da decisão, no prazo de até três meses.*

*§ 10 Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados nos §§ 7º e 9º deste artigo, o Tribunal de Contas da União deverá informar e justificar ao Congresso Nacional as motivações do atraso." (Grifei).*

41. Atenta a essas inovações, a Segecex, em conjunto com a Adfis e a Secob, está estudando proposta a ser submetida oportunamente ao Plenário, para regulamentar o rito processual a ser observado em atenção aos prazos fixados. Não obstante essa iniciativa anunciada no relatório técnico que informa estes autos, considero conveniente fazer constar do acórdão que vier a ser proferido, determinação específica nesse sentido, fixando prazo para que as unidades técnicas envolvidas finalizem os referidos estudos.

42. Com relação às demais propostas de encaminhamento formuladas pela Secob, manifesto a minha concordância.

43. Registro, por derradeiro, que as informações a serem encaminhadas ao Congresso Nacional, na forma dos anexos a este processo, contemplarão as deliberações do TCU proferidas até esta Sessão.

44. Não poderia, contudo, finalizar este voto sem antes parabenizar todos os servidores das unidades técnico-executivas que integraram as equipes de fiscalização engajadas nos trabalhos do Fiscobras 2005, bem como o corpo dirigente e de técnicos da Secob, pelo esforço e dedicação que permitiram a esta Casa concluir este trabalho no prazo legal.

Expendidas essas considerações, VOTO por que o Tribunal de Contas da União adote o Acórdão que submeto a este Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 21 de setembro de 2005.



VALMIR CAMPELO  
Ministro-Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou despachando à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e determinando a publicação do aviso recebido do Tribunal de Contas da União.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 181/2005 – GSPSG

Brasília, 28 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Faço uso do presente, na forma que determina o art. 7º, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, para comunicar que a partir da data de hoje passei a integrar o PSB – Partido Socialista Brasileiro.

Atenciosamente, – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Não houve acordo para a Ordem do Dia. Esperamos avançar na próxima terça-feira, apenas na próxima terça-feira.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

1

## PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

**Nº 23, DE 2005**

(Proveniente da

Medida Provisória nº 252, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833,

de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador José Sarney

Prazo final: 13-10-2005

2

## PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

**Nº 24, DE 2005**

(Proveniente da

Medida Provisória nº 253, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Relator revisor: Senador César Borges

Prazo final: 20-10-2005

3

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários

*e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.*

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Prazo final: 26-10-2005

#### 4

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e de leitura dos pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

#### 5

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

#### 6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 87, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fáti-

ma Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

#### 7

### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

#### 8

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

#### 9

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

10

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR  
(Votação nominal)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI  
DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência*.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e De-*

*fesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra*.

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (incluso novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Touرينho.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí*.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará*.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guaja-*

*rá-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18

## REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

19

## REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continuamos com a lista de oradores.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é importante V. Exª estar na Presidência do Senado, Senador Renan Calheiros, neste final de tarde. V. Exª acabou de dizer que não houve acordo de Líderes e que, portanto, só haverá Ordem do Dia na próxima terça-feira.

Sr. Presidente, amanhã, 30 de setembro, encerra-se o prazo para qualquer mudança na legislação eleitoral a vigorar nas eleições do próximo ano. Pergunto à Casa e a V. Exª: como ficamos? Como ficamos para a eleição do ano que vem, depois de tudo aquilo que as três CPMIs, além da Comissão de Ética da Câmara – portanto, são quatro Comissões – vêm mostrando de erros e equívocos graves que aconteceram e que, modéstia à parte, o Senado, por meio de várias reformas, mostrou que pode e deve ser feito, e que, no entanto, parado está na Câmara e não aconteceu nada?

V. Exª pode ser candidato, mas V. Exª é Senador e tem mais quatro anos de mandato. Mas as pessoas como eu, se quiserem ser candidatas, serão candidatas de acordo com que legislação? Vão se basear em que, com tudo o que aconteceu, com tudo o que se contou, com tudo o que se fala da eleição do ano retrasado?

Eu não sei, mas a Câmara dos Deputados tinha a obrigação de votar alguma coisa que significasse um fio de esperança com relação à legislação que está aí.

Votamos uma grande legislação, modéstia à parte, no ano passado: voto distrital, fidelidade partidária, verba pública de campanha, cláusula de barreira – que termina com os partidos anões, que vendem suas legendas às vésperas da eleição –, a mais significativa. Uma profunda transformação nós fizemos, uma verdadeira nova legislação eleitoral! Está na gaveta da Câmara. Ficou na gaveta da Câmara sem substitutivo, sem modificação, sem alteração, sem absolutamente nada. Então, por iniciativa do Senador Jorge Bornhausen – justiça seja feita –, esta Casa votou, e o Sr. Presidente reuniu os Líderes e, por unanimidade, fomos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e conseguimos aprovar uma minirreforma. Não foi reforma política, como a imprensa publicou; não foi reforma eleitoral, mas foi uma minirreforma. Foi uma moralização de princípios que não poderiam continuar como estão agora. É uma satisfação que demos no sentido de fazer alguma coisa. Foi aprovada por unanimidade!

Pessoas como eu, que fui autor do projeto da verba pública de campanha – não que abrisse mão de que tem de ter a verba pública de campanha, mas concordamos com o fato de que, agora, para passar, teríamos que votar como votamos: limitar os gastos de campanhas, determinar a existência de alguém – o candidato –, e das verbas, que deveria ser em nome do candidato, em uma conta em seu nome. Não há paralelo, não há conta dois, não há conta paralela, não há ninguém por fora, não há gastos de campanha que se pague depois. É uma verba só, é uma conta

só. Aprovamos que o programa de televisão tem que ser público, aberto, sem o coordenador político, sem o homem da televisão fazendo uma programação fantástica que gaste um mar de dinheiro para esconder a figura do candidato; proibimos o showmício, proibimos a distribuição de camisetas, de brindes e tantas coisas mais. Alguma coisa foi feita e foi aprovada, e está lá na Câmara. Amanhã é o último dia. Amanhã é o último dia! Se não votar amanhã, não vale mais nada!

Não sei, sinceramente, não sei. O Presidente da República reuniu, chamou os Líderes, fizeram, elegeram, ganharam, mas ninguém teve uma palavra de entendimento no sentido de dizer: "Agora, vamos nos reunir para votarmos essa matéria". Já não digo votar o projeto do Senado Federal, que há dois anos foi votado, que é uma reforma eleitoral de primeira grandeza, moralizadora, séria, responsável, e que o Senado aprovou por unanimidade, mas está na gaveta da Câmara. Há dois anos está na gaveta da Câmara!

Mas esse projeto, que é um projetinho, que é o mínimo necessário, mas que serve para mostrar que alguma coisa foi feita, está na gaveta da Câmara. Nem esse a Câmara vota! Sinceramente, não consigo entender. Não sei...

Eu gostaria de ser candidato à reeleição ao Senado se a minha Bancada, o MDB do Rio Grande do Sul, me der legenda. Ele poderá querer fazer uma aliança e, nessa aliança, sobrar o Governo para o MDB e o Senado para um outro partido. Mesmo assim, eu não sei se posso aceitar. Como vou fazer campanha? Tenho um nome, tenho uma biografia, tenho uma história! Como vou aparecer por aí, me voltando para um lado e para o outro? De repente, seu nome está envolvido e você não sabe nem como nem por quê. Como é que você vai fazer? Como as empresas vão poder dar um auxílio a um determinado candidato? Como é que vai ser catalogado esse auxílio? Como a imprensa vai receber uma campanha eleitoral feita nos moldes da anterior? Eu não sei. Eu não consigo compreender.

Acho que o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente Lula, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados deveriam estar organizados, de mangas arregaçadas, reunindo os Líderes de todos os partidos e chegando à conclusão de que esse projeto tem de ser aprovado. Isso é o mínimo que tem de ser feito. Isso tem de ser aprovado.

Em meio à tristeza dos dias que estamos vivendo, em meio ao resultado da eleição da Câmara dos Deputados de ontem... Quero dizer que tenho muito

respeito pelo Deputado eleito, conheço-o de uma longa data, conheço sua biografia, conheço sua história, mas a eleição em si não foi um espetáculo que desse uma demonstração real de grandeza. Basta dizer o seguinte: são 20 os Deputados ameaçados de perder o mandato, e a diferença foi de 15 votos. O candidato que perdeu por 15 votos era do PFL e estava na linha de que as cassações devem ser feitas; o candidato que ganhou foi, inclusive, testemunha de defesa do Sr. Chefe da Casa Civil; e o Presidente da República chama ao Palácio para conversar o Sr. Antonio Fleury e um outro candidato, o do PP, comprometendo-os para o 2º turno. Como vamos sair desse episódio?

Esse episódio é muito importante, porque há meses se cogita se o Presidente Lula sabia ou não dos fatos. As coisas aconteceram, mas se dizia que o Lula não sabia de nada. O responsável seria o José Dirceu ou o Tesoureiro do PT ou o Secretário-Geral do PT, mas o Lula não sabia de nada. No entanto, ontem se via um novo PT. Não havia José Dirceu, nem tesoureiro, nem secretário-geral. Ontem se via o PT com a limpeza que teve; não havia o fulano do Banco do Brasil, não havia o pessoal de Furnas nem os membros da Casa Civil, que também foram afastados. Ontem se via um novo PT.

O método de escolha do Presidente deixou muito a desejar: promessa de R\$500 milhões de emendas de Parlamentares; garantia de que o PP vai ganhar o Ministério da Educação; promessas de troca entre o PTB do Sr. Antonio Fleury e o candidato que ficou em terceiro lugar, de que se daria apoio ao candidato oficial em troca sei lá do quê; e uma alegria enorme, estampada nas manchetes que a imprensa publicou, dos que têm seu mandato a perigo, com a vitória de Aldo Rebelo.

Que mensagem temos nós como fruto do que está acontecendo? Três CPIs, Comissão de Ética, além da TV Senado e da TV Câmara, Globo News, Band News, transmitindo ao vivo o que está acontecendo nesta Casa. Qual a expectativa de todos nós, do novo PT, do novo Lula? Agora, as coisas não acontecerão sem ele saber. Ele está comandando. A imprensa fez questão de dizer que Lula chamou a si o processo da condução da eleição do novo presidente da Câmara.

Ganhou o Lula. Ganhou o PT. Elegeram o presidente. Mas não se lembraram de que amanhã é o último dia da microrreforma eleitoral. Não se trata da reforma política, nem da reforma eleitoral, mas de um processo que nos dê condições para aparecer de cara limpa na frente do eleitorado ano que vem.

O que faremos, Sr. Presidente? Pode-se aprovar o projeto do Senador Tarso Jereissati e prorrogar até o dia 15 de dezembro o prazo para a apresentação de emendas. É o que resta. Então, vamos nos agarrar como naufragos e prorrogar o prazo, que termina amanhã, para 15 de dezembro.

Nesse caso, não sei como ficarão – V. Ex<sup>a</sup> pode me explicar – os prazos. Por exemplo: amanhã se encerra o prazo de mudança de partido; será prorrogado esse prazo? Amanhã se encerra o prazo para que o candidato a Deputado esteja filiado a um partido; encerrar-se-á esse prazo? Se mudarmos o prazo e houver essa prorrogação até 15 de dezembro, todos os prazos serão prorrogados até essa data?

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** – Senador Pedro Simon, pelo que li, a PEC do Senador Tasso Jereissati, a PEC exclui mudanças nos prazos de filiação partidária e de domicílio eleitoral. Gostaria de dizer isso a V. Ex<sup>a</sup> porque creio que seria muito ruim se reabrissemos tais prazos. Qual foi o objetivo do legislador constituinte originário ao estabelecer que a lei que alterasse o processo eleitoral deveria entrar em vigor um antes da data da eleição? Evitar o casuismo, ou seja, alterações às vésperas do pleito para beneficiar um ou outro partido, para atender a interesse de um ou outro candidato. Então, o objetivo, a meu ver, do legislador constituinte originário foi evitar o casuismo e consolidar algumas regras no campo eleitoral e partidário para ajudar a vertebrar os partidos. Considero que seria um grande retrocesso – porque não quero imaginar que isso venha acontecer – reduzirmos, por exemplo, o prazo de filiação partidária. Deveríamos fazer o contrário: ampliar o prazo de filiação partidária, aumentar o tempo de convivência do candidato no partido pelo qual disputa a eleição, além de outras regras, algumas das quais já consolidadas na legislação eleitoral e partidária. Penso que V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando demonstra certa perplexidade com o que está acontecendo, pelo fato de não termos avançado nas chamadas reformas políticas, embora o Senado tenha cumprido o seu dever e encaminhado os projetos tempestivamente à Câmara dos Deputados.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Enviamos os projetos, inclusive, com tempo suficiente para a Câmara reformá-los – porque tínhamos certeza de que haveria reformas – e devolvê-los para cá.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** – Exatamente. Então, sob esse aspecto, quero dizer que o Senado cumpriu o seu papel, mas fico muito triste ao verificar que deixamos de avançar em uma área essencial à

consolidação institucional do País. E vou além – de alguma forma subscrevendo o que V. Ex<sup>a</sup> acabou de dizer: penso que, se a reforma política tivesse sido efetuada antes, certamente muitos fatos que estão acontecendo agora não ocorreriam. A verdade é essa, na minha opinião. Aliás, para ser claro, sempre considerei que a reforma política deveria ter sido a primeira das reformas, deveria ter precedido a todas as demais. Até vou lembrar – desculpe interromper V. Ex<sup>a</sup>, mas breve encerrarei o meu aparte – que, em 1994, logo após a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com ele conversei, e ele entendeu que este era o caminho correto: fazermos logo a reforma política. Chegamos a ter uma proposta mínima que seria submetida à apreciação do Congresso. Mas eis que veio, tão logo empossado o novo Governo, em 1995, um forte ataque ao Real, feito por especuladores estrangeiros e nacionais. Isso fez com que o Governo tivesse de priorizar as chamadas reformas econômicas em detrimento das reformas políticas. Mas quero, para encerrar o meu aparte a V. Ex<sup>a</sup>, dizer que lamento que a reforma política não tenha sido feita e que com ela não tenhamos conseguido avançar nesta Sessão Legislativa. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Muito obrigado.

**O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL)** – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – É com alegria que vejo o ilustre Presidente deixar a Presidência para me honrar com o seu aparte. Muito obrigado.

**O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL)** – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. A exemplo do Senador Marco Maciel, eu gostaria também de cumprimentá-lo. Entendo que a Câmara – tive a oportunidade de dizer isso ao novo Presidente da Câmara, eleito e empossado, o Deputado Aldo Rebelo, e o faço com a responsabilidade de quem preside o Congresso Nacional – perdeu hoje uma grande oportunidade para se afirmar perante o País. Ninguém entenderá o fato de avançarmos nas investigações – e vamos nelas avançar –, de queimarmos etapas, como quer a sociedade – e vamos queimá-las –, e de punirmos exemplarmente as pessoas que precisam ser punidas exemplarmente, sem aprimorarmos a legislação político-partidária. Vamos fazer uma nova eleição com a velha regra e com os mesmos erros. Não tem mais sentido, absolutamente nenhum sentido, o caixa dois, como não o tem o custo de R\$20 milhões, R\$30 milhões, R\$40 milhões para a produção de um programa de televisão de um candidato a Governador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – O preço de um capítulo de uma novela da Globo.

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB – AL) – São exatamente esses custos, essas coisas que fazem com que os candidatos, para serem competitivos, acabem tendo de ter acesso a todo tipo de financiamento, o que enseja oportunidade para que tenhamos que investigar no futuro. De modo que é uma pena. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Penso que o único caminho que nos resta agora é aprovar a emenda do Senador Tasso Jereissati. O Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, fez uma proposta sensata, para que votássemos hoje e para que os Líderes da Câmara definissem o que era para ser vetado e sancionado, mas dando a resposta que a sociedade cobrava de todos nós com relação ao aprimoramento da legislação, quer dizer, do ponto de vista da necessidade da ética, da transparência, tudo isso que, mais do que nunca, o Brasil quer que aconteça. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup>. Um dos grandes erros desse Governo – e o disse hoje à imprensa – é manter essa passividade, ficar pautado permanentemente pela mídia. Se o Governo não cuidar da agenda do País, não colaborar para que a reforma política, a reforma tributária, a Lei Geral da Micro e Pequena e Empresa, as agências reguladoras – telecomunicações, transporte, saneamento básico – andem; se não criar condições para que essa chamada agenda estática ande – todo mundo sabe que ela é do interesse do País e que não caminha pela inércia, pela passividade do próprio Governo –, não vai sair das cordas e vai continuar sendo pautado pela mídia. Do ponto de vista do Congresso, vamos dar as respostas que a sociedade cobra, sim. Mas só vamos recuperar o respeito e a confiança, quando cuidarmos da agenda do País. A Câmara dos Deputados, infelizmente, perdeu hoje uma grande oportunidade, sobretudo de concretizar a proposta do Senador Jorge Bornhausen. No Senado, votamos bastante, mas com a participação da Oposição. A correlação aqui é muito apertada também; o Governo não tem maioria sempre e, circunstancialmente, perde nesta Casa. Mas tivemos sempre a compreensão de trabalhar convergência, convergência, convergência, para que o Senado pudesse deliberar, com a participação decisiva da Oposição, sobre a reforma tributária, a reforma política e outras matérias que votamos, e que não tiveram consequência na Câmara dos Deputados. Entendo que perder o encaminhamento sugerido pela Oposição, neste momento de crise política e de confrontação no próprio Parlamento, é perder uma oportunidade da qual vamos ressentir-nos demais no futuro. Para-

béns a V. Ex<sup>a</sup>. Tenho muito prazer em participar deste discurso, deste debate, neste momento em que o Brasil cobra realmente muita coisa de todos nós e tem muita razão de cobrar.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Marco Maciel, porque acho que estamos tocando em um plano dramático. É quase incompreensível que nos tenha faltado a competência do diálogo para resolver essa questão.

Concordo com o Presidente, quando diz “o erro do Governo”. O Governo deveria ter feito primeiro as reformas política e eleitoral. Começou da pior maneira possível: com a Lei da Previdência, tomando providências e decisões contrárias a toda a sua vida. O PT e o Lula colocaram na reforma da Previdência princípios contrários aos 25 anos de luta e tradição do Partido. Disso resultou uma crise enorme, que o dividiu, rachou. Se ele tivesse começado com a reforma política, se tivesse iniciado com a reforma eleitoral, em que poderíamos facilmente encontrar o entendimento de toda a sociedade, de toda a Casa – tem razão V. Ex<sup>a</sup> –, estaríamos vivendo um novo momento, e talvez o PT, em vez de iniciar sua caminhada de reformas com um racha no Partido, que não parou mais, teria começado com um ato de grande alcance político, e seria uma reforma política seria.

O Senado, modéstia à parte, conseguiu votar, praticamente por unanimidade, uma reforma político-eleitoral do maior conteúdo no seu primeiro ano. Votamos a fidelidade partidária; com grande dificuldade e esforço, votamos a limitação da cláusula de barreira, quer dizer, tivemos de resistir. Votamos a cláusula de barreira, o gasto público de campanha, uma série de artigos que transformaram e modificaram profundamente a vida brasileira. Lamentavelmente, na Câmara não houve interesse.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Senador Pedro Simon...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Ficou nas gavetas e não foi aprovado.

Agora, a Oposição desdenha o Presidente. O Senador Jorge Bornhausen teve a iniciativa, mas ela era tão correta, que foi aprovada por unanimidade. Houve o trabalho na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que modificamos aqui; todo mundo quis modificar para acertar. Por unanimidade conseguimos um borrão, um tapa-buraco, para apresentarmos um projeto que nos desse condições de ir para a opinião pública com dignidade. Nós o aprovamos tranquilamente, com o prazo necessário para ir à Câmara, e ele está na gaveta, naquela Casa.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador

Pedro Simon, serei breve nesta segunda intervenção, para fazer dois registros. Em primeiro lugar, como o Presidente Renan Calheiros observou e V. Ex<sup>a</sup> também, o Senador Jorge Bornhausen fez um projeto que ajudaria, e muito, a melhorar o processo eleitoral já no próximo ano, pela redução dos custos da campanha, pela transparência maior que as eleições teriam, pela simplificação do processo eleitoral, inclusive pela redução da duração das campanhas, que ainda são muito longas no País. Pois bem, este registro não pode deixar de ser dado: o Senado acolheu esse projeto com celeridade e o encaminhou à Câmara. Em segundo lugar, o Presidente Renan Calheiros, desde sua posse, teve um interesse muito grande no sentido de que avançássemos nesse campo; fez sucessivas reuniões, muitas das quais participei, não somente aqui, no Senado Federal, mas na residência do Presidente do Senado, com Líderes do Senado e da Câmara e Presidentes de Partidos. Em que pese o esforço, o avanço foi pequeno. Enfim, não temos o que comemorar, quando já se aproxima o fim desta sessão legislativa. Agora, o que cabe a mim, talvez, lembrar é que o TSE fez uma comissão e concluiu seus trabalhos, com muitas propostas interessantes. Algumas não estão adstritas ao universo da legislação eleitoral e partidária, mas poderão ajudar a melhorar o processo, porque são mudanças no Código Penal. Por exemplo, uma das propostas do Tribunal Superior Eleitoral, se não estou equivocado, é a de que o candidato que tiver alguma condenação em primeira instância confirmada em segunda instância não poderá candidatar-se. Eu recordo – vou dar apenas um exemplo – que o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Desembargador Marcus Faver, mostrou-me um recorte de **O Globo** sobre um levantamento que S. Ex<sup>a</sup> tinha feito no Rio de Janeiro, nas eleições municipais de 2004. Nesse levantamento constava uma questão que mostra a necessidade de termos cuidado na escolha dos candidatos. Duzentos e vinte candidatos tinham anotações penais, e alguns desses, crimes de homicídio.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Meu Deus!

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Crime de homicídio. Então, talvez essa alteração que o Ministro Carlos Velloso sugere – alteração do Código Penal, que não diz respeito à legislação eleitoral partidária, não se aplicando, portanto, a vedação do art. 16 da Constituição – possa ser votada aqui, visto que independe do prazo prescrito na regra constitucional. Ago-

ra, avanço um pouco mais no território que não nos pertence, do Tribunal Superior Eleitoral. O Presidente Carlos Velloso é uma pessoa muito preocupada com essas questões – se não estou equivocado, é a segunda ou terceira vez que S. Ex<sup>a</sup> preside o TSE e, em todas elas, sempre constituiu comissões e operou mudanças aprimoradoras em nosso processo político. Espero que o Presidente Velloso possa baixar resoluções que, de alguma forma, ajudem também a melhorar o processo eleitoral e partidário, isto é: resoluções que o Tribunal, a meu ver, está...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Já que não fizemos a nossa parte.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Exatamente. E creio que o Tribunal pode fazê-lo, porque, quando se criou a Justiça Eleitoral, nos idos de 1932, entendeu-se que o Tribunal tinha a faculdade de legislar nos espaços em branco. Realmente, por um impasse aqui no Congresso, por exemplo, poderia não se fixar uma data de eleição e o Tribunal, por intermédio de resolução, pode regulamentar matéria, já que trata especificamente da questão eleitoral. Então, quem sabe o Ministro Velloso, isto é, o TSE poderia baixar algumas resoluções que independam de aprovação de lei e que, indiretamente, vão ajudar a melhorar o processo político no nosso País. Mais uma vez, louvo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Já lhe darei o aparte, Senador Amir Lando.

Senador Marco, modéstia à parte, essa é uma das coisas de que me orgulho. Logo que cheguei aqui no Senado, foram anos de luta, mas conseguimos aprovar uma iniciativa minha que terminou com aquele escândalo de o Supremo pedir licença para processar um senador ou um deputado; o Senado e a Câmara não davam licença, não tinham coragem de negar e não queriam concordar. Então, ficava na gaveta. E o senador e o deputado, com crime de homicídio, crime de roubo, crime de vigarice, ficavam com os seus processos na gaveta. Nós aprovamos. Hoje, o Procurador-Geral da República entra no Supremo, e o Supremo inicia o processo contra o senador, contra o deputado federal, e não precisa de autorização nem da Câmara, nem do Senado. Acrescentaram um item ao meu projeto. Eu era contra, mas apresentaram: que a Câmara e o Senado podem, no decorrer do processo, sustá-lo, votando no Plenário o pedido para paralisar o processo. Até agora, nem na Câmara, nem no Senado, ninguém teve coragem de paralisar. O efeito não foi tão ruim como imaginava, e o efeito positivo existe. Imagine V. Ex<sup>a</sup> como era. O cidadão com dois, três ou quatro processos ti-

nha de ser deputado e dizia: "tenho que me reeleger deputado. Se não me reeleger deputado, vou me submeter ao crivo do júri popular ou da polícia especial". Isso, nós conseguimos. Agora tem razão V. Ex<sup>a</sup>. Uma Justiça lerdia, que não anda, um cidadão, que temos certeza absoluta de que é criminoso, de que cometeu o crime, tem seu processo em grau de recurso e fica em grau de recurso; e ele é candidato.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema muito importante. Diria, talvez, o tema mais importante para este momento no Congresso Nacional. Há poucos dias, talvez duas semanas, aqui, num lampejo de ingenuidade, propus ao Congresso Nacional...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> poderia ser ingênuo até quando pegou a relatoria da CPI do *Impeachment*; de lá para cá não poderia mais ser. Com o que V. Ex<sup>a</sup> sofreu e aprendeu lá, já tinha condições de...

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Mas o entusiasmo sempre anda de braços dados com a ingenuidade, e eu, num lampejo de ingenuidade, propus uma vigília cívica ao Congresso Nacional, para que, daquele momento, da semana seguinte, exatamente na segunda-feira que iniciava esta semana, fizéssemos aqui sessão permanente para apreciar a reforma política. Evidente que o fiz num vazio, no ocaso também da sessão daquele dia, sem repercussão alguma. Coloquei que, se não fizéssemos isso, a crise, a preocupação, todo o movimento político no Brasil não passaria de uma farsa visível e inquestionável. Por quê? Se estamos diante dos males, os remédios estão expostos e nada se faz, significa que toda essa luta política nada mais é do que uma luta pelo poder. Então, não havia um propósito verdadeiro de assepsia moral, de modificação na estrutura. Concordo com a proposta que V. Ex<sup>a</sup> acolheu, em parte, no seu discurso, do Senador Marco Maciel, mas é pouco, porque algumas modificações só poderiam ser feitas pela lei, e não estamos fazendo isso. Exemplo: financiamento público de campanha. Esse era um tema fundamental.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Que nós aprovamos no Senado e está na gaveta da Câmara.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – E começamos isso na CPI do PC, em 1992. Lembro que uma das questões que discutimos na sala de V. Ex<sup>a</sup> foi o que poderíamos propor para mudar a cara do Brasil e toda fundamentação da corrupção. Seria o financiamento de campanha. Permanece, porque os que hoje estão fora do poder, muitas vezes, querem as

modificações, mas eles terão as rédeas e os cordéis para procederem como procederam os anteriores. É uma sucessão de erros, de equívocos que, infelizmente, não tivemos a coragem de mudar. Como disse V. Ex<sup>a</sup>, o Senado o fez, mas o Congresso como um todo, o Poder Legislativo não o fez. Portanto, em nada mudou. Tudo permanece a mesma coisa: as mesmas dificuldades, as mesmas facilidades para a delinquência, e o processo político eivado de ilegitimidade. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez. Infelizmente, o que deveríamos fazer agora? Talvez sair em marcha cívica para exigir que, amanhã, a Câmara se reúna e aprove essas medidas urgentes e inadiáveis, e a Nação não pode esperar.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É, mas, na verdade, o que V. Ex<sup>a</sup> disse era viável. A Câmara poderia reunir-se – tinha o espaço e o tempo disponível – e, amanhã, poderia votar. Muitas vezes, por matéria muito menos significativa, em que se resolvem interesses de A ou de B, desse Estado ou daquela corporação, o Senado e a Câmara se reuniram correndo e votaram. Essa dava para fazer, mas eu não acredito. Lamentavelmente, eu não acredito.

Acho que vamos ter de esperar aprovar a proposta do Senador Tasso Jereissati e ficar aqui até o dia 15 de dezembro. Creio que, até o dia 15 de dezembro, vamos ter ainda que fazer uma pressão, uma pressão muito grande na Câmara dos Deputados, no sentido de que ela terá de assumir a responsabilidade se não votar, porque não votar significa um crime contra a coisa pública.

Agradeço pelos apartes e chamo a atenção de que, pelo menos nós, aqui, neste final de tarde de quinta-feira, estamos lembrando que amanhã encerra o prazo e que teremos, depois, de sonhar com uma possível emenda que abra o prazo até o dia 15 de dezembro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Luiz Otávio e Garibaldi Alves Filho, respectivamente..*

*O Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Prorrogo a sessão por mais dez minutos, para conceder tempo ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente Pedro Simon, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, não tive a oportunidade de apartear o Senador Pedro Simon, mas quero declarar, no início deste rápido pronunciamento, o meu inteiro apoio às palavras de S. Ex<sup>a</sup> e me associar a ele, que veio a esta tribuna colocar a necessidade da realização de uma verdadeira reforma política no nosso País.

A exemplo dos oradores que apartearam o Senador Pedro Simon, considero que essa reforma que ai está não é a reforma dos nossos sonhos, mas, principalmente, a reforma de emergência que nasceu de uma proposta do Senador Jorge Bornhausen. Mas se não é a reforma dos nossos sonhos, devemos ser pragmáticos e não permitir – e esse apelo está sendo feito à Câmara dos Deputados – em absoluto que se possa ter uma campanha com as mesmas deformações, com os mesmos equívocos e com os mesmos erros das campanhas passadas, principalmente como os da última campanha presidencial, a campanha de 2002, realizada no nosso País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, o chamado caixa dois está aí a desafiar a todos no sentido de que se possa tornar, com essas apurações, um procedimento inteiramente ultrapassado, superado e condenado – sobretudo condenado – e de que haja campanhas mais limpas, mais saudáveis, que levem o candidato a um confronto democrático entre eles e a um contato mais direto com o eleitorado.

Portanto, ao lado do Senador Pedro Simon, estou desejando que se faça algo em nosso País, que se produza alguma reforma, que se dê alento ao nosso povo de que haverá uma campanha política e que, depois dela, não haverá uma decepção, como ocorreu agora por ocasião desses fatos que estão sendo apurados. Mobilizar o povo brasileiro, levá-lo às urnas e depoisvê-lo mergulhado nesse desencanto não podemos, de maneira nenhuma, permitir que aconteça novamente. Não vamos impedir que isso aconteça apenas com punições, com as CPIs cassando aqueles parlamentares que estão sendo considerados culpados. Além de condenar parlamentares e outros cidadãos, vamos ter que fazer reformas. Precisamos fazer com que a expressão “reforma política” ainda possa ser pronunciada ao longo dessas últimas horas de prazo, ou que as emendas à Constituição, de autoria do Senador Tasso Jereissati e do Deputado Ney Lopes, sejam promulgadas. Como são emendas à Constituição, terão o condão, em sendo aprovadas, de modificar o prazo

que é até amanhã à meia-noite. Permitirão que o prazo seja esticado até o dia 31 de dezembro.

Reformas, Sr. Presidente, nós as desejamos, bem como o povo brasileiro. Quando as teremos? Falo de reformas mais profundas. Queremos até discutir as reformas cujo projeto, cujas propostas de emenda à Constituição foram aprovadas e estão na Câmara dos Deputados. Já receberam a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e de uma comissão especial na Câmara dos Deputados, mas que, na verdade, não serão aprovadas assim de imediato. E nem poderiam ser, porque se aprova de emergência o que é de emergência. Emergência é para ser votada em 24 horas ou em 48 horas – o nome está dizendo. Mas que não se acenda um sinal de emergência para a votação de propostas mais profundas, que incluem aí o voto distrital, a lista de nomes para as candidaturas parlamentares, enfim, todo um acervo de reformas muito mais profundas que deveriam ser discutidas com muito maior profundidade.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, trago essa inconformação, a inconformação manifestada como muito maior brilhantismo, é claro, pelo Senador Pedro Simon, de que o Governo perdeu uma grande oportunidade quando não começou o roteiro das reformas, o caminho das reformas, pela reforma política e pela reforma eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)**

– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Teotonio Vilela Filho, Flexa Ribeiro, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores João Batista Motta, Alvaro Dias, Arthur Virgílio e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup>s serão atendidos.

**O SR. VALMIR AMARAL (PP – DF. Sem apanhamento taquigráfico)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, na semana passada, o Jardim Botânico de Brasília ficou em evidência e foi alvo de notícias da imprensa e da mídia eletrônica de todo o país. Depois de ficar fechada ao público por três meses, para reformas, a reserva seria reaberta com uma programação festiva, para alegria dos visitantes e dos freqüentadores habituais.

Infelizmente, a mídia não destacou o reencontro com o público, mas um devastador incêndio que, durante a segunda e a terça-feira, dias 19 e 20, consumiu três quartos da reserva, dizimando numerosas espécies da flora e da fauna. Além de queimar 3.750 dos 5.000 hectares do Jardim Botânico, o fogo

devastou ainda 75% dos 1.400 hectares da Reserva Ecológica do IBGE e 25% dos 44.500 hectares da Fazenda Água Limpa, da Universidade de Brasília, reservas contíguas ao Jardim Botânico, e que também integram a Área de Proteção Ambiental Gama-Cabeça de Veado.

O incêndio começou na segunda-feira, por volta das 10 horas, na área do Jardim Botânico ou nas proximidades. Durante 14 horas, a reserva ardeu, com chamas de até dez metros de altura. O combate ao fogo durou cerca de 14 horas e exigiu a mobilização de 110 bombeiros militares, além dos brigadistas da reserva do IBGE e dos próprios funcionários do Jardim Botânico. Também o Grupamento Aéreo foi acionado, mas o helicóptero transporta apenas 540 litros de água em cada viagem. A espessa cortina de fumaça e a dificuldade de acesso a algumas áreas da reserva dificultaram ainda mais a ação dos bombeiros. O clima do cerrado, nestas épocas de estiagem, favorece a propagação de incêndios. "A seca, os ventos e o calor intenso fazem uma combinação explosiva. Qualquer foco pode sair do controle", disse à imprensa o coordenador de Prevenção da Divisão de Fogo do Ibama, Guilherme Almeida. Naquele dia, Senhor Presidente, os instrumentos marcaram, no horário de maior calor, 24 graus de umidade do ar e 32,7 graus de temperatura, pouco menos que o recorde registrado em 1963.

Na terça-feira, a tragédia ecológica iria se agravar com a ocorrência de um novo e devastador incêndio no Jardim Botânico. Segundo explicou ao **Correio Braziliense** o coronel Epaminondas Figueiredo de Matos, do 4º Batalhão de Incêndio Florestal, o fogo do dia anterior queimou não apenas a vegetação de cobertura e as árvores, mas também a camada de material orgânico que fica logo abaixo da superfície. "Por isso – disse – o incêndio, que aparentemente estava extinto, reapareceu".

As labaredas ressurgiram, na terça-feira, com maior intensidade, exigindo a mobilização, agora, de 240 homens do Corpo de Bombeiros e dos funcionários das reservas atingidas. Lembrando que há sete anos o parque não sofria incêndio de tamanhas proporções, a diretora Anajúlia Heringer Salles disse que o fogo atingiu áreas de difícil recuperação e lamentou não ter condições de proteger os animais daquele **habitat**. Além de devastar mais de 70% da área do Jardim Botânico, o fogo atingiu, no segundo dia, a Fazenda Água Limpa, da UnB, e a reserva do IBGE.

Na área do IBGE, técnicos e pesquisadores se esforçam para recuperar os dados de pesquisas perdidos no incêndio. "Entre projetos de curta, média e longa duração, graduação, mestrado e doutorado, são 46 temas relacionados com a fauna e a flora do Planalto Central", revelou o *Correio Braziliense*. Também na Fazenda Água Limpa, os trabalhos de pesquisa foram prejudicados, em alguns casos de forma irreversível. Mestrando da UnB, que usavam a reserva há sete anos para pesquisar o efeito da fertilização no ecossistema do cerrado, ficaram desolados: "Foram anos de pesquisa perdidos", informaram.

O periódico brasiliense, fazendo um balanço dos estragos, no dia 22, registrou: "As labaredas transformaram em cinza o equivalente a 3.800 campos de futebol". As três reservas, segundo informou, abrigam um terço da fauna do cerrado, inclusive espécies ameaçadas de extinção. Os relatos dão conta de que os bombeiros presenciaram a agonia de muitos animais, mas só conseguiram salvar alguns deles. O zoólogo Jader Marinho, professor da UnB especialista em mamíferos – relata o periódico – teme pelo futuro da fauna nas três reservas queimadas. Os que sobreviveram devem sofrer com a escassez de alimentos, perdendo peso e se enfraquecendo. Além disso, ficam agora mais ameaçados pelos predadores e correm o risco de atropelamentos ao deixarem a área dizimada.

O pior, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que o incêndio, que devastou uma área total de 51 quilômetros quadrados, não é uma novidade para nós. Trata-se, na verdade, de uma tragédia anunciada, pois os focos de incêndio ocorrem em grande número, todos os anos, no período da estiagem. Este ano, com o registro de mais de 4.800 focos até o momento, o índice de queimadas representa quase o dobro do ocorrido no ano passado.

Se é impossível evitar os focos de incêndio, precisamos, pelo menos, debelá-los com maior eficiência, a fim de poupar tamanhos prejuízos ao nosso ecossistema. Em 1998, todos devem se lembrar, aconteceu no Parque Nacional de Brasília o maior incêndio florestal de nossa história. O parque ardeu durante três dias, ao fim dos quais restou destruída uma área de 86 quilômetros quadrados. Também naquele ano ocorreu o incêndio em Roraima que destruiu 40 mil quilômetros quadrados, numa devastação jamais vista em nossa história recente.

Os fatos se repetem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, e, ao que parece, nós continuamos incapazes de proteger nosso ecossistema. Há três anos, o Corpo de Bombeiros inaugurava, no Jardim Botânico, um posto

avançado destinado a detectar queimadas e prevenir incêndios. Na verdade, reinaugurava o posto avançado, uma vez que tal equipamento ali já havia sido instalado e, depois de algum tempo, desativado. A reinstalação do posto foi cercada de muito otimismo, mas em que pesem toda a abnegação e todo o heroísmo dos bombeiros militares, o recente incêndio ocorrido naquele parque demonstrou, mais uma vez, que não estamos preparados para proteger o ecossistema.

A esse propósito, assim se pronunciou o **Correio Braziliense** no editorial “Tragédia Evitável”, em sua edição do último dia 23:

“É evidente o despreparo das autoridades brasileiras no combate aos desastres ambientais causados pelo fogo, como demonstra o grave incêndio dos últimos dias no Jardim Botânico de Brasília. Mais de 80% da reserva foram atingidos, incluindo matas ciliares. Dramas similares ocorrem, simultaneamente, nos estados do Centro-Oeste e no sul da Amazônia, e não há nada que os bombeiros possam fazer diante das dimensões do problema. Sobram disposição e coragem para enfrentar as chamas, mas faltam equipamentos eficientes para atuar no cenário florestal. Agindo em locais de difícil acesso, os homens lutam contra a natureza com pás, galhos verdes, bombas de água portáteis e a ajuda ocasional de um helicóptero de pequeno porte, meios insuficientes diante dos imensos desafios encontrados”.

O editorial cita possíveis soluções para esse grave problema, sendo a principal delas a criação de uma frota de aviões-bombeiros, como ocorre nos Estados Unidos e em diversos países da Europa, lembrando que esses aparelhos poderiam ser utilizados, também, no combate ao fogo em ambientes urbanos de difícil acesso, como as favelas. E conclui: “É importante destacar que o território brasileiro abriga a maior diversidade biológica em ecossistemas, que vão de florestas tropicais úmidas a ambientes semi-áridos. Protegê-la é tarefa do Estado. Perder 80% da superfície de uma reserva ecológica é trágico, principalmente quando existe uma solução viável para o problema”.

A propósito, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria de lembrar que no Estado de Minas Gerais foi montado um esquema que parece dar bons resultados. Os mineiros também enfrentam o problema de incêndios por ocasião da estiagem, bastando

dizer que, no ano passado, de acordo com o Instituto Estadual de Florestas, foram queimados 2.800 hectares de matas em unidades especiais de conservação. Diante disso, o Instituto montou, no Município de Curvelo, na região central do Estado, uma base para combater incêndios em parques florestais. A unidade conta com 20 homens, um helicóptero e três aviões equipados com tanques cheios de água que podem se deslocar rapidamente para qualquer parte do Estado para apagar focos de incêndios nos parques florestais. Acredito que o Distrito Federal pode tomar providência idêntica, isoladamente ou em sistema de parceria, a fim de preservar nosso ecossistema para a geração atual e para as gerações futuras.

O aprimoramento dos serviços de prevenção de incêndios e de combate ao fogo, Senhoras e Senhores Senadores, deve ser uma prioridade efetiva e inadiável de nossos dirigentes e das autoridades ambientais. Do contrário, o cerrado, que reúne nada menos que um terço da biodiversidade nacional, pode sofrer um processo grave de empobrecimento da biota e ficar com sua capacidade de regeneração comprometida. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado!

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)**  
Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria de comentar a respeito do artigo intitulado “A China e a diplomacia brasileira”, de autoria do deputado federal pelo PSDB de São Paulo, Antônio Carlos Mendes Thame, publicado no jornal **Correio Braziliense** do último dia 21 de setembro do corrente.

O Deputado, em seu artigo, mostra que o fato do Brasil reconhecer a China como “economia de mercado” foi apenas “mais uma derrota no rosário das trapalhadas da diplomacia brasileira”.

“A diplomacia brasileira precisa tomar consciência de que liderança não se impõe nem se apregoa. Liderança se conquista e se exerce. O exemplo do acordo com a China é didático: o Brasil fez, na verdade, um negócio da China para os chineses, às custas da produção e do nível de emprego no Brasil”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# A China e a diplomacia brasileira

ANTONIO CARLOS DE MENDES THAMF

Deputado federal (PSDB/SP);

**A** China conseguiu, em novembro de 2004, arrancar do Brasil o que até então nenhum país com peso econômico semelhante lhe concedera: ser reconhecida como "economia de mercado".

Para os chineses, esse reconhecimento é relevante. A China foi aceita na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, como "economia em transição", por 15 anos, porque o determinante peso do Estado na economia e no sistema financeiro, reforçado por um sistema político ditatorial, torna os subsídios uma prática cotidiana, influindo forte e decisivamente na formação dos preços.

Ao reconhecer a China como "economia de mercado", o Brasil abriu mão do direito à única exceção provisória antidumping contida no acordo que permitiu a entrada daquele país na OMC: poder para determinar o valor normal do produto chinês, usar a formação de preços de um terceiro país, porque, na China, eles são distorcidos pela intervenção estatal. Trata-se de uma salvaguarda, pela qual, enquanto a caixa-preta da formação dos preços na economia chinesa não for aberta, processos para defesa dos países prejudicados ficam muito mais rápidos e menos sujeitos a contestações.

Agora, tendo-a reconhecido como "economia de mercado", abre-se mão dessa salvaguarda. Portanto, daqui para a frente, ao fazer investigações antidumping para abrir um painel contra a China na OMC, o Brasil precisará levar em conta os preços e as informações coletadas na própria China. Na prática, vai ficar impossível comprovar que produtos chineses exportados

para cá estejam com os preços artificialmente baixos, o que deixa a indústria brasileira em posição muito vulnerável.

A China, usualmente, pratica dumping em 17 setores, entre os quais máquinas e equipamentos, autopeças, material elétrico, laminados de aço, tecidos, confecções, calçados e brinquedos.

Não se trata, portanto, de prejuízo futuro, um prejuízo potencial para a economia. É algo concreto, que hoje já ocorre. Aliás, não é uma competição desleal somente no preço. Produtos de qualidade inferior entram em nosso país sem se submeter às normas de certificação a que estão sujeitos os similares aqui fabricados. É, pois, uma dupla covardia, que arrasa setores da indústria nacional.

Se a China é o país contra o qual existe o maior número de medidas de defesa comercial aplicadas pelo governo brasileiro, por que o Brasil reconheceu a China como economia de mercado? Por motivação puramente política: para receber em troca o compromisso, assumido pelo governo chinês, de apoio à reivindicação brasileira de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Compromisso que acaba de ser descumprido: a China manifestou-se, recentemente, contra o aumento de cadeiras no referido Conselho. Isso significa que a deplorável, a insípiente declaração do governo brasileiro, no final do ano passado, que considerou a China como economia de mercado, causando prejuízos concretos à economia nacional, não conseguiu, como contrapartida, nem mesmo o discutível ganho político de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse, pateticamente, que está decep-

cionado com a China, por não ter honrado o compromisso, mas que, mesmo assim, não devemos voltar atrás no reconhecimento daquele país como economia de mercado, porque corriamo risco de represálias comerciais!

É mais uma derrota no rosário das trapalhadas da diplomacia brasileira, a qual, com a posse do presidente Lula, proclamou uma ruptura em relação à política externa do governo FHC. A nova ideia força do nosso Itamaraty, a partir de 2003, tem sido a de mudar a geografia econômico-comercial do mundo, criando uma ordem internacional alternativa, onde ficasse ostensivamente clara a liderança do Brasil.

Os resultados têm sido nulos: o Mercosul e o projeto sul-americano não avançam — ao contrário, cresceram os problemas e as divergências; as negociações Mercosul-União Europeia patinam; nenhum acordo de comércio bilateral relevante foi firmado pelo Brasil nestes 37 meses; as relações Sul-Sul não correspondem aos interesses de nossas exportações. Perto de toda essa nulidade, ficou até previsível que o Brasil perdesse, como perdeu, as eleições na Organização Mundial do Comércio e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A diplomacia brasileira precisa tomar consciência de que liderança não se impõe nem se apregoa. Liderança se conquista e se exerce. O exemplo do acordo com a China é didático: o Brasil fez, na verdade, um negócio da China para os chineses, às custas da produção e do nível de emprego no Brasil.

**O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores: ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **O Estado de São Paulo**, de 26 de setembro de 2005, intitulado “O PT e a imprensa”, de autoria do professor Carlos Alberto Di Franco.

O artigo destaca a resolução aprovada, por unanimidade, pela Executiva Nacional do PT, dirigindo fortes críticas à imprensa e à oposição. Para eles, é uma “reação ao golpismo midiático que pretende inviabilizar o mandato legítimo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Mais uma vez a imprensa e a oposição são os culpados pela crise do PT e do governo do presidente Lula.

## OPT e a imprensa

Carlos Alberto Di Franco

Numa resolução de 13 itens, aprovada por unanimidade, a Executiva Nacional do PT iniciou o que chama de “reação ao golpismo midiático que pretende inviabilizar o mandato legítimo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, dirigindo fortes críticas à imprensa e à oposição. O documento fala em processo de “criminalização do PT” e diz que os petistas não podem “assistir a esta formidável chantagem pública contra sua existência, que hoje alcança uma dimensão manipulatória semelhante àquela que elegeram Collor em 89”.

Para a direção do PT, o momento aponta para um “festival denunciista com finalidades claras”. Tais finalidades, segundo a cúpula petista, são “excluir o PT do cenário político nacional, esmagar as esperanças de que partidos de esquerda podem governar com sucesso e fazer o povo esquecer a corrupção sistêmica que eles (a oposição), como elite, implantaram historicamente no país”. A teoria conspiratória, lançada pelo ex-ministro José Dirceu e repetida no palanque do presidente Lula, rebota com novo vigor.

O documento do PT pode parecer surrealista. Mas não é. Trata-se, na verdade, de uma peça de notável coerência. A ética do PT é a ética do poder a qualquer preço. O fim justifica os meios. Daí o desdizer com que se mente nas CPIs e a tranquilidade com que, mais uma vez, se investe contra a imprensa, instituição básica da sociedade democrática. É curioso, caro leitor, como o pragmatismo político ababa unindo os contrários. O vitimismo do ex-prefeito Paulo Maluf se aproxima, e muito, da síndrome conspiratória petista. Sente-se, maluquistas e petistas, perseguidos pelo Ministério Público e pela mídia. Ambos, no fundo, convergem para um denominador comum: o afã de poder. Independentemente de quaisquer balizas ou limites éticos. Há no Partido dos Trabalhadores, como é lógico, pessoas sensíveis e com valores. É uma pena que suas vozes não sejam ouvidas e que prevaleçam os critérios da praxe.

Há menos de dois meses, o presidente do PT, Tasso Genro, num discurso firme e moralizante, prometera promover a “refundação” do partido. Ora, a expressão indicava a consciên-

cia da extrema gravidade da situação. O PT chegara ao fundo do poço. Agora, Genro, redator da recente resolução de contra-ataque, afirma que o partido é vítima de “chantagem pública” promovida pelo “golpismo midiático”. A autocritica foi substituída pela urgente necessidade de “iniciar mobilizações regionais articuladas” para “esclarecer a opinião pública sobre os objetivos dos denuncismos em curso, inclusive estabelecendo diálogo com órgãos de comunicação que não estejam inseridos voluntariamente nesta campanha de massificação totalitária da opinião contra o governo Lula e o PT”. Quer dizer: a proposta de “refundação” foi arquivada. O PT continua imaculado. Tudo não passa de uma armadilha da mídia, do Ministério Público e das elites. E, ademais, se quisermos estar bem informados, não devemos ler este ou qualquer outro jornal, revista ou telejornal dos grupos chamados conservadores. A *Voz do Brasil* pode ser a solução. Eis a receita do PT. É fantástico, caro leitor, mas é assim.

A cúpula petista está subestimando duas coisas: a inteligência do povo e a força da democracia brasileira. Alguns círculos do partido se comportam com a mentiridade que, há décadas, tem dominado a política nacional. Daí a boa convivência com os trânsitos do passado. Daí o vale-tudo em nome da governabilidade. Encaram o que sempre criticaram. O poder matou o sonho. O pragmatismo matou a consciência. Tais comportamentos, no entanto, estão destinados ao fracasso. A sociedade brasileira não suporta mais a mentira. Veja de onde virá.

O ataque offensivo à imprensa é uma clara demonstração de fraqueza. Sabem, no fundo, que os indícios de crime praticados por inúmeros integrantes da agremiação acabarão se transformando em evidências irrefutáveis. E só uma questão de tempo. Na verdade, o partido está desabando. O País, querem ou não os poderosos de turno, está virando uma página de sua História.

A imprensa brasileira, sem as mordações que alguns têm defendido e livre de quaisquer tentativas de cooptação, tem um papel decisivo no processo de purificação dos nossos costu-

cio Lula da Silva”. Mais uma vez a imprensa e a oposição são os culpados pela crise do PT e do governo do presidente Lula.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

mes políticos. A mídia não é unida e não está a serviço de nenhuma legenda partidária. Causam-nos profunda repugnância quaisquer tentativas de engajamento. Nossa compromisso é com a verdade e com a liberdade. Como já sublinhei neste espaço opinativo, nosso cliente não é o poder. É você, caro leitor.

Corrupção, intriga, vingança e mentira, muita mentira, compõem a receita de um enreio policial. No Brasil, a vida superou a ficção. Os escândalos envolvendo membros do gover-

### A SOCIEDADE NÃO SUPORTA MAIS A MENTIRA, VENHA DE ONDE VIER

no Lula e do PT reunem os ingredientes de um best seller. O presidente da República, chefe do governo, e não apenas do Estado, se protege com o manto de uma omissão clamorosa. Não sabe nada. Na viu nada. E ninguém no partido do presidente discute seriamente o caminho para aprofundar a investigação dos delitos. Debate-se, ao contrário, a estratégia mais adequada para uma operação de abafa.

A transparência informativa, de que a cúpula do PT não gosta, representa, contudo, o elemento essencial para a renovação do Brasil. O eleitor, certamente frustrado, vai ganhando crescente discernimento. O ositacismo das urnas já será um grande passo, mas não basta. A consequência do delito, independentemente da ideologia e da manipulação semântica das velhas raposas, deve ser a punição cabal e exemplar. A imprensa, no cumprimento de sua missão de informar, não frustrará a expectativa de milhões de brasileiros. Buscará a verdade. E nada mais.

Carlos Alberto Di Franco, diretor do Master em Jornalismo, professor de Ética da Comunicação e representante da Faculdade de Comunicação da Unversidade de Navarra no Brasil, é diretor da Di Franco - Consultoria em Estratégia da Mídia. E-mail: difranco@unav.es.br

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para comentar a decisão do presidente Lula de 23 diversos dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, de 2006. Os dispositivos vetados previam, por exemplo, a revisão de carreiras de servidores, a renegociação de dívidas do setor agropecuário, o reajuste geral com base no PIB **per capita** e a compensação financeira a Estados e municípios pelas perdas provocadas pela Lei Kandir.

É nesse contexto que destaco a matéria intitulada “Veto de Lula na LDO complica finanças de Estados em 2006”, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo

## Veto de Lula na LDO complica finanças de Estados em 2006

Presidente rejeita 23 itens da proposta e desafia governadores ao dificultar compensações para perdas da Lei Kandir

### GOVERNO

Ribamar Oliveira  
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desagrado a governadores, prefeitos, parlamentares, ruralistas, servidores e diretores das agências reguladoras ao vetar 23 dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006. O veto mais importante dificulta a compensação financeira a Estados e municípios pelas perdas provocadas pela chamada Lei Kandir.

Aprovada em 1996, a Lei Kandir libera os exportadores de produtos agrícolas e semi-elaborados do pagamento do principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Somente, Estados e municípios perderem receita, o que é compensado com o repasse de recursos federais. Em 2005, foram repassados R\$ 5,2 bilhões para o so.

Para 2006, a LDO prevê que tal compensação – cujo valor ainda não foi definido – não seria incluída nas despesas correntes primárias da União, conceito que corresponde a todos

os gastos do governo menos pagamento de juros e investimentos. Ou seja, a compensação não

### Posição faz parte de estratégia para forçar governadores a adotar unificação do ICMS

entraria no cálculo das despesas, cujo limite será de 17% do Produto Interno Bruto (PIB). Com isso, o governo ficaria com mais folga para indenizar Estados e municípios.

Com o veto, o Congresso terá de cortar outros gastos previstos no orçamento da União se quiser atender aos Estados e municípios sem desrespeitar o limite de 17%. A decisão do governo faz parte de uma estratégia para forçar os governadores a aceitar uma reforma tributária que unifique a legislação do ICMS. Hoje, cada Estado tem suas regras de cobrança desse imposto, mas o Planoalto pretende estabelecer normas gerais que valham para todos.

Lula vetou ainda a previsão de despesas com planos de carreira dos funcionários da Câmara

do último dia 23 de setembro do corrente. A matéria destaca que o governo, com essa decisão, descumpriu acordos firmados previamente.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

## Veto de Lula na LDO complica finanças de Estados em 2006

ra, do Senado, do Ministério da Cultura e das Forças Armadas. Não foi mantida nem a revisão dos salários dos servidores pelo porcentual equivalente à estimativa de crescimento real do PIB per capita. Esse índice corresponde ao crescimento do PIB dividido pelo crescimento da população. Se o PIB crescer este ano 3,4% em termos reais, com o reajuste do governo, e a população 1,6%, como se projeta, o aumento do PIB per capita ficaria em torno de 1,8%.

Também foi vetado o dispositivo que os parlamentares tinham incluído na LDO para evitar bloqueio de verbas destinadas a suas emendas – que reservam dinheiro para obras em suas bases eleitorais. Igualmente caiu o item que impedia o bloqueio de recursos para as agências reguladoras, que têm reclamado com frequência da baixa execução de seus gastos.

Outro veto evitou que fossem previstas no orçamento da União despesas com a renegociação de dívidas do setor agropecuário. Na mensagem que enviou ao Congresso

so para explicar os vetos, Lula diz que derrubou o dispositivo porque ele “representaria a institucionalização da inadimplência do crédito rural”. Ele argumenta que o saldo das dívidas renegociadas anteriormente já alcança R\$ 20 bilhões e informa ainda que “não estão previstas” renegociações de dívidas rurais para o próximo ano.

A mensagem explica que o veto às revisões de carreiras de servidores da Cultura, do Congresso e das Forças Armadas era necessário para evitar “tratamento discriminatório em relação aos demais servidores”. O reajuste geral com base no PIB per capita foi rejeitado por causa da “inequívoca repercussão negativa sobre as contas públicas” provocada pela indecisão dos gastos da União.

Quanto às emendas parlamentares e despesas de agências reguladoras, Lula não quis deixá-las de fora do contingenciamento porque isso provocaria “grandes dificuldades para o gerenciamento das finanças públicas no tocante ao alcance da meta de resultado primário”. •

## No Rio, mil fazem passeata contra o governo

Manifestantes pediam saída de corruptos e gritavam: “Lula sabia, PT ladrão”

Rodrigo Morais  
RIO

Mil pessoas, na avaliação da Policia Militar, marcharam ontem de uma passeata contra a corrupção e o governo Lula. A manifestação foi dominada por bandeiras do PSOL, do PSTU e do PDT, e seguiu o percurso tradicional dos atos políticos realizados no centro do Rio, partindo da Candelária, pela Avenida Rio Branco, até a Cinelândia.

A frente da manifestação havia uma grande faixa com a frase: Contra a política econômica de Lula/FMI – Fora todos os corruptos. “Lula sabia/PT ladrão/rouba do povo pra botar no cuecão”, cantavam os militantes.

Participaram do protesto também aposentados, diversos sindicatos e representantes de

### ‘A crise se chama Lula’, responde PFL

“A crise se chama Lula”, respondeu o PFL na quinta-feira, nota elaborada durante a reunião da Executiva do partido, em Brasília, às críticas do PT, que em resolução na segunda-feira acusou a mídia e a oposição de denuncismo e golpismo. “A crise tem nome e se chama Lula”, respondeu o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC). “O PT está traduzindo o desespero em desafeto. ‘Não somos os responsáveis pela festa do denuncismo.’”

A nota diz que as crises política e ética “nascem e têm seu principal foco propulsor no governo Lula, que foi obrigado a demitir ministros, dirigentes de estatais, detentores de cargos de confiança responsáveis

pelos diretos ou indiretos por a os delituosos”. “Foi culpa do governo, impedindo a instalação da CPI dos Bingos em fevereiro de 2004 – época do caso Waldemiro Diniz –, que a corrupção se sentiu estimulada, tornou-se arrogante, apostou na impunidade e mostrou-se incontrôável, impedindo correções de rumo e a punição de culpados.”

O PFL destaca que “é evidente que as instituições estão fortes e que a economia, graças aos trabalhadores, aos empresários e ao crescimento mundial, continua com números razoáveis, apesar de o governo atrapalhar o setor produtivo com o aumento de tributos e artifícios escrachantes.” • Ana Paula Scinocca

categorias em greve, como os funcionários da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Colégio Estadual Mauá, da capital. Batalhões, que ontem decidiram paralisação de 24 horas, engrossaram a passeata.

Estiveram presentes ao ato o ex-deputado Milton Tomé e o deputado João Batista de Araújo, o Babá, dois ex-petistas que hoje estão no PSOL. Babá defendeu a convocação de um plebiscito para decidir sobre a permanência de Lula no cargo.

“O Congresso não tem moral para votar o impeachment de Lula, que já merece”, discursou Babá no protesto. “Lula tem de sair”, acrescentou. Cem PMs, do Batalhão de Trânsito do 13º Batalhão (Praça Tiradentes) acompanharam a passeata sem registrar incidentes. •

# Governadores dizem que exigirão cumprimento da lei

Alckmin, Aécio, Rigotto e Requião reagiram com dureza ao voto do presidente que dificulta compensações pela Lei Kandir

**Guilherme Evelin**  
**Carlos Marchi**

Osgovernadores de Estado reagiram com dureza ao voto do presidente Lula às compensações previstas na Lei Kandir para Estados e municípios. "É inadmissível", queixou-se em Minas Aécio Neves (PSDB). "É absurdo e ridículo", bradou em Porto Alegre Germano Rigotto (PMDB). "Vamos exigir o cumprimento da lei", frisou Geraldo Alckmin (PSDB), de São Paulo. "É o fim do mundo", bateu Roberto Requião, do Paraná. "É um absurdo", afirmou Rosinha Garotinho (PMDB), do Rio de Janeiro.

Em Recife, o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) disse que o governo "éuseiro e vezelro em não cumprir acordos pré-agendados". Aécio lembrou que este ano o governo federal mantiém sob contingenciamento R\$ 900 milhões do total devido a Estados e municípios exportadores em 2005 como compensação prevista na Lei Kandir. "Havia o compromisso de liberação a partir do aumento

da arrecadação. Houve o aumento, a meta fiscal foi alcançada, mas não houve a liberação", reclamou Aécio.

## DESRESPEITO

Rigotto falou no mesmo dia: "Há um desrespeito crescente do governo federal com os Estados", disse. Ele registrou que no fim de 2004 o governo federal fez um acordo com Estados: as compensações para Estados e municípios exportadores aumentariam na mesma proporção do aumento da arrecadação.

Aécio confirmou o que Rigotto disse: "Havia o compromisso de liberar as compensações a partir do aumento da arrecadação. Houve o aumento, a meta fiscal foi alcançada, e não houve a liberação", assinalou o governador mineiro. "Essas decisões representam um enfraquecimento da federação. O governo federal, além disso, não demonstra nenhum interesse em dar andamento à reforma tributária", afirmou Rigotto.

Todos se disseram perplejos com o voto de Lula: "O voto

do presidente surpreende a todos nós e sinaliza uma incorreção do governo federal na relação que pretende manter com os Estados", disse Aécio. "A alma do Lula foi dominada pelo Fernando Henrique Cardoso. Agora, só resta fazer exorcismo", replicou o governador Requião. Segundo o governador paranaense, a decisão de Lula se enquadra "num modelinho de paralisação do Brasil".

## O QUE FAZER

Aécio disse que os governadores vão mobilizar suas bancadas no Congresso para derrubar o voto. A governadora Rosinha Garotinho disse que vai conversar com os governadores do PMDB e com o presidente do PMDB, deputado Michel Temer, para iniciar uma mobilização pela derrubada do voto.

Os governadores dos Estados exportadores devem aderir à derrubada do voto. Rigotto prometeu conversar com outros governadores e estabelecer uma negociação para rece-

ber os repasses atrasados. Ele quer criar mecanismos para evitar que a cada ano se repita a queda de braço entre os Estados e o governo federal para incluir no orçamento os recursos referentes às compensações.

Aécio Neves anunciou ontem que já acertou com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, reunião para tratar do assunto na próxima semana, depois que o ministro retornar de Washington. Até Jarbas Vasconcelos, que não comanda um Estado exportador, disse que ficará solidário com seus colegas e vai mobilizar as bancadas que influencia para agir contra o voto.

Em 2005, o total devido a Estados e municípios era de R\$ 9,4 bilhões, mas só foram liberados R\$ 5,4 bilhões (R\$ 900 milhões continuam contingenciados). O Paraná reclama dívidas de R\$ 7 bilhões; o Rio Grande do Sul diz que em 2005 teria direito a R\$ 900 milhões, mas só deve receber R\$ 480 milhões. \*

# Oposição ameaça obstruir comissão

Em retaliação aos vetos, parlamentares podem paralisar discussão do Orçamento

**Sérgio Gobetti**  
**BRASÍLIA**

A oposição reagiu ontem aos vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ameaçando obstruir todos os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento, inclusive a votação de créditos pendentes pelo governo. O que mais irritou os parlamentares foi o fato de que os próprios integrantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento participaram das negociações e, agora, orientaram o voto presidencial. "Eles desfizeram os acordos

que tinham fechado conosco. Com essa conduta, o governo nos leva a obstruir tudo na Comissão de Orçamento. Isso vai paralisar o Congresso", disse o líder do PSDB na Câmara, Alberto Goldman (SP). "Vamos fazer as ações de sempre, como obstrução de qualquer tipo de votação que interesse ao governo", completou o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM).

Pauderney acha que o voto ao artigo que exclui das despesas correntes o resarcimento aos Estados pelas perdas com a Lei Kandir é "emblemático". Já

que o governo não prevê recursos no orçamento e com o voto obriga o Congresso a cortar outros gastos para atender aos Estados e respeitar o limite de 17% do Produto Interno Bruto (PIB).

"Parece que há algo mais que um simples esquecimento da Lei Kandir. O voto pode representar uma pressão sobre os governadores e o Congresso", disse Pauderney. Para Goldman, o episódio mostra que a oposição não pode acreditar em mais nenhum acordo com o governo.

"É absurdo, irresponsável, muito pouco respeitoso."

Em 2004, por outros motivos, a comissão adiou até o fim de novembro a votação de créditos orçamentários dos quais dependiam áreas vitais do governo. O Executivo depende de autorização do Legislativo para fazer mudanças na alocação de recursos do orçamento, como a suplementação de verbas para alguns ministérios. Outra arma da oposição é atrasar e até encerrar o ano sem aprovar a LDO de 2006. \*

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)**

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o governo do presidente Lula teve que enfrentar mais um constrangimento no exterior, dessa vez em Washington, nos Estados Unidos, durante uma discussão sobre comércio na Câmara Brasil-Estados Unidos. O presidente da seção americana da Câmara Brasil-EUA, Tom Catania, disse que o escândalo de corrupção no Brasil hoje é tão grave quanto foi Watergate.

O caso Watergate representou o maior escândalo de política interna na história dos Estados Unidos. As investigações indicaram que colaboradores do presidente Richard Nixon tinham planejado uma operação

de espionagem contra os democratas, em 1972. O escândalo resultou na renúncia de Nixon para evitar um processo de impeachment pelo Congresso.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que a matéria intitulada “Mensalão é comparado a Watergate”, publicada no jornal **Valor Econômico** de 28 de setembro do corrente, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# **Mensalão é comparado a Watergate**

**Tatiana Bautzer**  
De Washington

Depois do constrangimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a assembléia das Nações Unidas em Nova York, quando teve que discutir a corrupção em seu governo, ontem foi a vez do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, passar por uma saia justa durante uma discussão sobre comércio na Câmara Brasil-Estados Unidos. O escândalo do mensalão no Brasil foi comparado a Watergate por um empresário americano.

Ao apresentar o ministro e falar sobre a situação da situação da economia brasileira em meio a crise política, o vice-presidente de relações governamentais da Whirpool, Tom Catania, disse que o “escândalo de corrupção no Brasil hoje é tão grave quanto foi Watergate”. Catania é presidente da seção americana da Câmara de Comércio Brasil-EUA. O escândalo de Watergate resultou na renúncia do presidente Richard Nixon para evitar um processo de impeachment pelo Congresso. Uma investigação do Congresso comprovou que o presidente sabia e ordenou uma invasão do escritório do Partido Democrata no edifício Watergate, em Washington.

“Não acho que os nossos problemas pareçam com Watergate, a situação é totalmente diferente”, disse o ministro logo no início da palestra aos empresários.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PT terá nova debandada antes mesmo do 2º turno”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 26 de setembro do corrente.

A matéria destaca que até sexta-feira, antes do término do 2º turno da eleição para presidente do PT, o partido dos trabalhadores assistirá a uma nova de-

mandada de parlamentares e dirigentes. Insatisfeitos, os petistas estão deixando o partido.

Sr. Presidente requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# PT terá nova debandada antes mesmo do 2.º turno

**Grupos ligados à chapa Esperança Militante devem se filiar ao PSOL**

**CRISE NO GOVERNO LULA**

**Mariana Caetano**

O PT assiste, a partir de hoje e até sexta-feira, uma nova debandada de parlamentares e dirigentes descontentes com os rumos do partido. Parte das correntes ou grupos que disputaram a eleição interna ao lado de Plínio de Arruda Sampaio, na chapa Esperança Militante, costura a saída da legenda em bloco. “Estamos divididos, metade quer sair, metade ficar. Não comando ninguém, mas anuncio minha decisão amanhã (*hoje*),” afirmou Plínio, quarto colocado na corrida pela presidência do PT, com 13,4% dos votos.

A corrente Ação Popular Socialista (APS), à qual é ligado o deputado federal Ivan Valente (PT-SP), tende a deixar o PT sem fechar nenhum apoio no 2.º turno da sucessão petista. A APS tem deputados estaduais, vereadores e dirigentes em 20 Estados. Chico Alencar (PT-RJ) e outros 6 ou 8 deputados do Bloco Parlamentar de Esquerda também devem sair.

Na semana passada, o deputado federal João Alfredo (CE) devolveu a estrela vermelha, assim como dois vereadores em Niterói e militantes do Movi-

mento de Unidade Socialista, do Rio. Integrantes da tendência Fórum Socialista, a mesma do líder do PT na Assembléia de São Paulo, Renato Simões, já deixaram a sigla. Nem o resultado da eleição, que ampliou o espaço da esquerda no comando do PT, impediu as baixas.

Os dados finais do pleito serão divulgados até amanhã; Raul Pont, da Democracia Socialista, deve ir ao 2.º turno presidencial contra Ricardo Berzoini, que é do Campo Majoritário. Pont ainda tenta obter o apoio de Plínio.

O caminho da maioria dos dissidentes será o mesmo de João Alfredo, o recém-nascido PSOL, que flexibilizou a filiação para recebê-los. “A ‘filiação democrática’ é tradicional na esquerda europeia”, explicou o ex-petista Milton Temer, dirigente do PSOL. “Como há identidade com essas personalidades, elas podem disputar a eleição sem se submeter ao estatuto e ao programa partidário.” O desejo dos dissidentes é construir um novo partido. Mas quem quiser concorrer no ano que vem precisa estar filiado à legenda pela qual será candidato até sexta, dia 30. •

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.)** – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é fato que o governo do presidente Lula investe pouco; o nível de investimentos públicos é muito baixo. Mas a justificativa para isso não pode ser somente o superávit primário que, aliás, está bem acima da meta prevista. O problema maior está mesmo é na falta de competência do governo federal para planejar e executar políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País.

O artigo intitulado “Precisa-se de gerentes”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 28 de setembro do corrente, ilustra muito bem a situação. Segundo o artigo, “o governo brasileiro investe pouco, hoje, não somente porque economiza muito, mas principalmente porque não sabe planejar, preparar projetos, definir prioridades e cuidar

de obras. De modo geral, falta mais competência para administrar políticas do que dinheiro para investir. Falta gerência, no governo federal, para definir prioridades e articular a ação dos ministérios”.

Após dois anos e meio de governo Lula continuamos assistindo a um governo que, definitivamente, não tinha um projeto de governo mas, sim, apenas um projeto de poder.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**NOTAS & INFORMAÇÕES**

## Precisa-se de gerentes

**N**ão adianta amaldiçoar o pão-durismo do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por causa do baixo investimento público. O ministro pode ser pão-duro. Seus críticos podem acusá-lo, provavelmente com injustiça, de preferir o resultado fiscal à construção de estradas e centrais elétricas. Que o Brasil tenha hoje um bom superávit primário e esteja além da meta não é segredo. Mas o governo brasileiro investe pouco, hoje, não somente porque economiza muito, mas principalmente porque não sabe planejar, preparar projetos, definir prioridades e cuidar de obras.

De modo geral, falta mais competência para administrar políticas do que dinheiro para investir. O PT chegou ao governo com a promessa de implantar políticas de crescimento econômico e de criação de empregos. Pretendia, pelo menos na propaganda, recuperar para o Estado um papel de liderança no desenvolvimento. Na prática, ficou longe disso. O governo conseguiu surpreender com uma política fiscal muito séria e com uma política monetária de grande severidade, mas falhou em quase todo o resto.

Levou mais de um ano para lançar a política industrial e de tecnologia e nem essa está sendo plenamente executada. A política de inovação, por exemplo, ainda é uma promessa.

Na área de infra-estrutura, demorou nas primeiras definições de regras para os investidores. Poderia ter iniciado pelo menos uma série de investimentos próprios, independentes da participação privada. Mas também não foi capaz de fazê-lo. Faltou capacidade para definir os objetivos centrais de um plano, criar uma cartilha de projetos e avançar na sua execução.

Dentro do governo essa falha é hoje reconhecida. O novo secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringel, prometeu numa entrevista ao jornal *Valor* uma “quebra de paradigma” na gestão de investimentos. Atualmente, explicou o secretário, as etapas anteriores ao empenho de verbas para projetos são cumpridas no ano de execução do orçamento.

A idéia, agora, é cumpri-las no exercício anterior. Hoje, a maior parte dos empenhos – o efetivo comprometimento de verbas – ocorre

no segundo semestre. O atraso é geral. Projetos de obras municipais financiadas com recursos da União são entregues aos ministérios no meio do exercício fiscal e isso é apenas parte do festival de incompetência administrativa. Não surpreende o governo federal ter empenhado, até agora, pouco mais de um quarto das verbas orçamentárias para investimento e realizado menos de um décimo das despesas previstas. Fala-se muito no contingenciamento de verbas, isto é, no congelamento temporário de recursos determinado em todo início de ano. Mas esse tipo de reclamação fica longe das questões mais importantes.

O primeiro ponto é a estrutura do orçamento. A maior parte das verbas tem destinação obrigatória e corresponde a despesas com crescimento em grande parte automático. É mais fácil cortar os gastos livres e estes incluem normalmente os investimentos. É preciso, portanto, eliminar ou reduzir as vinculações constitucionais.

Em segundo lugar, nem todo investimento previsto no orçamento brasileiro contribui de fato para o desenvolvimento econômico e social. Boa parte dos gastos associados a emendas de parlamentares é mero desperdício, do ponto de vista das prioridades federais. Esses gastos seriam contados estatisticamente como investimentos, mas estatísticas não bastam para fortalecer a economia.

Em terceiro lugar, falta gerência, no governo federal, para definir prioridades e articular a ação dos ministérios. Um mínimo de coordenação impedia, por exemplo, o corte de verbas para programas de sanidade animal e deslocaria o arrocho para outra área. O custo de um novo surto de aftosa, numa zona exportadora, seria enorme. Não é essa a maneira inteligente de economizar dinheiro. Mas é possível podar outros gastos e ainda elevar o padrão do serviço público.

O governo poderia realizar o mesmo superávit primário e gastar muito mais, e muito melhor, em projetos de investimento. A economia de dinheiro é parte do problema, evidentemente. Principalmente quando se economizam R\$ 96 bilhões em 12 meses e se paga R\$ 105 bilhões em juros da dívida em 8 meses. Mas o problema maior está no orçamento irracional e na baixa competência para planejar, projetar e executar políticas.

**O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Desculpas não bastam”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 27 de setembro do corrente.

O artigo se baseia na última entrevista do ex-ministro José Dirceu, concedida à **Folha de S. Paulo** do último dia 25 de setembro do corrente, para afirmar que a atual crise ético-política pode ficar marcada pela “tentativa de minimização de culpas, pela via da deturpação (ou ‘criação’) de conceitos, por parte dos que dela emergem indelevelmente maculados. Procura-se, por exemplo, transformar em simples erros o que, notoriamente, são crimes a punir; para tanto, inventam-se conceitos como ‘créditos não contabilizados’ para explicar ‘dinheiro sujo’; ou se inventa a

anódina expressão ‘responsabilidade política’ como se esta pudesse substituir responsabilidades concretas, de maiores consequências, tais como as de natureza legal, administrativa ou penal”.

O artigo conclui: “Tudo bem, desde que o deputado tenha consciência de que, nesse assunto escabroso, além de erro há crime, além de correção tem que haver punição – e aí desculpas ao País não bastam”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Notas & INFORMAÇÕES**

## Desculpas não bastam

**É** possivel que no longo das próximas décadas a grande crise ético-política que o País atravessa fique marcada, entre outras coisas, por algo estranhável e inédito: a tentativa de minimização de culpas, pela via da deturpação (ou ‘criação’) de conceitos, por parte dos que dela emergem indelevelmente maculados. Procura-se, por exemplo, transformar em simples erros o que, notoriamente, são crimes a punir; para tanto, inventam-se conceitos como “créditos não contabilizados” para explicar “dinheiro sujo”; ou se inventa a anódina expressão “responsabilidade política” como se esta pudesse substituir responsabilidades concretas, de maiores consequências, tais como as de natureza legal, administrativa ou penal.

O deputado e ex-ministro José Dirceu instuiu o que “prato de resistência”, na defesa de seu mandato parlamentar, o argumento da distribuição de culpas. Disse ele (em entrevista à *Folha* de domingo): “Farei que eu fui presidente do PT sete anos sozinho, secretário-geral cinco anos sozinho, né? O PT não foi construído assim. Tem dezenas de dirigentes importantes que hoje são prefeitos, governadores, ministros, deputados e senadores, que participaram de toda essa estratégia comigo.” Ora, ninguém jamais duvidou disso. Apesar de o País inteiro reconhecer a importância da liderança de José Dirceu na conquista que Lula e o PT fizeram do Poder – especialmente na montagem de alianças partidárias que levaram à vitória nas urnas presidenciais, depois de três tentativas frustradas –, éclaro que dessa estratégia José Dirceu não foi, nem poderia ter sido, o único operador. O de que se duvida é justamente ao contrário, ou seja, de que, como presidente e secretário do partido por tantos anos, assim como na quiaidade de todo-poderoso ministro de Lula, não tenha mais do que “responsabilidade política” por toda essa estratégia de compra de poder político desnudada pelas CPIs, Polícia Federal e Ministério Públíco.

Nessa distribuição de culpas o deputado não deixou de incluir o presidente Lula – no que, aliás, foi coerente, pois sempre disse que o presidente da República “sabia de tudo”, embora ressaltando agora, ao que parece sem faltar à verdade, que a sua foi meramente uma

“responsabilidade política”. Em termos éticos a responsabilidade de José Dirceu se revela de forma até curiosa, quando a certa altura da mencionada entrevista revela: “Eu sempre disse ao presidente que o governo não podia perder a maioria na Câmara e no Senado. Que perder a maioria seria caminho para CPI e que CPI é caminho para tentar desestabilizar e inviabilizar governo.” Não se duvida da sinceridade destas palavras, especialmente por virem de quem sabia dos riscos que correria, com CPIs, com governo que jurava “não roubar nem deixar roubar”...

Ao negar a existência do mensalão, apesar de admitir a “ilegalidade” do caixa 2 para financiamento partidário, e ao insistir em apontar os empréstimos bancários como origem de toda a colossal dinheirama de origem escusa, circulada entre entidades, partidos e pessoas públicas, o deputado Dirceu se coloca contra os indícios mais evidentes que tem surgido nas CPIs, com seu vasto estoque de documentos e depoimentos, assim como de investigações da Polícia Federal e do Ministério Públíco, todos no sentido de apontar tais recursos como provenientes de desvio de dinheiro público, por meio de superfaturamento, licitações fraudulentas e outros mecanismos de arrecadação, via corrupção.

As vezes José Dirceu demonstra desprezo pela lógica, como se, por conveniência, fosse possível admitir a culpa só dos que são corruptos, e não a dos que corrompem. Por exemplo, ele diz: “Os partidos (PL, PP e PTB) assumiram que receberam dinheiro. Mas isso não quer dizer que o governo é corrupto e que o PT é corrupto.” Não quereria dizer isso, de fato, se houvesse uma outra entidade, indefinível, inefável – que não o governo ou o PT – que, por alguma razão misteriosa, pretenesse abastecer, generosamente, partidos políticos, com dinheiro “não contabilizado”... De qualquer forma, aquela que foi, pelo menos, o segundo dirigente petista mais importante (admitindo-se que Lula tenha sido o primeiro) não deixa de fazer sua confissão de culpa ao dizer: “Esse é um erro e o PT vai pagar por ele. Nós vamos ter que pedir desculpas ao País.” Tudo bem, desde que o deputado tenha consciência de que, nesse assunto escabroso, além de erro há crime, além de correção tem que haver punição – e aí desculpas ao País não bastam.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.)*

**(OS Nº 16752/05)**

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que essa informação não é pra valer porque o Senador Mão Santa é um regimentalista e saberá respeitar o Regimento, mas eu, em consideração aos demais colegas, não vou usar...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Na ONU há um Secretário-Geral. Aqui há um mais enérgico e austero que é o Raimundo Carreiro.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ... o tempo regimental.

Mas, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de manifestar também o meu repúdio a essa postura incrível do Presidente Lula e do seu Governo, patrocinando uma candidatura na Câmara dos Deputados de forma a interferir indevidamente no Poder Legislativo.

Aliás, o articulista Fernando Rodrigues, da **Folha de S.Paulo**, qualificou de forma precisa a eleição de hoje para a Presidência da Câmara. Diz Fernando Rodrigues: “Marcará a mais aberta operação recente de intromissão do Poder Executivo sobre o Congresso”. Sem dúvida, Sr. Presidente.

Sem dúvida, Sr. Presidente, não há como deixar de manifestar indignação diante desse comportamento que revela relação de promiscuidade com o Poder Legislativo. Aliás, uma espécie de institucionalização do mensalão com recursos do Orçamento da União.

Quando o Governo, a pretexto de uma coincidência incrível, anuncia, na antevéspera da eleição, a distribuição de R\$500 milhões, certamente o faz com o propósito de orientar a votação na Câmara dos Deputados a favor do candidato escolhido. Uma forma de convencer, uma forma de cooptar, uma forma espúria de orientar o voto na Câmara dos Deputados, uma operação chapa branca.

Sr. Presidente, o Governo coincidentemente libera recursos orçamentários da mesma forma que liberava

recursos o “Valerioduto”, para aplacar as consciências em momentos de votação considerada impopular, para conquistar parlamentares que mudavam para o partido da base aliada.

Por exemplo, em fevereiro, março, abril e maio de 2003, houve prodigalidade do Sr. Marcos Valério na distribuição de recursos sacados na boca do caixa do Banco Rural. Exatamente nos meses em que tivemos a maior movimentação de transferência de parlamentares de um partido para outro. Depois, no mês de setembro, repetiu-se a prodigalidade quando tivemos votação de matérias importantes do interesse do Governo: a reforma da Previdência e a reforma tributária.

O Presidente Lula segue os passos de Marcos Valério e de Delúbio Soares e manda distribuir recursos orçamentários no momento em que depende do apoio de Parlamentares na Câmara para eleger o seu Presidente preferido.

Esse rolo compressor para eleger o candidato a Presidente da Câmara oferece cenas explícitas de des pudor. Eu ouvi, hoje, no restaurante do Senado, o depoimento de um Deputado Federal da base de apoio ao Governo, um Deputado de muitos mandatos que afirmou jamais ter visto tanta pressão em toda a história da sua permanência em Brasília na Câmara dos Deputados, nem mesmo no período autoritário. O constrangimento ficou explicitado em função da contundência com que operou o Governo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedi mais dois minutos a V. Ex<sup>a</sup>. Sei que isso era desnecessário, pois trinta segundos já seriam suficientes pelo tamanho da sua inteligência.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ... para assegurar, Senador Mão Santa, a vitória de Aldo Rebelo, que certamente ocorrerá. Daqui a pouco, teremos a votação em segundo turno e, certamente, o vitorioso será o candidato do Governo.

É inconcebível que a liberação das verbas ocorra em função desses critérios. Não há uma relação entre custo e benefício do investimento; não são os melhores projetos os escolhidos; enfim, o que há é a prática do “é dando que se recebe”. Há quanto tempo se cunhou esta frase: é dando que se recebe. Em Brasília, o Presidente Lula é aquele que mais segue essa orientação desse incrível filósofo. Esse franciscanismo da era petista valeriana parece que foi concebido a partir do bornal do ex-tesoureiro Delúbio Soares.

O Governo Lula consegue, a cada momento, perpetrar novos ataques à ética. Aliás, é uma gestão manca que se arrasta da maneira mais patética.

Aliás, no próximo dia 31 de outubro, o Governo deverá render homenagens especiais ao inesquecível personagem de Monteiro Lobato, o Saci Pererê. No dia consagrado ao personagem do rico folclore brasileiro, instituído, aliás, por um projeto do futuro Presidente da Câmara...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Já vou concluir, Senador Mão Santa...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedi mais um minuto em respeito à grandeza do Paraná e a liderança de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não me concedeu, não, me tomou o último minuto, Senador.

Aliás, um projeto de autoria do Deputado Aldo Rebelo. A artilharia do Palácio do Planalto utiliza esse grosso calibre para atingir os seus objetivos.

E o Presidente, ainda trajando um quimono, declarou que estava pronto para luta e confundiu tatame com o tapume. Aliás, é de um tapume que o Governo precisa para acobertar os atos ilícitos praticados atualmente pela sua gestão lamentavelmente ímpresa.

Vou concluir agora, lembrando que, na sociologia goiana...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ...há algo de autoria de Gilberto Mendonça Teles, do início da década de 30: uma trova muito pitoresca que eu deixo como registro caricato do momento que vivemos:

Saci é bicho danado,  
pula até nos convencer.  
Precisa ser dedurado.  
Precisa um dia perder o seu charme  
E ser cassado de sua graça e de seu  
poder.

## AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

29-9-2005  
quinta-feira

**10:00 – Filiação do ex-Ministro Maurício Corrêa ao PMDB**

Presidência do PMDB – Câmara dos Deputados – Edifício Principal

**10:30 – Ministro Nelson Machado, Ministro de Estado da Previdência Social, para tratar do recadastramento de aposentados e pensionistas.**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

**11:30 – Ministro Adylson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União, para entregar o Relatório de Fiscobras de 2005.**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

**12:00 – Senador Geraldo Mesquita Júnior, acompanhado do Senhor João Carlos Souto, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

**12:30 – Entrevista sobre o Desarmamento para a repórter Gilse Guedes, do jornal O Estado de S. Paulo.**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

**16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa**  
Plenário do Senado Federal

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52<sup>a</sup> LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho		PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL	César Borges		BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
			PMDB	Garibaldi Alves Filho
			PFL	José Agripino
				<b>SANTA CATARINA</b>
			PFL	Jorge Bornhausen
			BLOCO - PT	Ideli Salvatti
			PSDB	Leonel Pavan
				<b>ALAGOAS</b>
			P - SOL	Heloísa Helena
			PMDB	Renan Calheiros
			PSDB	Teotônio Vilela Filho
				<b>SERGIPE</b>
			PFL	Maria do Carmo Alves
			PSDB	Almeida Lima
			BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
			PMDB	Gilberto Mestrinho
			PSDB	Arthur Virgílio
			PDT	Jefferson Péres
			PSDB	Alvaro Dias
			BLOCO - PT	Flávio Arns
			PDT	Osmar Dias
				<b>ACRE</b>
			BLOCO - PT	Tião Viana
			P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
			BLOCO - PT	Sibá Machado
			PDT	Juvêncio da Fonseca
			BLOCO - PT	Delcídio Amaral
			PMDB	Ramez Tebet
				<b>DISTRITO FEDERAL</b>
			PP	Valmir Amaral
			Sem Partido	Cristovam Buarque
			PFL	Paulo Octávio
			PSDB	Eduardo Siqueira Campos
			PSB	Nezinho Alencar
			PMDB	Leomar Quintanilha
				<b>AMAPÁ</b>
			PMDB	José Sarney
			BLOCO - PSB	João Capiberibe
			PMDB	Papaléo Paes
				<b>RONDÔNIA</b>
			PMDB	Amir Lando
			BLOCO - PT	Fátima Cleide
			PMDB	Valdir Raupp
				<b>RORAIMA</b>
			PTB	Mozarildo Cavalcanti
			PDT	Augusto Botelho
			PMDB	Romero Jucá

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

**Relator:** Demóstenes Torres – PFL/GO

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final:** 18.3.2005

**Designação:** 16.2.2005

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO****(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE  
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
 E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB  
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
 E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
 E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB  
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

# CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

## COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1<sup>a</sup> Eleição Geral: 19.04.1995  
2<sup>a</sup> Eleição Geral: 30.06.1999

3<sup>a</sup> Eleição Geral: 27.06.2001  
4<sup>a</sup> Eleição Geral: 13.03.2003

**Presidente:** Senador JOÃO ALBERTO SOUZA <sup>13</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador DEMÓSTENES TORRES <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza <sup>13</sup>	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. (Vago) <sup>12</sup>		
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena (P-SOL) <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros <sup>17</sup>	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1-15</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					
2051					

(atualizada em 4.8.2005)

### Notas:

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1º.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1<sup>a</sup> Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 1º.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 3.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 1º.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfiliou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. e pela Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE), no período de 18.9.2003 a 29.6.2004.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9<sup>a</sup> Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.9.2003. O Senador João Alberto Souza encontra-se licenciado do cargo durante o período de 1º.6.2005 a 8.10.2005.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.1.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores. Em 4.8.2004, a Senadora filiou-se ao partido P-Sol.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.4.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 3.8.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

<sup>17</sup> O Senador Antero Paes de Barros encontra-se licenciado do cargo durante o período de 31.5.2005 a 28.9.2005.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 8.7.2005

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001  
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior
<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – P-SOL
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – (sem partido)

Atualizada em 21.06.2005

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b>LÍDER DA MINORIA</b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

**01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação**

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 - Comissão de TV por Assinatura**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

#### **Senador CRISTOVAM BUARQUE**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

#### **Deputado AROLDO CEDRAZ**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

### **SENADORES**

#### **TITULARES**

#### **SUPLENTES**

#### **BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

#### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

#### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

#### **PDT**

	1.
--	----

#### **P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

### **DEPUTADOS**

#### **TITULARES**

#### **SUPLENTES**

#### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

#### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

#### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

#### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

#### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

#### **PTB**

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

#### **PL**

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

#### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311- 5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY  
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**

CNPJ 00.530.279/0005-49  
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900  
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### **NÚMERO AVULSO**

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### **ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 146 PÁGINAS